

o mundo crítico

Revista de
Desenvolvimento
e Cooperação

n.4
Out 2019



Jornalismo e
comunicação
na aprendizagem
do mundo

] mundo [crítico [

Revista de
Desenvolvimento
e Cooperação

Editorial

Como são representadas as questões do Desenvolvimento nos media nacionais e internacionais? Que imagem – ou imagens – sobre África são veiculadas nos órgãos de comunicação social? Como evitar a “história única” de determinadas geografias e comunidades? E qual a responsabilidade dos media, incluindo novos media e redes sociais, na ascensão dos populismos na Europa e nos EUA e na propagação dos discursos de ódio? Como promover a relevância dos temas da cooperação para o desenvolvimento, nos media tradicionais, como construções positivas de um futuro comum?

Nesta edição, a *Mundo Crítico - Revista de Desenvolvimento e Cooperação* procura ser espaço para a reflexão sobre a relação entre os media, o jornalismo, a comunicação e o desenvolvimento, questionando se existe um “jornalismo para o Desenvolvimento” e qual o contributo que os Media e a Cooperação para o Desenvolvimento poderão dar para a necessária “aprendizagem do mundo”, como referia o pedagogo brasileiro Paulo Freire.

Desafiámos a jornalista Cândida Pinto e o antropólogo moçambicano Euclides Gonçalves para uma *conversa imperfeita* sobre a vertigem do jornalismo na actualidade, as imagens produzidas sobre o continente africano e a forma como as questões do Desenvolvimento são (re)tratadas nos media portugueses. O dossiê *saber e circunstâncias* integra um conjunto de textos sobre o contributo do jornalismo para a mudança social, o jornalismo para o desenvolvimento como “filho bastardo”, os labirintos da comunicação e o papel da comunicação para o desenvolvimento. Fazem parte da secção também reflexões sobre as viagens a convite endereçadas a jornalistas, o papel da literatura para “desinquietar”, sobre a forma como os refugiados e migrantes têm sido retratados nos media europeus, entre outros.

O *modo de ver* desta edição é do escritor Afonso Cruz, que nos propõe o seu ponto de vista fotográfico do Iraque e do Kuwait, e que, nas narrativas, nos conta a história de uma rua que é o terceiro pulmão de Bagdade. As outras duas narrativas abordam a urgência do contra-facto na actualidade e a história de Laovo Cande, que se repete no Mediterrâneo.

Nas *inovações*, são apresentadas as iniciativas da Bolsa de Criação Jornalística, que tem permitido a realização de reportagens sobre questões relacionadas com o Desenvolvimento internacional, e o projecto *Idemi*, que procura reverter a ausência de línguas africanas na internet. Nos *ecos gráficos*, somos confrontados com as *fake news* que se perpetuam nas redes sociais (e nos media) e, por fim (e como sempre), sugerimos outras leituras no *escaparate*.

Índice

6 / Autores

Conversas imperfeitas

14 / O jornalismo e a necessidade de muitas (outras) histórias
Euclides Gonçalves e Cândida Pinto

Saber e circunstâncias

34 / Comunicação e jornalismo para a mudança social: que desafios?
Carla Cerqueira e Sónia Lamy

45 / Os filhos bastardos e o jornalismo sustentável
Vanessa Ribeiro Rodrigues

60 / A literatura é para desinquietar
Isabel Lucas

71 / Manipulação política
Silvio Caccia Bava

80 / A Comunicação para o Desenvolvimento nos seus labirintos
Rui Pereira

91 / Do *embedded* militar ao *embedded* humanitário – o jornalismo actual e as parcerias no terreno de reportagem
Ana Filipa Oliveira

100 / A “crise dos refugiados” nos media europeus: alteridades, securitização e desconstrução das alteridades
Rita Santos, Júlia Garraio, Gaia Giuliani, Sílvia Roque e Sofia José Santos

111 / A comunicação pode ajudar a mudar mentalidades e comportamentos – um exemplo de São Tomé e Príncipe
Inês Gonçalves

122 / Dicionário de ideias e imagens feitas
Fátima Proença

Modos de ver

132 / Em Viagem
Afonso Cruz

Narrativas

144 / A urgência do contra-facto
Pedro Rosa Mendes

150 / O tempo e o corpo
André Cunha

156 / O terceiro pulmão de Bagdade
Afonso Cruz

Inovações

164 / Partir com o Jornalismo e pelo Desenvolvimento
Cinco edições da Bolsa de Criação Jornalística
Carlos Camponez

167 / A internet discrimina a maioria das populações porque não reflecte a diversidade de línguas faladas no mundo
Abédjé Sinatou Saka

Ecos gráficos

172 / #feiquenius
Cecília Silveira

Escaparate

178 / *África, os quatro rios*
Livia Apa

180 / *O Desenvolvimento nos Media – Percepções e Visões de Jornalistas e Profissionais da área do Desenvolvimento*
Sónia Lamy

183 / Outras leituras

186 / Conselho Editorial

187 / Conselho Consultivo

Autores

Conversas imperfeitas



EUCLIDES GONÇALVES

É co-fundador e director da Kaleidoscopio. É doutorado em Antropologia pela Universidade de Witwatersrand (2012) e a sua pesquisa concentra-se em estudos sobre governação, processos burocráticos e rituais políticos em Moçambique.



CÂNDIDA PINTO

É jornalista e vive em Lisboa. Iniciou a vida profissional na Antena 1 e posteriormente na TSF. Optou depois pela televisão na RTP. Fez parte do grupo fundador da primeira televisão privada, a SIC, onde foi repórter, editora de Internacional e coordenadora da Grande Reportagem. Foi diretora da SIC Notícias e diretora-adjunta do Expresso. Recebeu vários prémios nacionais e internacionais. Em 2019, iniciou funções como diretora-adjunta de Informação na RTP.

Saber e circunstâncias



CARLA CERQUEIRA

É doutorada em Ciências da Comunicação – especialidade de Psicologia da Comunicação pela Universidade do Minho. Actualmente é investigadora do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS) e Professora Auxiliar na Universidade Lusófona do Porto. Os seus interesses de investigação incluem género, feminismos, diversidade, media e comunicação de ONGs.



SÓNIA LAMY

É doutorada em Ciências da Comunicação pela FCSH / Universidade Nova de Lisboa. Actualmente é directora do Mestrado de Media e Sociedade, do IPPortalegre. Tem lecionado unidades curriculares na área do jornalismo e discurso dos media no primeiro e segundo ciclo de estudos. Tem estudado sobretudo o discurso jornalístico, as fontes de informação e as dinâmicas das ONG nos media.



VANESSA RODRIGUES

É jornalista independente, documentarista, professora na Universidade Lusófona (Porto), onde é também doutoranda em Estudos em Comunicação para o Desenvolvimento, com uma investigação sobre Jornalismo e Desenvolvimento Humano. É autora do livro *Ala Feminina*. Viveu no Brasil - correspondente do DN e TSF - e na Jordânia. Em 2017, recebeu a Bolsa de Criação Jornalística sobre Desenvolvimento.



ISABEL LUCAS

É jornalista e crítica literária. Começou a fazer jornalismo na televisão e passou entretanto pelas redacções de alguns dos principais jornais e revistas portuguesas. *Freelancer* desde 2012, escreve regularmente para o *Público*, colabora com a revista *Ler*, a *Antena 1* e *Antena 3*, e tem publicado em diversas publicações nacionais e internacionais. Em 2017, publicou *Viaagem ao Sonho Americano*. É curadora em Portugal do Prémio Oceanos.



SILVIO CACCIA BAVA

É sociólogo, mestre em ciência política pela Universidade de São Paulo - USP, presidente do conselho de administração da Action Aid Brasil, membro do Conselho Estratégico Universidade-Sociedade da Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP, diretor executivo do jornal *Le Monde Diplomatique Brasil*. Foi fundador e diretor executivo do Instituto Pólis e presidente da Associação Brasileira de ONGs por dois mandatos.



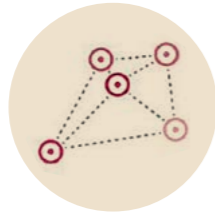
RUI PEREIRA

É professor da Universidade Lusófona do Porto e investigador doutorado na Universidade do Minho. Enquanto jornalista foi, entre outras distinções, galardoado com o Prémio Gazeta de Revelação. É autor de publicações científicas e de textos para teatro e para a infância, tendo trabalhos de ensaio e reportagem publicados em, ou traduzidos para, espanhol, francês, alemão e italiano.



ANA FILIPA OLIVEIRA

Trabalha na ACEP, desde 2009, onde desenvolve projectos na área da comunicação, advocacia e direitos humanos. É responsável pela elaboração dos recentes relatórios *AidWatch*, em Portugal. Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais pela Universidade Nova de Lisboa, é licenciada em Jornalismo pela Universidade de Coimbra.

RITA SANTOS,
JÚLIA GARRAIO,
GAIA GIULIANI,
SÍLVIA ROQUE E
SOFIA JOSÉ SANTOS

Compõem a equipa de (DE)OTHERING: Desconstruindo o Risco e a Alteridade: guiões hegemónicos e contranarrativas sobre migrantes/refugiados e “Outros internos” nas paisagens mediáticas em Portugal e na Europa.



INÊS GONÇALVES

Nasceu em 1964. Trabalha e vive entre Lisboa e S. Tomé e Príncipe, onde começou a trabalhar em Comunicação para o Desenvolvimento. Trabalha regularmente para a imprensa. Publicou vários livros e o seu trabalho como fotógrafa está representado em várias colecções públicas e privadas. Foi realizadora e correalizadora de vários documentários, alguns deles premiados. Em 2005, com Kiluanje Liberdade, funda a Produtora NO LAND.



FÁTIMA PROENÇA

Directora da ACEP, intervém desde a década de 80 na cooperação não governamental, nomeadamente com instituições guineenses, tendo coordenado a Rede de Solidariedade com a Guiné-Bissau durante o conflito de 1998/99. Tem dinamizado processos de investigação/acção em África e de advocacia na sociedade portuguesa, em colaboração com pessoas e organizações da sociedade civil europeias e africanas.



AFONSO CRUZ

Nasceu em 1971, na Figueira da Foz e, além de escritor, é também ilustrador, músico e cineasta. Desde 2008, ano em que se iniciou na escrita, publicou cerca de trinta livros, entre romances, teatro, não-ficção, álbuns ilustrados, novelas juvenis e ainda uma enciclopédia inventada. Recebeu vários prémios pelos seus livros, cujos direitos estão vendidos para vinte línguas.

Modos de ver



PEDRO ROSA MENDES

Investigador em Direitos Humanos e prevenção de conflitos, escritor, ex-jornalista. Autor de ficção, reportagem e ensaio, duas vezes galardoado com o Prémio do PEN Clube Português para o melhor romance (em 2000 com *Baía dos Tigres* e em 2011 com *Peregrinação de Enmanuel Jhesus*). É actualmente funcionário do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, em Genebra.

Narrativas



ANDRÉ CUNHA

É jornalista desde 1998. Cresceu para o ofício na redacção e nos estúdios da Telefonía Sem Fios. Foi correspondente da rádio, nos Balcãs, de 2004 a 2010. Hoje é *freelancer* à procura de um fio. Um dos seus últimos trabalhos foi sobre as rádios comunitárias na Guiné-Bissau. Também é programador cultural. Foi director do Centro de Língua Portuguesa de Belgrado e co-fundou a Terra do Som, festival de rádio.

Inovações

CARLOS CAMPONEZ

É subdirector da Licenciatura em Jornalismo e Comunicação da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coordena o Grupo de Investigação em Comunicação, Jornalismo e Espaço Público do CEIS20 e dirige a revista *Mediapolis*. Jornalista, é membro suplente do Conselho Deontológico do Sindicato dos Jornalistas.



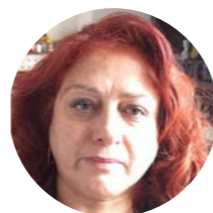
ABÉDJÉ SINATOU SAKA

É jornalista há cinco anos, em Paris. Originalmente do Benim e Yoruba, trabalha há alguns anos em temas relacionados com a tecnologia e a sua influência em África. Tem assistido à mais recente turbulência digital do continente e está muito interessada em saber como essas ferramentas podem ajudar a imaginar-nos um futuro mais inclusivo.

Ecos gráficos

CECÍLIA SILVEIRA

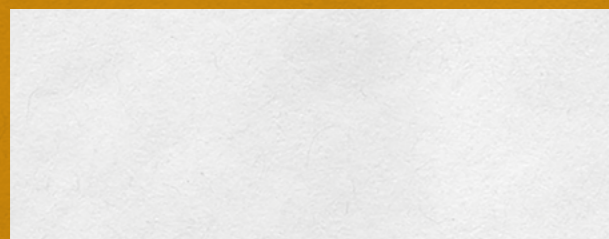
É brasileira, em Lisboa desde 2010. Licenciada em Artes Plásticas, Mestre em Crítica de Arte e Arquitetura (UCoimbra) e doutoranda em Belas Artes (Desenho) na ULisboa. Ensina banda desenhada no Ar.Co e é formadora no campo da edição e publicação independente. Em 2017, funda a Sapata Press, um projecto editorial transfeminista e interseccional com foco em fanzines e BD de autor.

Escaparate

LIVIA APA

Nasceu em Nápoles. É investigadora, com trabalho na área dos estudos culturais dos países de língua oficial portuguesa. É também tradutora, tendo publicado em italiano, entre outros, Mia Couto, Ondjaki, Ruy Duarte de Carvalho, Mário Cesariny, Ana Luísa Amaral, Ana Paula Tavares. Faz parte da direcção do *Archivio Memorie Migranti* de Roma. Colabora com a revista *Gli Asini* de Roma.

Conversas
Imperfeitas



O jornalismo e a necessidade de muitas (outras) histórias



EUCLIDES GONÇALVES



CÂNDIDA PINTO

De um lado, um antropólogo moçambicano, do outro, uma jornalista portuguesa com vasta experiência em reportagem internacional conversam sobre a vertigem do jornalismo na actualidade, as imagens produzidas sobre o continente africano e a forma como as questões do Desenvolvimento são (re)tratadas nos media portugueses. Afinal do mesmo lado, a considerarem que é necessário incluir na agenda mediática outras histórias e outras narrativas.

EUCLIDES
GONÇALVES
(E.G.)

— Talvez a Cândida começasse, porque não sei como Portugal vê África, eu posso falar é do lugar daqui, do pouco que vejo da cobertura jornalística feita por alguns órgãos de comunicação que passam cá. Sou antropólogo de profissão e sou director de um instituto de pesquisa que se chama *Kaleidoscopio* e vou falar a partir desse lugar de pesquisador e dessa posição de um moçambicano que trabalha sobre questões ligadas ao desenvolvimento. Posso comentar com base nesta experiência sobre o lugar dos media e o lugar do jornalismo no desenvolvimento aqui, nacional, mas também da ligação que tem com a indústria da ajuda ao desenvolvimento internacional. Talvez fosse melhor começar desse lado... Qual é o Moçambique, ou qual é a África que chega ou que se representa em Portugal?

CÂNDIDA
PINTO
(C.P.)

— Acho que o jornalismo hoje tem sérias dificuldades a vários níveis. Os media tradicionais estão numa retracção elevada devida a uma acentuada crise. Nalgumas áreas, mais fora de Portugal do que aqui, já se discute o que será mais importante no jornalismo – se são os órgãos de comunicação social ou se são os próprios jornalistas ou repórteres. Essa discussão tem muito a ver também com a questão do *online*, o facto de o jornalismo *online* ser hoje uma das áreas mais imediatas e mais utilizadas, pela sua velocidade, pela rapidez. De facto, estamos numa situação em que não sabemos muito bem para onde vamos - e eu falo como jornalista -, qual será o nosso futuro. Por um lado, há essa velocidade *online* que nos permite contactar, comunicar, dar informações de uma forma rápida. O reverso da medalha é que muitas dessas informações podem não ser rigorosas, verdadeiras, e por isso podem induzir as pessoas em erro. A questão *online* levanta ainda um outro problema:

cada pessoa, normalmente segue *online* aquilo que está mais dentro dos seus padrões, aquilo a que é “fiel”, que é mais do seu agrado. Se pensarmos no jornalismo, na sua essência, ele deve procurar o contraditório e também trazer ao conhecimento dos cidadãos situações novas. A rapidez do *online*, se por um lado nos conecta com o mundo inteiro – nós hoje sabemos o que se passa em Hong Kong ou em Washington ou em Maputo –, por outro lado, também acaba por criar correntes de opinião sem contraditório. Estou a lembrar-me, por exemplo, do que aconteceu recentemente com as eleições brasileiras que deram a presidência a Jair Bolsonaro. Houve, de facto, um investimento grande nas redes sociais, nomeadamente no *WhatsApp*. Foi denunciado o envolvimento de empresas envolvidas nessa onda. Na rede eram difundidas muitas informações sem qualquer tipo de contraditório e algumas delas falsas. Essa rede foi crescendo e desvirtuou muito daquilo que é o jornalismo. Aliás, o actual presidente do Brasil recusou sempre, ao longo da campanha, os debates com os outros candidatos, recusou ser confrontado, participar no contraditório, ser questionado sobre as suas medidas e apoiou-se sempre, exclusivamente no *WhatsApp* e no *Twitter*. Portanto, hoje, se por um lado vivemos numa época em que tudo é mais rápido, instantâneo, em doses muito curtas, na lógica do *tweet*, há muitas coisas que acabam por não ser explicadas na sua densidade. A realidade, como sabemos, não é preta e branca, tem muitas camadas e há muitas coisas que é preciso explicar. E é essa a função do jornalismo também – encontrar o contraditório e explicar às pessoas por que é que determinado acontecimento sucede daquela forma e não de outra. Ora, para isso é preciso tempo. É preciso entender primeiro, compreender, e depois explicar. Actualmente, estamos numa fase em que nem sempre isso se consegue, há essa vertigem da velocidade, de dar a informação rapidamente, às vezes sem estar totalmente confirmada. É a nova realidade que estamos a viver, não a podemos parar com as mãos, é como o vento, é preciso tentar perceber como é que se vai daqui para a frente. Não é uma realidade fácil.

E.G.

— Não sendo jornalista, compreendo perfeitamente, e tenho acompanhado também estes debates sobre o lugar do jornalismo tradicional, em que as reportagens são precedidas de uma investigação da qual se espera que as diferentes partes possam ser ouvidas e se possa fazer o contraditório. Mas, como a Cândida diz bem, nós próprios, a sociedade, a audiência, estamos à procura do imediato. Vivemos num mundo, em que o fluxo de informação é rápido, constante...

C.P.

— ... e avassalador.

E.G.

— Sim, sim, e por isso temos de repensar o jornalismo para hoje. Como disse, houve uma transformação e não há volta, não podemos pará-la. A principal questão que se coloca tem a ver com as *fake news*. É realmente um problema, mas quando começamos a pensar que tipo de soluções podemos encontrar – uma seria repensar o jornalismo enquanto profissão e outra seria inserir mecanismos de controlo nas agências de informação. Mas as agências de informação não são as únicas que agora disseminam informação. Temos actores, indivíduos, que se tornam celebridades, e são as fontes, e ganham credibilidade porque partilham alguma informação ou apenas as suas opiniões e aí coloca-se o segundo desafio que é como regular o espaço profissional e o espaço individual daqueles que participam, que comunicam... Então, é uma questão que se coloca para o jornalismo tradicional, profissional, que terá de se adaptar muito rapidamente. Creio que as grandes agências, as grandes televisões, estão a tentar manter parte desse rigor, mas adaptando-se às novas plataformas *online*, para que possam fazer duas coisas – passar a informação rapidamente,

mas também interagir com as audiências. Não sei se a responsabilidade vai ser apenas das empresas jornalísticas ou se os cidadãos também deverão ter uma maior consciência. Penso que essa consciência também começa a crescer. Noto, nas redes sociais, que grupos existentes procuram mecanismos de verificação, sobretudo quando são informações escandalosas, ou radicais. Enquanto que, por um lado, as empresas de comunicação se vão adaptando a esta rapidez e às novas plataformas de comunicação para interagir e comunicar com as suas audiências, o cidadão está a começar a aprender a discernir e a filtrar a informação que recebe, o que não quer dizer que vá procurar a informação mais rigorosa. Ele ainda tem direito de escolha e aí se coloca o terceiro desafio, que é: por causa das opções que o indivíduo tem, há a possibilidade de afiliação a grupos radicais, a grupos que se tornam populares, promovendo discursos de ódio, por exemplo. Então, estes são os três grandes desafios e sinto que, caso a caso e com o tempo, vamos aprendendo a conviver com essas situações e a regulá-las. As audiências começam a ser cada vez mais atentas, mas também continuam a haver casos de extremistas que recebem bastante apoio. Não olharia para isso apenas como um problema do jornalismo, é um momento do nosso tempo. É um reflexo do mundo desigual em que vivemos.

C.P.

— Concordo. Os jornalistas têm um quadro ético e deontológico para o exercício da sua profissão. Muitas vezes, as pessoas procuram algumas marcas, órgãos de comunicação social que reconheçam fidedignidade para testarem até que ponto uma informação que lhes está a chegar é verdadeira ou não. Para um jornalista ou para um meio de comunicação social o seu património mais valioso é a sua credibilidade. Por outro lado, vivemos numa época em que jornalismo e comunicação são misturados e confundidos. Ora, a comunicação é uma coisa e o jornalismo é outra. E, cada vez mais, vemos líderes, como frisaste, a utilizar a comunicação *online* - não é jornalismo - para angariar simpatizantes e para ampliar a sua intervenção e a sua capacidade

para persuadir as pessoas. Essa distinção entre comunicação e jornalismo é cada vez mais importante e, na minha opinião, o jornalismo sério e credível é fundamental ao regime democrático porque é um dos pilares, o da verificação, de respiração. É um elemento que pode revelar se uma sociedade é saudável ou não. É uma coisa diferente da comunicação, em que qualquer um é livre de a fazer. Depois pode ter mais ou menos sucesso, cativar mais ou pessoas. E se cativar muitas pessoas pode ter algum perigo. Vimos, há poucos anos, como o *Daesh* radicalizou muitas pessoas que partiram de vários pontos do mundo para as suas fileiras do território sírio e iraquiano. E foi sobretudo [através da comunicação] *online*. Esta era uma organização que raramente permitiu que fosse feito jornalismo para a caracterizar. Obviamente, é uma organização terrorista, que tinha as suas regras, mas não deixou de influenciar muitas pessoas, com danos vitais para muitas pessoas e impacto em muitas sociedades. Portanto, hoje vivemos nessa fronteira entre a comunicação e o jornalismo que são coisas bastante diferentes.

E.G.

— Absolutamente de acordo, acho que essa radiografia está muito bem feita. Penso que a comunicação ganha cada vez mais espaço, porque as audiências conseguem aperceber-se, com maior clareza, desta relação entre o jornalismo e o poder, particularmente o poder do Estado e o poder do capital. Há muitas situações em que o jornalismo se faz nos limites daquilo que os Estados permitem. Principalmente, se olharmos para regimes autoritários ou semi-autoritários.

C.P.

— Sem dúvida, mesmo nas novas democracias *iliberais*.

E.G.

— Exacto. O controlo excessivo do Estado. Quando não há um controlo excessivo do Estado, há uma sensação de maior liberdade, mas com o risco de se cair no controlo do capital, porque o jornalismo é feito por empresas, que fazem parte de uma economia e que, de uma forma mais aberta ou não, acabam por se deixar apanhar na teia de atribuição de valores, de valorização de determinados pontos de vista que depois se tornam parte de uma visão dominante do mundo. Então, os ouvintes, telespectadores, audiências, tentam conjugar tudo isso - o que recebem dos media tradicionais e das plataformas de comunicação. De certa forma, parece justo. Olhando a partir de Moçambique, sendo alguém que tem tido a possibilidade de viajar, usando uma plataforma que pode parecer muito libertadora e democrática como o *Google*, noto que os resultados que obtenho para a mesma busca feita a partir de Maputo e de Londres são diferentes. Até que ponto o *Google* é uma ferramenta que me permite aceder a informação que é necessariamente relevante para mim, quando a relevância dessa informação já foi predeterminada previamente? Se olharmos também para os media tradicionais que cobrem África - *CNN*, *BBC*, *Al Jazeera* - os programas para África têm mais ou menos o mesmo perfil. Todos representam uma parte de África. É por via disso que as audiências tendem a procurar multiplicar as suas fontes e, por isso, esta relação que depois se torna promíscua entre jornalismo e comunicação. O jornalismo não está isento das relações de poder, nomeadamente das suas relações com o capital. É um ponto crítico.

C.P.

— Ia pegar aí no ponto em que falaste da representação que se faz de África, fora dela. Recentemente, houve uma polémica curiosa com o *New York Times*, que procurava um correspondente para um país africano e definia um pouco o perfil de pessoa que queria. Falava na experiência que essa pessoa iria ter, referindo-se a algo bastante *exciting*, que iria ser confrontado com situações de algum perigo, mas também com belas paisagens e situações muito

bonitas de descrever. Isso levantou, na própria redacção do *New York Times*, uma polémica e foi tratado mesmo ao nível da imprensa internacional. Isso é um problema que me parece existir em relação à representação de África. Obviamente, alguns fazem informação muito boa, sem dúvida, não estou a pôr isso em causa, mas a ligação permanente e profunda, o predispor-se a conhecer e a entender realidades que são muito diferentes das nossas nem sempre é óbvio. Isto cruzado com a necessidade de ter audiências ou de ter sucesso, por vezes, a representação que acaba por ser dada de África é bastante enviesada. Já me cruzei, muitas vezes, com pessoas de África, a comentar a informação que é feita de lá e a perguntarem em que planeta é que aquelas pessoas estiveram quando passaram por alguns países. Isto não é fácil e vou tentar explicar porquê. Conhecermos as realidades diferentes das nossas demora tempo e requer investimento para se compreender melhor. É preciso passar tempo. Não conhecemos bem o outro se não passarmos tempo com ele. Não conhecemos bem outra realidade se tivermos pouco tempo com as pessoas que a vivem. É preciso investir. E depois é preciso também afastar os “lugares comuns” que fazem a representação que o *New York Times* procurava no seu colaborador, que era a África terrível, dos conflitos e das catástrofes e a África bela, que enfeitiça e brilha aos olhos de um visitante. A África da vida normal é que é necessário encontrar, do meu ponto de vista, e mostrar. Ao longo da minha vida de jornalista, sempre tive essa preocupação, fosse em que lugar fosse, de tentar perceber a vida normal das pessoas - a vida normal de um professor, de um agricultor, de um empresário, de uma pessoa que tem muita dificuldade em sobreviver. Há uma coisa que é óbvia: nós somos todos iguais, depois dependendo do sítio em que nascemos, em que crescemos e a forma como fomos educados, em que nos formámos, é isso que nos molda. Para entender o outro, é preciso ter disponibilidade para isso e para compreender aquilo que está fora do nosso alcance que pode parecer muito diferente, mas é apenas outra forma de estar na vida. É uma riqueza. O mundo é muito rico porque é muito diverso, porque se fossemos todos iguais, seria insuportável.

E.G.

— Concordo que precisamos de multiplicar as imagens, não só de África, mas também das outras partes do mundo. As representações são uma forma de dar sentido ao mundo. A questão é quem representa o quê e quando? E esse é que é o desafio: sermos todos capazes de estar conscientes das nossas posições no tempo e no espaço, porque agora estamos a falar sobre África vista fora do continente, mas o jornalismo que se faz em África, sobre África, também privilegia lugares e olhares. Esta questão da representação tem de ser levada em consideração por todos. Só assim podemos contar histórias múltiplas de alegrias, de tristezas, de falhanços, de sucessos, de superação. Só tendo consciência disso, mas isso só se pode fazer com conhecimento teórico, empírico, com vontade profissional de fazer bom jornalismo, com vontade política, porque as representações dominantes referem as relações de poder numa determinada sociedade. As imagens produzidas em maior quantidade são imagens controladas e seleccionadas por um grupo de privilegiados e então isso é algo que temos de considerar quando pensamos em como melhorar e como ter um jornalismo que seja mais aberto e que olhe para as múltiplas realidades nos espaços geográficos onde opera. É preciso haver um esforço, perceber de onde falamos e para quem falamos.

C.P.

— Estou a lembrar-me de uma pessoa que conheci, um cidadão britânico, de origem paquistanesa, que passou pelo radicalismo e que depois saiu e se tornou um moderado e hoje está ligado a um *think tank*, em Londres, que tem a ver sobretudo com o islão moderado. Falei com ele uma vez e ele disse-me uma coisa que nunca mais esqueci e que é uma observação muito curiosa: a marca - o *brand* - do conflito ou da violência é muito mais fácil de propagar do que a marca da paz, porque parte-se do princípio de que, se há paz, não é preciso fazer mais nada. Ora, seduzir as pessoas - ele falava mesmo assim - em

como é difícil seduzir as pessoas para a marca da paz e como é muito mais fácil seduzir as pessoas para a marca da violência, de exercer um poder sobre outro. É uma questão muito simplificada, mas é muito importante e liga-se um pouco com aquilo em que pensamos quando se fala de desenvolvimento. Ou seja, tem muito a ver com como é que o jornalismo se cruza com o desenvolvimento, sublinhando essa marca que não é conflituosa. O desenvolvimento, em princípio, deve dar mais bem-estar às pessoas, portanto é uma questão pertinente e que é fundamental colocar.

E.G.

— Absolutamente de acordo. Estou a pensar em exemplos de histórias de paz, se temos exemplos de histórias que sejam de sucesso. De certeza que existem, mas não se vendem tão bem como se vendem as crises. E quando estamos a pensar no desenvolvimento, é importante mostrar o subdesenvolvimento para haver apoio ao desenvolvimento. E há um conjunto de relações que se estabelecem entre indivíduos, entre Estados, entre empresas, que precisam dessa narrativa, e tem sido de facto difícil haver um equilíbrio entre histórias positivas, que sejam histórias de superação, histórias de paz... Não queria chamar-lhes histórias “normais”, porque o normal numa sociedade é ter paz e conflito. Mas produzimos, em quantidade, informação sobre realidades negativas e essas é que vendem, é que conquistam maior espaço e também geram maior receita e apoio. É só olhar, por exemplo, para a situação e para o tipo de apoio que se consegue quando se reportam situações extremas, que resultam de catástrofes naturais. Há um fluxo de apoio que é quase espontâneo e imediato. Mas se situações de vulnerabilidade são reportadas, elas não ganham cobertura. Não recebem o mesmo tipo de apoio. O mundo, não só em África, mas noutros lugares, tem várias catástrofes que estão acontecendo, um pouco todos os dias, que é o resultado da situação de vulnerabilidade em que muitos encontram. Quando se produz um acidente, produz-se uma oportunidade para captar e representar um espectáculo, que é um espectáculo de violência, de crise, e aí, sim, os nossos

media dão mais destaque a isso. Penso também no cidadão, nas audiências. Se não houvesse recepção, essas histórias não continuariam a preencher grande espaço de tempo de antena nos órgãos de informação.

C.P.

— Já fui a Moçambique várias vezes, gosto muito de Moçambique. Estive aí na altura do Ciclone Idai e trago esse momento aqui para sublinhar uma das situações com a qual fui confrontada, que é extraordinária e que tem a ver com esta questão da Ajuda ao Desenvolvimento. Fui de barco a Buzi, uma localidade que foi altamente atingida pelo ciclone e no cais, estavam pessoas para serem *resgatadas*. O que é que foi curioso? É que as pessoas não queriam ser resgatadas. E porquê? Nunca mais me esqueci disto, porque achei exemplar - as pessoas diziam tranquilamente o seguinte: “Querem-nos levar daqui para a cidade - Beira - onde neste momento as atenções estão concentradas, onde há ajuda, onde estão muitas organizações, onde os media internacionais estão todos concentrados, mas é uma cidade que também está devastada. Se nós sairmos daqui e formos para a cidade, vamos perder a ajuda ao local onde sempre vivemos e onde queremos continuar a viver. Queremos ficar aqui, mesmo que no meio de grandes dificuldades, e queremos que a ajuda chegue aqui e nos permita continuar a viver aqui. Se formos para a cidade da Beira, o que acontece é que depois desta fase em que todas as atenções estão focadas neste local, vamos para a fase do esquecimento e as nossas vidas vão ser piores do que a vida que podemos ter aqui, porque vamos ser vagabundos no meio da rua, numa cidade que está destruída”. Ora, achei isto de um nível de resiliência e de clarividência, de pessoas que tinham perdido tudo, mas que diziam: “nós, aqui, se nos ajudarem perante uma situação como esta, saberemos continuar a nossa vida”. Achei isto de uma sabedoria extraordinária, e dei bastante eco a isto, porque não estava à espera, surpreendeu-me.

E.G.

— É uma história comum, porque Moçambique tem sempre ciclos... O Idai foi um caso extremo, mas Moçambique é propenso a estas situações de cheias e secas cíclicas. Essa história que conta acontece muitas vezes, exactamente porque as pessoas têm muito claro qual pode ser o papel da ajuda. O papel da ajuda, na perspectiva desses cidadãos, e eu até concordo, não tem de ser de criar dependência, porque se vão para a Beira, para receber ajuda, o que acontece quando a ajuda acabar? E estando nos seus locais de residência, sem os seus bens e sem as suas casas, no caso do Idai, irão passar por situações muito difíceis. Logo que se reunirem as condições mínimas, as pessoas começam a reconstruir. Se tivesse perguntado, imagino, a essas pessoas que diziam que queriam que a ajuda fosse para lá, se a condição para receber ajuda era saírem, responderiam provavelmente “Ok, tudo bem, a ajuda que fique lá na Beira que nós vamos encontrar formas de reconstruir as nossas vidas aqui”. Isso aconteceu. Ainda não fui para essa zona depois do Ciclone Idai, mas tenho estado em contacto com colegas e amigos que estão nessa zona, e com alguns pesquisadores, e que estão a contar essas histórias de muita gente que não recebeu ajuda, e que teve de encontrar formas de reconstituir as suas vidas. Houve uma grande mobilização e uma coordenação para apoio às vítimas que foi algo histórico para Moçambique, mas há vários grupos de pessoas que não receberam ajuda, mas também não ficaram à espera de receber ajuda. São essas histórias de resiliência, de superação, que começam no dia-a-dia. Nos media, nós vimos as imagens feitas por helicópteros, drones, a fotografia, mas para os indivíduos a fotografia não é a mesma. Para o indivíduo o problema é a sua casa - como resolvo o problema da minha casa? Então, OK, o Estado vai apoiar, a ajuda internacional vai chegar, mas enquanto não chega, vou fazendo alguma coisa. E de certeza que numa geração, duas ou três, não se repete na vida dos indivíduos casos similares. Vivem outras crises, e têm de desenvolver mecanismos de resiliência, que têm de ser activados nesses momentos de crise. Esta foi uma grande crise, mas as pessoas encontram soluções, e essa é a história que ficou pouco contada. Estive na cidade de Pemba, quando foi do ciclone Kenneth, e também assisti a isso. Logo que a intensidade

da chuva reduziu - portanto as pessoas não esperaram informação oficial que não haveria novas vagas - à primeira oportunidade as pessoas fizeram-se ao mar para pescar, para alimentação e para venda. Eu, como visitante, estava preocupado com a situação, com gente ainda por ser resgatada, mas aqueles que podiam faziam algo imediatamente para recomeçar as suas vidas, mesmo sem saber se o ciclone se tinha dissipado. Foi uma lição para mim. Quando a gente vê essas grandes crises em ponto maior, ficamos a pensar que tudo fica parado até chegar a ajuda, quando na verdade nem sempre isso que acontece.

C.P.

— Não resisto a perguntar-lhe: O que é que para si seria importante? Que tipo de histórias, o que é que gostaria que o jornalismo retratasse, de forma a dar maior peso à questão do desenvolvimento ou a tornar-se mais activo no desenvolvimento? O que é que iria ler, ouvir, iria assistir?

E.G.

— Penso que precisamos de multiplicar histórias. O que nós todos acabamos fazendo é repetir as mesmas histórias e essas histórias são histórias que a indústria do desenvolvimento precisa de ouvir, mas essas histórias têm de ser globalizadas. Não significa apenas que sejam conhecidas, mas que se possa agir sobre elas. Penso que a indústria da ajuda, do desenvolvimento, conhece as várias histórias, as várias realidades. Mas depois tem de seleccionar aquelas que são convenientes para o seu próprio trabalho. Vou-lhe dar um exemplo: estive em Nhamatanda e na Beira duas semanas antes do ciclone Idai e estava a trabalhar com associações de camponeses que me contaram histórias de projectos em que eles recebiam ajuda. Alguns deles têm recebido ajuda há mais de uma década, mas nenhum dos projectos se tornou sustentável.

C.P.

— Porquê?

E.G.

— Porque a ajuda que recebiam não era a ajuda que queriam. Por exemplo, os actores externos, os doadores, decidem que os agricultores moçambicanos precisam de aprender a técnica do plantio em linha, e vão ensinar-lhes isso. E os agricultores disseram-me: “ensinam-nos isso há mais de duas décadas, todos os projectos vêm ensinar, mas nós não dizemos que não”. Muitos destes projectos são antecidos de consultas e estudos e estas informações são passadas, mas também acontece que, quando as consultas são feitas, o orçamento para o projecto foi já aprovado, com formação técnica para capacitar em como fazer o plantio em linha, então é isso que vai ser. Por isso, penso que a comunicação ganha mais peso do que o jornalismo quando começamos a pensar no desenvolvimento. Podem-se encontrar diferentes plataformas para dar voz a estes grupos que são merecedores de ajuda ao desenvolvimento. Podem-se adoptar diferentes plataformas para passar conhecimento e informação, e também pode-se usar essas plataformas para facilitar o diálogo e troca de informação entre as comunidades. No caso de Moçambique, posso dizer que há um sistema de rádios. Há a rádio nacional, mas também há as rádios comunitárias que têm uma vocação mais virada para os distritos onde estão localizadas e que têm um grande papel na Comunicação para o Desenvolvimento. Devemos investir em multiplicar histórias. Só conhecendo múltiplas realidades, podemos começar conversas para pensarmos o desenvolvimento em novos moldes. Temos de apostar em amplificar as vozes desses grupos. No caso que citei, são grupos que recebem ajuda, mas é uma ajuda que não os ajuda. Não é correcto dizer que não os ajuda, no sentido em que essas pessoas preferiam que as ajudassem. Se se oferece um tractor que vai servir para um ano, e depois não há sobressalentes, o tractor terá servido para um ano. Mas a questão é: a ajuda não funciona de tal forma que deixe de ser necessária. Então,

melhor comunicação talvez pudesse permitir que pensássemos programas de ajuda em modelos que haviam de ajudar os grupos beneficiários a sair da situação estrutural de subdesenvolvimento em que se encontram.

C.P.

— Essa questão das rádios comunitárias tem uma importância e um peso enorme para as populações, porque é um meio local e que na questão do desenvolvimento pode fazer a diferença. Há muitas histórias de rádios na Guiné-Bissau com um impacto extraordinário em termos de prevenção na saúde. De facto, pode haver uma partilha grande de informação e é muito directa. A questão que se levanta também é até que ponto é que os programas de ajuda estão ajustados à realidade que é o seu objecto. No caso que conta, há uma saturação de uma determinada ajuda que não é eficaz. É preciso ter em conta que as realidades mudam muito. Se há necessidades que nos acompanham a vida toda, há outras que mudam bastante. As alterações climáticas acabam por introduzir aqui um novo dado no que são as realidades. É preciso procurar saber bem o que é necessário às comunidades, antes de desenhar um plano, ter em conta uma pesquisa exaustiva daquilo a que se destina o plano. O plano deve vir da realidade para a ajuda, e não de cima para baixo. Já fui confrontada com isso algumas vezes, de pessoas que querem enviar coisas que estão completamente desajustadas das realidades. Acho que esse trabalho de perceber as necessidades das pessoas, quais os mecanismos que precisam para se tornarem sustentáveis, é fundamental para uma ajuda que não seja repetitiva, mas que desenvolva, que ultrapasse etapas e torne uma comunidade sustentável.

E.G.

— Ainda bem que mencionou as mudanças climáticas e como elas estão a introduzir novos elementos, novas necessidades e novos problemas nas comunidades. As mudanças climáticas são uma realidade e uma questão que

precisamos de olhar e tomar em consideração. Mas é também importante aquilo que diz sobre conhecer as realidades, porque agora há um movimento e um conjunto de programas para ajudar as comunidades a tornarem-se mais resilientes em relação às mudanças climáticas, mas há outras questões que antecedem as mudanças climáticas. Há partes da cidade de Maputo - e de outras cidades - em que não há um sistema de saneamento que funcione. Basta uma chuva torrencial de 10 minutos para haver cheias. Depois, provoca danos e aí é um problema de mudanças climáticas ou um problema de planeamento urbano e vulnerabilidade estrutural de alguns grupos que se encontram em zonas desprivilegiadas? É a atenção para esse tipo de detalhe que precisamos de ter. É nesse sentido que digo que é importante documentar essas realidades. As pessoas vivem pequenas crises todos os dias. Se a chuva que caiu em Pemba e na cidade da Beira tivesse caído na cidade de Maputo, havíamos de ter muitas situações parecidas. É importante pensar nessas vulnerabilidades estruturais.

C.P.

— Estava a lembrar-me que quando surgem estas situações anómalas - e com as alterações climáticas vamos estar cada vez mais expostos a estes excessos de calor e frio, de secas e chuvas torrenciais - é fundamental as infra-estruturas estarem preparadas para que o efeito destas alterações seja menor. Sem infra-estruturas em condições, obviamente que os danos são elevados. E é necessário, de facto, fazer esse trabalho de esclarecimento às pessoas. Quando se fala na ajuda, as pessoas muitas vezes ficam muito sensibilizadas quando há um acontecimento de grande envergadura, uma catástrofe e querem ajudar tudo no momento, mas passado esse momento as coisas perdem-se. Portanto, nessa monitorização da consequência dessa ajuda - se se tornou sustentável ou não - é aí que o jornalismo pode ajudar, nessa verificação ou na confrontação das pessoas responsáveis pelo sucesso ou insucesso dessa ajuda. E isso também é importante para os doadores. Este ciclo está todo ligado. Acho que precisamos de bom jornalismo que possa

acompanhar e ajudar a perceber como é que o desenvolvimento pode ser sustentável em determinadas áreas, e também comunicação. A comunicação não tem só os malefícios de que falávamos no início da conversa. É também importante para replicar situações que resultam, que são adequadas e que resolvem os problemas das comunidades.

E.G.

— Gosto dessa ideia de monitorização da ajuda e acho que nós não queremos deixar passar a ideia de que a indústria do desenvolvimento não aprende. Ela aprende, transforma-se, adapta-se. Os programas de desenvolvimento, na verdade, agora são concebidos já com programas de adaptação a novas situações que possam surgir. A questão é: até que ponto é que os pontos de partida estão próximos da realidade? Se o ponto de partida está muito longe da realidade, aí fica mais difícil. O facto de a ajuda ser trabalho de quem dá, também torna os processos difíceis, porque quem dá tem de fazer um plano de quanto quer dar, quando quer dar e como pode dar. E aí a possibilidade de participação dos beneficiários é, cada vez mais, reduzida. Se queremos pensar em jornalismo que faz monitorização da ajuda, deveríamos pensar num jornalismo que faz a monitorização dos receptores da ajuda também.

C.P.

— Da ajuda e das suas consequências.

E.G.

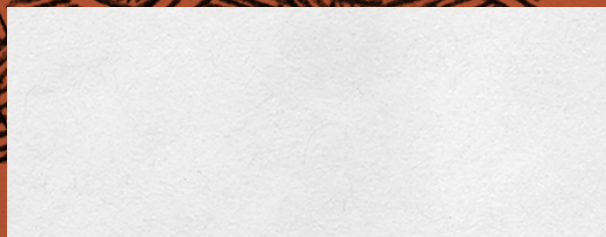
— Os receptores da ajuda não podem ser isentos da sua responsabilidade. Não podem apenas queixar-se que a ajuda que recebem não era a ajuda que

queriam. Então, por que é que aceitaram? Não deveriam ter aceite. Dez anos depois deveriam ser capazes de saber negociar essa ajuda, de saber transformar essa ajuda que não estavam à espera, em alguma coisa que dê alguma sustentabilidade. E talvez o façam e a gente não saiba. Essa seria uma história muito interessante de contar. Em vez de contar como um projecto falhou, contar como é que um projecto alcançou coisas que não tinha planificado.

C.P.

— É uma bela história.

Saber e
circunstâncias



Comunicação e jornalismo para a mudança social: que desafios?

CARLA CERQUEIRA E SÓNIA LAMY
INVESTIGADORAS EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO

“ Explicar o que se entende por comunicação para a mudança social e desenvolvimento implica olhar para a comunicação enquanto processo social , o qual depende sempre do contexto e do prisma epistemológico ”

Introdução

Desde meados da década de 1990 que tem crescido a atenção sobre a comunicação para o desenvolvimento, bem como a consciência de que a comunicação desempenha um papel fundamental no contexto da mudança social.

A comunicação não é um fenómeno externo ou independente da cultura da entidade ou organização e naturalmente que está relacionada e intrinsecamente associada a esta. Paralelamente ao seu papel no contexto da organização, quando falamos em comunicação para a mudança social devemos encontrar o equilíbrio que nos leva para um ou outro lugar. De facto, ao pensarmos a comunicação para a mudança social pensamos nos fenómenos, crenças e valores que motivam e mobilizam a ação de uma instituição ou entidade.

Além de pretendermos refletir sobre o papel da comunicação no contexto da mudança social, neste texto visamos ainda observar a forma como os meios de comunicação, nomeadamente os média noticiosos, produzem efeitos na sociedade. Partindo da máxima de que o jornalismo está envolvido na (re)construção do espaço público, propomos aqui a observação da perspetiva da teoria do agendamento, e forma como de certo modo o jornalismo pode contribuir para a mudança social a partir da construção de uma agenda que potencie isto mesmo.

A comunicação para a mudança social

Explicar o que se entende por comunicação para a mudança social e desenvolvimento implica olhar para a comunicação enquanto processo social, o qual depende sempre do contexto e do prisma epistemológico que estão a ser utilizados. De acordo com Chaves (2012), a comunicação para a mudança social pode ser entendida como alternativa, participativa, que empodera e vai permitir criar espaços de expressão.

Na mesma aceção Peruzzo (2015: 192-193) explica que “não se trata de pensar a

comunicação apenas como os meios ou instrumentos eficazes como canais difusores de mensagens, mas imbricada em atividades com vista ao desenvolvimento integral e participativo. Trata-se de pensar a comunicação como parte de um processo organizativo/mobilizador de caráter comunitário, que se volte para a produção de conhecimento e de sistemas de informação segundo as necessidades e interesses dos grupos envolvidos nas lutas para ampliação da cidadania”. Já se recorrermos a Servaes (2008) este refere a necessidade de um diálogo comunicativo contínuo entre quem propõe a comunicação e quem beneficia dela. Entende por isso que a comunicação mediática é importante, mas a comunicação dentro do grupo (comunicação interpessoal) é crucial.

Uma coisa parece emergir e tornar-se evidente. O papel fundamental dos média e da comunicação no processo de mudança social. Como aponta Tufte (2017), é cada vez maior o impacto do reconhecimento de que a comunicação é parte dos processos de transformação, esse reconhecimento crescente pode não estar propriamente ligado a um campo específico de comunicação para a mudança, mas num processo que inclui e tem na base as comunidades. Sobre isto, este autor defende mesmo que “há uma voz que tem ganho lugar nos processos de mudança social e política, resultado de uma articulação cada vez maior de táticas por parte dos cidadãos, os cidadãos que se estão tornando requerentes de desenvolvimento” (Tufte, 2010:86). E apesar do autor sugerir que o agente da mudança não reside mais no jornal ou no jornalista, mas no cidadão comum, este cidadão não deixa de estar envolto num contexto onde a informação é base para uma parte de construção daquela que é a realidade que este tem na sua base de formação. Se os novos média têm um forte impacto na reprodução de informação que “alimenta” os movimentos sociais e as transformações sociais (Tufte, 2017), parece-nos determinante referir aqui a relevância destes mesmos novos média para a polarização de informação criada de forma regular num contexto jornalístico, pelo que nos parece aqui também crucial observar a forma como nos parece que o jornalismo tem vindo a contribuir para a comunicação da mudança.

O papel do Jornalismo na comunicação da mudança

O jornalista, enquanto produtor das notícias, “é responsável por uma missão pública de informação, que constitui o seu estatuto normativo, e está enquadrado a dois níveis. Ao nível da empresa noticiosa, que assegura a publicação ou a difusão da sua obra jornalística, e cujo carácter específico, peso e aspirações variáveis condicionam a sua atividade” (Cornu, 1994: 255). É incontornável que a linha redatorial dos média determina fortemente o modo como estes se posicionam, assim como os hábitos e tradições que criam. Como refere Cornu (1994), muitos fatores influenciam o produto final, as relações com as principais fontes de informação, a atenção prestada ao público, os círculos de influência, no fundo, todas as interferências que se tornam parte das notícias produzidas.

Parece-nos relevante entender o jornalismo como elemento fundamental neste processo, e partindo da premissa de que os meios de comunicação têm capacidade de produzir efeitos na sociedade. Aliás, este tem sido um dos temas mais debatidos no contexto da teoria do jornalismo.

O impacto do agendamento na mudança social

Um dos objetivos aqui determinado é entender alguns dos conceitos que consideramos estar na base do trabalho jornalístico e da forma como este aparece no contexto público. A sociologia do jornalismo tem, aliás, procurado explicar estes mesmo efeitos tentando entender o espaço e relevância do jornalismo enquanto fenómeno determinante no contexto da mudança social. A capacidade, ou incapacidade, de produzir efeitos na sociedade, bem como as relações de poder envolvidas no embate pelo controle do campo jornalístico, têm colocado o jornalismo no centro da discussão sobre o seu papel no processo de mudanças sociais.

Saber e circunstâncias

Naturalmente que a importância do jornalismo se avalia pelo impacto que este pode ter socialmente. Não é possível pensar o jornalismo sem observar também o modo como este chega até ao público e como se repercute. “O jornalismo constitui uma parte da vida política que a própria ciência política tende a negligenciar” (Schudson, 2002: 249). Aliás, alguns estudantes de política têm mesmo vindo a deslocar o seu estudo para a área das notícias por se tornar evidente a importância destas no contexto da formação política. Os média têm um forte impacto e força na própria vida política, independentemente da ação projetada pelos partidos políticos. Contudo, o estudo dos média tem permitido a observação das rotinas e consciência, em todas as entidades, da força e poder deste fator na vida política. Como refere Schudson (2002), para tentar justificar a importância atribuída ao estudo dos média, “as empresas jornalísticas têm estado intimamente ligadas à política”.

Muitos autores dedicam-se precisamente ao estudo do jornalismo pela importância da notícia no contexto social. As implicações da informação parecem revelar-se nas tendências ideológicas e sociais.

As notícias são produto de uma série de ações e rotinas, nas quais a pressão das fontes, nomeadamente das mais poderosas, parece tomar espaço e relevância. A notícia não espelha a realidade, mas também não reproduz somente a ordem social dominante, podendo mesmo funcionar como um mecanismo de resistência social. A profissionalização dos jornalistas e a luta de diferentes agentes sociais na definição dos sentidos sociais dos acontecimentos que promovem dão-nos uma perceção da complexidade, ao qual os jornalistas não estão alheios. Nesta ótica, cada vez mais, os jornalistas têm consciência de toda a máquina que motiva e mobiliza muitos agentes comunicadores, contudo nem sempre conseguem combater esta tendência.

Os públicos usam esta relevância dos média para organizar a sua própria agenda e decidir quais os assuntos que são mais importantes. Ao longo do tempo, os tópicos enfatizados nas notícias tornam-se os assuntos considerados mais importantes pelo público, enquanto outros parecem ficar silenciados. A agenda dos média torna-se também a agenda do público. Noutras palavras, e como refere Maxwell McCombs (2009), os veículos jornalísticos estabelecem a agenda pública. Há uma relação com o público, colocando um assunto ou tópico na agenda pública de forma a que ele se torne o centro da atenção e do pensamento público, é o estágio inicial na formação da opinião pública. No fundo, há uma



ACEP

“ **A notícia não espelha a realidade, mas também não reproduz somente a ordem social dominante, podendo mesmo funcionar como um mecanismo de resistência social** ”

transferência da agenda dos média, e do padrão da cobertura noticiosa, para a agenda do público, e para aquelas que são as preocupações do público. Os assuntos mais destacados tornam-se os mais importantes, os outros ficam “escondidos” numa espécie de silenciamento permanente.

A teoria da agenda atribui um papel central aos veículos noticiosos por serem capazes de definir itens para a agenda pública. O poder da imprensa estabelece a agenda de discussão pública, e este poder político não é limitado por qualquer lei. Este pode ser entendido como central na definição do que está no centro das preocupações sociais.

É neste sentido que desde o início de 1990 desencadeiam-se fluxos sem precedentes, não só de comércio e capitais, mas também de informações, dados e ideias. Parte importante da sociedade civil organizada, ONG, ativistas e movimentos sociais movimentam-se também no contexto público e conduzem alguns “debates” no contexto mediático.

Construção de uma agenda para a mudança social

Se, por um lado, temos um panorama jornalístico com cada vez menos “espaço para a reportagem de desenvolvimento, e para o jornalismo investigativo” (Saeed, 2009:468), a verdade é que é no contexto jornalístico que muitos dos temas de debate surgem.

Ligada às mais variadas e possíveis esferas da vida humana, a atividade jornalística tem, desde a década de 1980, apresentado contornos que lhe atribuem um compromisso direto com a promoção da cidadania e com o desenvolvimento (Cascais, 2001, p. 120). Desde as últimas décadas do século XX e até à atualidade que os média se tornam um palco de discussão, mas em alguns contextos também de formação para a cidadania. O jornalismo não é, na maior parte das vezes, só uma profissão, mas vai muitas vezes mais além, motivando o debate de ideias no contexto do espaço público. Independentemente do ponto de vista, isso tudo coincide com o que Kovach e Rosentiel (2004: 31) chamam de “principal finalidade do jornalismo”: “fornecer aos cidadãos as informações de que necessitam para serem livres e se autogovernar”. Os autores

argumentam que o jornalismo se reflete e interfere nas condutas, na maneira como as pessoas se comportam e até mesmo nas possibilidades – ou, melhor dizendo, nas chances – de participação na esfera pública.

É na procura por novidades que os cidadãos encontram no jornalismo um espaço onde satisfazem esta busca. A imprensa e os meios digitais projetam as discussões da sociedade, valorizando alguns aspectos, em detrimento de outros, como nos sugere McCombs, com a teoria do agendamento. Por isto mesmo acreditamos que no jornalismo também encontramos este espaço de promoção das transformações e do desenvolvimento.

Há raízes comuns no desenvolvimento dos movimentos sociais de acordo com Giddens (1991:131). Durante toda a fase de desenvolvimento primitivo das instituições modernas, os movimentos operários tenderam a ser os principais portadores dos apelos e exigências de valores, como a liberdade de expressão e os direitos democráticos. Contudo, estes podem ser separados dos movimentos democráticos e, pela liberdade de expressão, “têm a sua origem na arena das operações de vigilância do Estado moderno” (1991:132). Jeff Atkinson e Martin Scurrah (2013), numa obra sobre o papel das organizações na mudança social à escala global, distinguem três tipos de estruturas sociais cuja gênese é semelhante. Por um lado, os autores destacam as “organizações da sociedade civil” que têm por base a reunião de cidadãos comuns, em prol de um interesse ou preocupação comum e sobre o qual se sentem particularmente sensibilizados. As características independentes e que excluem organizações governamentais e económicas aproximam estas entidades das que conhecemos por determinadas como ONG. Estas últimas, já formalmente organizadas e constituídas, são habitualmente privadas, autogovernadas, não têm fins lucrativos e a sua agenda está particularmente dirigida para as questões de justiça social – pobreza, promoção dos direitos humanos e proteção ambiental.

Lewis e Kanji (2009) referem que este conceito de sociedade civil é habitualmente usado para um “espaço” que não faz parte nem do estado nem do mercado, grupo do qual fazem parte as ONG. Estes autores defendem que o conceito de sociedade civil só por si não existe. É a partir dos anos 1980 que a ideia de sociedade civil começa a ser invocada enquanto parte de um debate democrático mais desenvolvido, e de uma maior participação pública. “A ideia de sociedade civil está fortemente relacionada com as raízes do conceito de ONG” (Lewis e Kanj, 2009: 123).

Os meios da sociedade civil e movimentos associativos dependem dos recursos existentes, da experiência alcançada e da capacidade de resposta das organizações às necessidades detetadas por esta mesma entidade. Assim, o discurso da sociedade civil é duplamente um meio e o resultado das suas práticas. (Hilhorst, 2003).

Surgem organizações cujo papel que desempenham não é o de atores principais mas, tão somente, o de “agentes catalisadores” ou “facilitadores”, que cooperam com as comunidades locais no reforço do tecido associativo, no incentivo à participação, ou na ajuda aos sectores mais vulneráveis da população. Elementos fundamentais para a sustentabilidade dos processos de desenvolvimento (ONGD, 2005).

Um factor de fundamental importância na relação das associações com o meio e com a comunidade internacional é a comunicação com a sociedade civil. Ponte esta feita em grande medida pelos média, não só pelos novos média, mas também pelos meios tradicionais. A participação da sociedade civil organizada no espaço público parece apontar (Lamy, 2015) para uma presença nos média alinhada com a atualidade noticiosa, em que temas como pobreza e exclusão social, violações de direitos humanos e ambiente motivam muitas vezes um contacto com os média e uma aproximação entre as notícias e a sociedade civil. Lamy (2016) identifica um vasto número de organizações, associações, mas também movimentos associativos no contexto noticioso, com dinâmicas de atuação muito diversas, tanto de origem nacional como internacional. Os jornalistas e as agendas mediáticas parecem ser muito influenciados, nas suas rotinas diárias, pela capacidade de resposta que se depreende ter um movimento associativo perante um acontecimento.

Notas finais

Num período marcado por profundas mudanças no jornalismo, nas organizações e movimentos da sociedade civil, nas plataformas de distribuição de conteúdos e na próxima sociedade é fundamental não ignorar o papel da comunicação e do jornalismo enquanto espaço para o debate de questões coletivas que incluem as várias preocupações existentes na sociedade e que permitem fomentar a participação cidadã e a transformação social.

Se nos parece fundamental perspetivar a relevância da comunicação para a construção destas mesmas transformações, é importante considerar o papel do jornalismo na formação do espaço público, já que este pode ser determinante na forma como a cidadania se constrói, e então como se articulam e acontecem os processos de transformação social.

Muitas são as interrogações que se levantam neste campo da comunicação e do jornalismo para a mudança social e desenvolvimento. Que comunicação se ensina nas universidades? Como é que as organizações e movimentos sociais definem as suas estratégias de comunicação? Que voz é que o jornalismo dá a estes temas e organizações no quotidiano? Que impacto é que a mediatização tem para as organizações que lutam pela mudança social e para as comunidades com as quais trabalham?

Pensar a comunicação para a mudança social e desenvolvimento implica, por isso, diversos desafios. Num campo atravessado por uma grande diversidade de perspetivas, um dos principais passa pela partilha de conhecimentos, dúvidas e experiências entre os vários atores sociais envolvidos neste campo, de onde se podem destacar as organizações e profissionais da esfera mediática, as organizações da sociedade civil e profissionais da área da comunicação e as instituições de ensino superior. Só deste diálogo articulado é possível a compreensão das diversas realidades e das suas necessidades específicas.

Referências

- Atkinson, J., & Scurrah, M. (2009). *Globalizing Social Justice - The Role of Non-Government Organizations in Bringing about Social Change*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan.
- Cascais, F. (2001). *Dicionário de jornalismo: as palavras dos media*. Lisboa: Verbo.
- Chaves, I. (2012). Comunicación y Sociedad Civil. El caso de las ONGD. In I. Chaves (Eds), *Comunicación para el cambio social* (pp.67-84). Madrid: Catarata.
- Cornu, D. (1994). *Jornalismo e Verdade: Para uma ética da informação*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Giddens, A. (1991). *Modernidade e Identidade Pessoal*. Cambridge: Polity Press.
- Hilhorst, D. (2003). *The Real World of NGOs: Discourses, diversity and Development*. Nova Iorque: Zed Books.
- Kovach, B., & Rosenstiel, T. (2001). *Os elementos do jornalismo*. Porto: Porto Editora.
- Lamy, S. J. B. (2015). *As fontes não governamentais nos media. As ONG'S enquanto fonte de informação* (Universidade Novas de Lisboa - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Ciências da Comunicação).
- Lamy, S. B. (2016). El discurso de las ONG de derechos humanos en los medios de comunicación portugueses. *Estudios sobre el Mensaje Periodístico*, 22(2), 647-659-659. <https://doi.org/10.5209/ESMP.54227>
- Tufte, T. (2010). Juventude, Comunicação e mudança social: negociação, navegação e narração da vida de jovens em uma realidade glocal. *Intercom - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, 33(2), 51-72.
- Tufte, T. (2017). *Communication and social change: a citizen perspective*. Malden, MA: Polity.
- Lewis, D., & Kanji, N. (2009). *Non-Governmental Organizations and Development*. New York: Routledge.
- McCombs, M. (2009). *A teoria da agenda: a mídia e a opinião pública*. São Paulo: Editora Vozes.
- ONGD, P. P. das. (2005). *Guia da Plataforma Portuguesa das ONGD*. Plataforma Portuguesa das ONGD.
- Peruzzo, C.M.K. (2015). Comunicação popular e comunitária em práticas de desenvolvimento rural na região de Borborema (PB-Brasil). *Comunicação & Sociedade*, São Bernardo do Campo, v. 37, n.2: 183-208.
- Saeed, S. (2009). Negotiating power: community media, democracy and the public sphere. *Development in Practice*, Vol. 19(4-5).
- Schudson, M. (2002). *The Good Citizen*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Servaes, J. (Ed.) (2008). *Communication for development and social change*. New Delhi: Sage.

Os filhos bastardos e o jornalismo sustentável¹

VANESSA RIBEIRO RODRIGUES

JORNALISTA, DOCUMENTARISTA E PROFESSORA NA UNIVERSIDADE LUSÓFONA DO PORTO

“ Há muito que se destronou a ilusão de uma sacrossanta objetividade na prática jornalística. Em rigor, os jornalistas são atores sociais ”

1. Os filhos bastardos

Há uma resistência generalizada, dentro da classe jornalística, quando falamos de modelos especializados no que tange à abordagem do Jornalismo a temas de Desenvolvimento. São eles uma espécie de filhos bastardos: jornalismo para o desenvolvimento, jornalismo cívico, jornalismo de causas, jornalismo público, jornalismo de direitos humanos, jornalismo social, jornalismo emancipatório, jornalismo de ambiente, jornalismo “ativista”, jornalismo independente, jornalismo global, jornalismo de paz, jornalismo humanitário, jornalismo de ligação, jornalismo de desenvolvimento, jornalismo de interesse público, etc. No debate “Triângulos Imperfeitos” – realizado em 2010, em *Os Dias do Desenvolvimento* – título que remete para a tríade jornalismo, cooperação e desenvolvimento, e cuja transcrição deu origem ao livro com o mesmo nome, com a chancela da ACEP, originou, entre outras, uma reflexão crítica sobre o termo “jornalismo cívico”, com jornalistas de meios tradicionais a colocar o dedo na ferida da razão dessa resistência contra os epítetos. Isso porque *a priori* todo o jornalismo tem de ser cívico. A premissa da resistência é a de que o Jornalismo *per se* basta-se e não precisa de qualificativos, pelo simples facto de que a missão primordial já tem alicerçados os valores, a ética, o compromisso, o escrutínio e as ferramentas essenciais para abordar os temas considerados de interesse público e com os respetivos valores-notícia, que fazem emergir à esfera pública a visibilidade dos temas sociais e, naturalmente, concernentes ao desenvolvimento. O receio, por um lado, e o puritanismo por outro, dessa premissa, é que o Jornalismo, ao se “envolver” e ao ser qualificado, possa cair no que se consideram ser águas turvas, com profundidade subjetiva da prática jornalística. Mas há muito que se destronou a ilusão de uma sacrossanta objetividade na prática jornalística. Em rigor, os jornalistas são atores sociais, fazem parte de um contexto e de uma cultura, partilham valores e práticas e as ferramentas de trabalho permitem, isso sim, à partida, um exercício rigoroso, plural e crítico.

2. O Desenvolvimento Humano

O mesmo se pode convocar para o termo Desenvolvimento. Quando o convocamos, é imperativo contextualizar e enquadrar a que nos referimos: onde, para quê, para quem? Por quem? Isso porque a própria denominação de *Desenvolvimento* permanece com pés de barro, uma vez que falar de *Desenvolvimento* convida a entrar em territórios que requerem contextualização histórica, cultural e social (Hobsbawm, 1987, 1988, 2007). É uma arena tensa (Williams, 2013), polissêmica, contaminada pela origem economicista, logo um termo de dissenso (Chaparro Escudero, 2016) - porque nunca neutro. É um termo polémico. Para tentar criar uma fundamentação mais universal (embora, o universal, sabemos, seja inalcançável e pressupõe sempre imposições e peijas ideológicas), o economista Mahbud ul Haq e o prémio Nobel de Economia Amartya Sen incluem a ideia de Desenvolvimento Humano, no primeiro relatório das Nações Unidas - e já com essa denominação-, em 1990, cunhando, assim, o conceito. Para eles, trata-se do “processo de ampliar as escolhas das pessoas”. O termo Desenvolvimento Humano permite, então, uma categorização mais concreta do campo societal, cruzando os principais desafios atuais, abarcando a denominação de Desenvolvimento Sustentável e alinhada com os mais recentes objetivos globais (2015-2030). Não obstante, Chaparro Escudero (2015) condena as boas intenções do Desenvolvimento, que diz serem uma espécie de lobo em pele de cordeiro. E esta é a tese preponderante: a gênese da ideia de Desenvolvimento enquanto campo de atuação divide e impõe, desde logo, o mundo em dicotomias múltiplas que parecem incontestáveis. Dicotomias que têm ADN político, ideológico e institucional, conforme analisam Santos & Meneses (2009). Assumimos, por isso, que o Desenvolvimento Humano é uma configuração em processo, imperfeita, ao qual não é alheia, no entanto, o facto de ser (ou tentar ser) originariamente, construído “com base na Declaração Universal dos Direitos Humanos e dos valores que lhe subjazem” (Silva, 2012: 14). Trata-se de uma denominação que “tem o mérito de proporcionar a investigadores, docentes, governantes, e actores sociais uma plataforma de entendimento politicamente validada ao mais alto nível” (Silva, 2014).

¹ Este artigo é parte do projeto doutoral em curso da autora.

3. Jornalismo e desenvolvimento

A primeira referência direta à relação entre Jornalismo e Desenvolvimento surge em 1960, na *Press Foundation of Asia* (Stevenson, 1994), nas Filipinas, com a convocação de um modelo especializado: *Jornalismo para o Desenvolvimento (JPD)*. Os jornalistas filipinos Alan Chalkley e Juan Mercado estavam preocupados com o facto de os meios de comunicação social estarem a fazer cobertura de assuntos de desenvolvimento sócio-económico de forma superficial, escrevendo notícias, maioritariamente, a partir de comunicados de imprensa governamentais, deixando pouco espaço para a análise, a avaliação e a cobertura efetiva dos programas de Desenvolvimento. Conquanto isso sucedesse, os protagonistas das histórias não tinham voz ativa e, nesse sentido, as dinâmicas de poder e a informação elitista assumia um lugar de preponderância e domínio. Chalkley advogava que os leitores deveriam ser informados sobre os problemas de desenvolvimento e possíveis soluções. A ideia não era reivindicar um novo tipo de Jornalismo, mas sim uma nova atitude em relação aos temas sobre desenvolvimento. Esta premissa e esta urgência persistem até hoje. Alguns autores, como Gunaratne (1996), discutem que a nova atenção jornalística cívica é, na verdade, parente da proposta do modelo de *Jornalismo para o Desenvolvimento*. Ou seja, alicerça-se na maioria das preocupações que este tipo de jornalismo convoca. O autor analisa que o JPD e o Jornalismo Público, cívico, são “primos”. O problema basilar que o investigador identifica e analisa é que há uma questão semântica da palavra JPD que não serve o mundo “ocidentalizado”, embora possa ser praticado nesse mesmo território. Tal porque o termo coloca questões de foro ético, uma vez que o modelo de JPD terá servido, igualmente, interesses coloniais. Por seu turno, em Portugal, o binómio Jornalismo e Desenvolvimento ainda é uma relação por consolidar e onde o termo Jornalismo para o Desenvolvimento não encontra respaldo. Mas persiste a urgência em especializar a forma como o Jornalismo aborda as questões de desenvolvimento, terreno transversal e complexo. Em 2016, o estudo da ACEP *O Desenvolvimento nos Media - Visões e Percepções de Jornalistas e Profissionais de Desenvolvimento* constatava que, apesar de haver maior interesse e envolvimento jornalístico nas temáticas de Desenvolvimento, há ainda pouca cobertura sobre o assunto, quer nacional, quer internacionalmente. A informação sobre desenvolvimento é ainda “fragmentada, residual e superficial”. A par disso, na maioria das vezes, as notícias sobre Desenvolvimento são negativas.



ACEP

“ A maturidade de uma cidadania mais crítica reivindica uma informação de qualidade e com uma maior profundidade sobre temas globais como refugiados, mudança climática, entre outros temas ”

4. Jornalismo construtivo

Para combater essa aparente assepsia jornalística, tem vindo a desenvolver-se um movimento de *Jornalismo Construtivo*, um modelo dinamarquês de jornalismo especializado, que se ocupa das questões da sociedade, de uma forma transversal, dedicando-se a promover a investigação e a procura de soluções para os problemas sociais. É uma terminologia que se relaciona com os propósitos do JPD, mas indo mais além. O termo foi cunhado por Ulrik Haagerup, fundador e diretor do Instituto Construtivo da Universidade de Arhus, na Dinamarca, e pressupõe que os *media* devem construir uma perspectiva inteligível e compreensiva sobre um assunto, apontando, possíveis soluções e/ou boas práticas. A conceção dinamarquesa de jornalismo construtivo (*Constructive Journalism*) é um campo teórico muito recente e carece de cristalização (McIntyre, 2015:7), mas tem vindo a ganhar algum fôlego académico, desde 2007. Há inclusive aproximações semelhantes como notícias construtivas (Haagerup, 2014), Jornalismo Positivo (Dagan Wood, 2014) e até mesmo o Jornalismo de Soluções (McIntyre & Sobel, 2017). O objetivo do jornalismo construtivo não é substituir uma eventual predisposição para o que é negativo pela abordagem positiva, mas trazer à luz parcialmente soluções – e até não convencionais – para os problemas sociais, à medida que são equilibradas, relevantes societalmente, críticas e rigorosas (Dagan Wood, 2014). Mais recentemente, na obra *O que é o jornalismo sustentável?* (orgs. Berglez, Olausson & Ots, 2017), advoga-se que só integrando as dimensões ambiental, social e económica será possível repensar o Jornalismo, tornando-o mais sustentável no seu todo. A premissa é a de que o Jornalismo tem um papel importante no desenvolvimento sustentável a nível global: informar, investigar e educar de formas que conciliem esses três pilares. Ao mesmo tempo coloca questões sobre a sustentabilidade do Jornalismo *per se*, refletindo como a imperativa necessidade para modelos de negócios economicamente sustentáveis podem ser negociados com as obrigações e impactos, sociais e ambientais. Esta ideia alinha-se, em certa medida, com as conclusões de Peña (2018: 418) de que “algo se está a mover”, pois “existe uma nova oportunidade de repensar o modelo de desenvolvimento, de cooperação internacional redirecionada, alcançando um maior compromisso e apoio social”.

5. Como os media, em Portugal, estão a abordar as questões de desenvolvimento humano?

Têm emergido no ecossistema mediático projetos jornalísticos e jornalistas comprometidos com as questões de *Desenvolvimento Humano*, como por exemplo, em Espanha, os casos do *Periodismo Humano*, *Planeta Futuro (El País)* e do *Desalambre (eldiario.es)* e, em Portugal, indiretamente, os órgãos de comunicação social *Público*, *Divergente* (BagaBaga Studios) e *Fumaça*, sobretudo. Conforme analisa Oscar Peña (2018), o contexto ibérico é muito semelhante, onde a informação jornalística especializada em desenvolvimento é ainda jovem². Contudo, tem vindo a evoluir, a par dos movimentos especializados em solidariedade, cooperação internacional, desenvolvimento e luta contra a pobreza. Mas a iniciativa continua a ser dos profissionais de jornalismo e não como parte de uma cultura jornalística e das redações. Depois, a maturidade de uma cidadania mais crítica reivindica uma informação de qualidade e com uma maior profundidade sobre temas globais como refugiados, mudança climática, entre outros temas.

5.1. Prémio AMI - Jornalismo Contra a Indiferença

Nesse sentido, de forma a melhor entender de que forma o Jornalismo, em Portugal, está a abordar os temas de Desenvolvimento Humano, centramos parte da análise empírica no prémio AMI - Jornalismo Contra a Indiferença, entre 1998 e 2016. Esta análise parte do objeto científico do meu projeto doutoral. Por isso é neste recorte que nos focamos. O prémio AMI pressupõe, de forma subentendida, que as categorias de visibilidade são os objetivos globais, alinhando-se com os temas de *Desenvolvimento Humano*. Com efeito:

² Apesar de serem realidades semelhantes, em Espanha existem órgãos de comunicação social com editorias especializadas em assuntos de Desenvolvimento, o que não acontece no caso português.

5.1.1 Qual o meio mais premiado?

Entre 1998-2016, a Fundação AMI premiou 88 trabalhos jornalísticos: 34 de imprensa (38,6%) (31 exclusivamente em papel e 3 simultaneamente em edição impressa e online, pois os trabalhos do jornal *Público* foram publicados no universo ciberjornalístico); 42 trabalhos de televisão (48,3%); e 12 de rádio (13,8%), entre distinções de primeiros prémios e menções honrosas. Ao longo de 17 anos, a televisão foi o meio de comunicação social mais premiado, seguido da imprensa e, em último lugar, da rádio.

Apenas em 2013 e em 2015 começamos a assistir à premiação de trabalhos no universo online, que conjugam vários elementos *media*, para complementar o tema de reportagem, alinhando-se com os estudos sobre convergência, em Portugal, para o universo online (Díaz noci, J. & salaverría, 2003; Canavilhas, 2007). São eles, respetivamente, a reportagem “Filhos do Vento”, veiculada primeiro a 18 de junho de 2015, em televisão, na SIC, e depois em versão impressa, na *Revista 2*, e no site, no dia 21 de junho; o documentário “O que é isso de Vida independente”, publicado no dia 13 de outubro de 2015, no *Público*, acompanhando uma reportagem multimédia; e “Juventude em Jogo”, *Divergente*, publicada a 27 de dezembro de 2015. Este trabalho foi financiado pelo *Journalism Fund* e posteriormente veiculado na SIC, como reportagem televisiva, no dia 11 de agosto de 2016.

5.1.2. Quantas narrativas audiovisuais?

Entre 1998-2016 foram distinguidas 99 narrativas audiovisuais: 45 foram veiculadas em televisão e 54 no online. Este número tem em conta a contagem das narrativas por unidade audiovisual, i.e. um trabalho pode conter e integrar vários vídeos. Por exemplo, o trabalho “Juventude em Jogo” (*Divergente*) tem 50 vídeos (um *teaser* e 49 vídeos) enquanto que “Filhos do Vento”, do *Público*, apresenta três vídeos. Já o trabalho “O que é isso de vida independente”, também do jornal *Público*, apresenta um vídeo com cerca de 50 minutos, como parte de uma reportagem multimédia. Assim, as narrativas audiovisuais na *web* dominam o panorama nos prémios da Fundação AMI, sobrepondo-se às reportagens televisivas, e o universo online, em Portugal, alinha-se com uma tendência mundial da oferta de conteúdos vídeo online associados a reportagens multimédia: como forma de contar (ou ajudar a contar) a história, de forma híbrida.

5.1.3 Quais os temas abordados?

O tema mais abordado foi a saúde (12), seguido da migração (5), e da infância (4), igualdade de género (4), pobreza (4), envelhecimento (4), habitação (4) e refugiados (3). Os temas menos abordados com apenas dois registos cada foram: ajuda humanitária, fome, droga, crise económica, educação e desigualdade. Com apenas um registo cada identificamos: voluntariado, segurança, identidade, juventude, ambiente, minorias étnicas, exploração laboral, deficiência, tráfico de seres humanos.

5.2. Estudo de Caso: Divergente

Emergindo dos dados analisados como um caso diferenciado enquanto órgão de comunicação social independente, i.e., não vinculado a qualquer grupo económico, a *Divergente* apresenta a reportagem multimédia “Juventude em Jogo”. Esta reportagem multimédia, publicada em dezembro de 2015, foi distinguida pelo prémio AMI em 2016, e aborda a exploração de jogadores de futebol menores oriundos de África e da América Latina. O trabalho foi publicado online em parceria com o jornal *Público* e em plataforma própria da *Divergente*. Aposta numa linguagem híbrida (texto, imagem, design, ilustração, infografia com dados e vídeos), promovendo a interatividade com o internauta, através da navegação não linear das narrativas, apesar de apresentar uma proposta de navegação dividida em capítulos. Depois, a reportagem apresenta de forma aprofundada os contextos sociais, o(s) impacto(s) e o que está em causa, maturando a informação, cruzando e analisando factos, colocando em cima da mesa as principais críticas e fragilidades deste problema público, relacionando-o.

A *Divergente* é um Órgão de Comunicação Social (OCS), criado em 2014 pela cooperativa BagaBaga Studios, registado na Entidade Reguladora da Comunicação, criado em 2014 pelo coletivo BagaBaga Studios, com sede em Lisboa. A publicação surge e assume-se como uma alternativa aos grandes órgãos de comunicação social considerados tradicionais que parecem não ter espaço para abordar com fôlego - e de forma aprofundada- os temas de direitos humanos. Sob o slogan “contamos estórias que exploram



ACEP

Para um jornalismo mais construtivo e focado na mudança social terá de existir

“envolvimento e compromisso das redações (chefias, lideranças) e dos jornalistas com o desenvolvimento humano”

silêncios” é evidente a proposta editorial: visibilizar as contraesferas públicas (Fraser, 1990). Esta publicação multimédia de jornalismo de investigação integra uma equipa multidisciplinar (jornalistas, designers, realizadores, ilustradores e investigadores) que se dedica à “produção, formação e investigação em media digitais, cooperação e desenvolvimento”, usando as “estórias como solução”, através de “narrativas plurais e aprofundadas”, para ajudar “a compreender”, e “ligando “comunidades”.

No estatuto editorial, lê-se, no ponto 4, que a “*Divergente* não se obriga à neutralidade ou à imparcialidade quando estiverem em causa a dignidade humana ou qualquer outro valor fundamental à vida em sociedade”. Depois do “Juventude em Jogo”, a *Divergente* já publicou um outro trabalho de grande fôlego, cruzando web documentário e reportagem multimédia, realizado em Moçambique: “Terra de Todos, Terra de alguns”. O trabalho aborda a expropriação de terras a “milhares” de camponeses moçambicanos, por parte de grande empresas ligadas à agricultura, silvicultura e pecuária, no corredor de Nacala. De facto, a *Divergente* tem contribuído para aprofundar temas que se relacionam com as categorias implícitas no *Desenvolvimento Humano*, denunciando, criando memória e documentação para a mudança social, conferindo visibilidade a temas subrepresentados pelos media tradicionais, utilizando linguagens híbridas. Além disso, e sobretudo, tenta-se dar primazia às fontes primárias (comunidades e/ou cidadãos), normalmente contra esferas públicas subalternas (Fraser, 1990). Não obstante, apesar de o projeto *per se* ainda não se ter consolidado como modelo de negócio sustentável, partindo de um esforço das equipas por projeto, apresenta características de prática jornalística comprometida com a mudança social e construtiva. Em certa medida, esta abordagem aproxima-se com a perspectiva de paradigma mais comprometido com as comunidades, conforme tem vindo a reivindicar Chaparro Escudero (2015). Mas há, sem dúvida, ainda, um longo caminho a percorrer.

Considerações finais - Jornalismo sustentável?

Com efeito, há, então, na nossa perspectiva, pelo menos, seis desafios incontornáveis

1/ Por um lado, o jornalismo tem uma responsabilidade para contribuir para o “processo de ampliar as escolhas das pessoas” e deve, também, ser escrutinado por isso pela sociedade civil;

2/ Por outro, se persistem as vozes em falta, nomeadamente as fontes primárias, a reportagem, a profundidade da investigação e a especialização na abordagem em categorias de desenvolvimento humano, quer a nível nacional, quer a nível internacional, é obrigação dos órgãos de comunicação social refletirem, analisarem e abordarem essas vozes em falta. Devem ser cobrados por essas ausências;

3/ Depois, uma outra questão de fundo, para um Jornalismo de qualidade - atividade configurada como um negócio - é o facto de que não só tem de haver investimento. Mais: o Jornalismo tem de ser ressarcido pela qualidade - os leitores devem exigir e pagar por essa qualidade. Os salários precários auferidos por profissionais com tamanha responsabilidade, - ou quando existem- ferem a dignidade da profissão e o serviço público;

4/ Não se pode abordar o Desenvolvimento Humano como os fogos na Antártida sem contextualizar as questões de fundo sobre a acção climática e o impacto mundial;

5/ Quando está em causa a dignidade humana o puritanismo da neutralidade e a imparcialidade são ferramentas de desumanidade;

6/ Mais: para um jornalismo mais construtivo e focado na mudança social terá de existir envolvimento e compromisso das redações (chefias, lideranças) e dos jornalistas com o desenvolvimento humano, para criar mobilização.

...e, depois, duas grandes oportunidades.

1/ Ou seja, o tema do Desenvolvimento Humano deverá ser integrado nas redações, quer em forma de editorias, quer em forma de séries especiais com contínua abordagem. E os objetivos globais até podem ser uma “moda” criada pelo “mundo ocidental”, mas não há dúvida de que é um pretexto para abordar invisibilidades e fazer emergir histórias relevantes e gerar impacto construtivo;

2/ As narrativas audiovisuais, quer seja na *web* ou na televisão proporcionadas pelas linguagens híbridas de abordagem narrativa e pela capacidade de criarem coexistência e empatia, são ferramentas essenciais de impacto e *engagement*. O Desenvolvimento Humano precisa de mobilização, a par da informação de qualidade, construtiva, crítica, refletida. Só desta forma, o Jornalismo se poderá tornar, então, sustentável abarcando as dimensões ambiental, social/humana e económica.

Referências

- Berglez, P., Olausson, U. and Ots, M. (eds). (2017) *What Is Sustainable Journalism? Integrating the Environmental, Social, and Economic Challenges of Journalism*. New York: Peter Lang, 19-37.
- Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Meneses (Orgs.) (2009). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina
- Canavilhas, J. (2007). *Webnoticias. Propuesta de modelo periodístico para la www*. Covilha: Livros Labcom.
- Chaparro Escudero, Manuel. (2015) *Claves para repensar los medios y el mundo que habitamos. La distopia del desarrollo*. Bogotá: Ediciones desde abajo
- Dagan Wood S (2014) “The positive future of journalism”. Tedx Talks, 15 Setembro. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zPy0xnymGR0> (acedido em junho 2019).
- Díaz noci, J. & salaverría, r. (Coord.) (2003). *Manual de Redacción Ciberperiodística*. Barcelona: Ariel Comunicación
- Fraser, N. (1990) Rethinking the Public Sphere: A Contribution to the Critique of Actually Existing Democracy. *Social Text*, No. 25/26, 56-80.
- Hobsbawm, E. (1987). *The age of empire, 1875-1914*. New York: Pantheon Books.
- _____ (1988). *Age of Extremes: The Short Twentieth Century 1914-1991*. Radical Philosophy.
- _____ (2007). *Globalization, Democracy and Terrorism*. London: Little, Brown.
- Faria, R. & Oliveira, A. (2016). *O Desenvolvimento nos Media – Percepções e Visões de Jornalistas e Profissionais da área do Desenvolvimento*. ACEP. Disponível em: https://issuu.com/acep_ongd/docs/estudo_mediadesenvolvimento_vdigita
- Gunaratne, S. (1996). *Old wine in a new bottle: Public versus developmental journalism in the US*. Asia Pacific Media Educator, 1, 64-75.
- Haagerup, U. (2014), *Constructive News: Why Negativity Destroys the Media and Democracy – and How to Improve Journalism of Tomorrow*. New York: InnoVatio Publishing AG
- Haagerup, U. (2017). *Constructive News: How to save the media and democracy with journalism of tomorrow*. Aarhus N: Aarhus University Press. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/j.ctv62hhq4>
- McIntyre, K., & Gyldensted, C. (2017). “Constructive Journalism: Applying Positive Psychology Techniques to News Production”. *The Journal of Media Innovations* (4.2), 20-34;
- McIntyre K and Sobel M (2017) “Motivating news audiences: Shock them or provide them with solutions?”, *Communication & Society* 30(1): 39–56.
- McIntyre, K. E. (2015). *Constructive Journalism: The Effects of Positive Emotions and Solution Information in News Stories*. Disponível em: <https://cdr.lib.unc.edu/indexablecontent/uuid:83b99a42-951c-4205-a129-44c9b-f7ad8f3>
- Peña, Óscar T. (2018). *El Tiempo de lo común en la Información y la Comunicación para el Desarrollo y el Cambio - Social: Los Casos de Planeta Futuro y Desalambre*. Tesis Doctoral. Programa de Doctorado Interuniversitario en Comunicación, Línea de Investigación: Educomunicación y Alfabetización Mediática(Media Literacy), Universidad de Huelva
- Silva, Manuela (2012). O Desenvolvimento e a Ética. *Africana Studia - Revista Internacional De Estudos Africanos*, (18), 11-17.
- Stevenson, R. L. (1994). *Global communication in the twenty-first century*. New York:Longman.
- Oliveira, F. (coord.) (2010). *Media, Cidadania e Desenvolvimento – Triângulos Imperfeitos*, ACEP – Associação para a Cooperação entre os Povos, Lisboa
- United Nations Development Programme, UNDP (2010), *Human Development Report 2010, 10th anniversary edition: The Real Wealth of Nations: Pathways to Human*. Disponível em: Development http://hdr.undp.org/sites/default/files/reports/270/hdr_2010_en_complete_reprint.pdf
- Williams, David (2013). ‘The Study of Development’, Bruce Currie-Adler, Ravi Kanbur, David Malone and Rohinton Medora (eds.), *Handbook of Development Thought*, (Oxford, Oxford University Press forthcoming, 3-38

A literatura é para desinquietar

ISABEL LUCAS
JORNALISTA E CRÍTICA LITERÁRIA

“ Enquanto agentes transformadores do mundo global, esses homens e mulheres que criam literatura a partir da tal margem são capazes de elaborar uma síntese de várias culturas, contaminações, de ter uma leitura mais complexa e abrangente de mundo ”

"Enquanto eu estava a trabalhar, às 4:53 da tarde, do dia 12 de Janeiro de 2010, o chão estava a tremer e a matar mais de 200 mil pessoas num sismo de magnitude 7.0 no Haiti. E ainda antes da primeira réplica, havia pessoas a ligar-me e a perguntar: 'Edwidge, o que é que vai fazer? Quando vai voltar? Pode dizer-nos como se sente? Pode escrever-nos 15 mil palavras, ou talvez menos?'" Edwidge Danticat é uma escritora haitiana a viver nos Estados Unidos desde os doze anos, uma emigrante com dupla nacionalidade. Estava em Miami, onde mora, quando a terra tremeu na ilha de onde é originária. Contou este episódio para expor a sua tese de que um artista imigrante é alguém que vive perigosamente no mundo. Não necessariamente no sentido de um perigo real, mas com a ideia de perigo sempre implicada naquilo que cria.

De acordo com a reflexão de Edwidge Danticat, o artista imigrante é alguém que precisa, mais ou menos conscientemente, de sentir que cria de forma perigosa porque a noção de precariedade ou desajuste faz parte da sua identidade. Ele construiu-se com essa consciência. Remetendo para o episódio pessoal que a própria narra, Danticat diz assim: "Talvez seja por isso que os artistas imigrantes precisam de sentir, ele ou ela, que estão a criar perigosamente mesmo quando não estão a rabiscar na parede de uma prisão ou a contar os dias para a data fatídica de uma execução fatal. Ou de um furacão. Ou de um tremor de terra." É que além disso, também são sempre chamados a intervir criativamente sobre a fragilidade dessa sua condição que é, em parte, a condição associada ao lugar de onde vêm.

Falamos genericamente de artistas. Entre eles, os escritores.

Aos 50 anos, Edwidge Danticat integra uma geração que está a contribuir para acabar – ou diminuir – o grau de exotismo associado aos autores das Caraíbas, de África, da América do Sul, de todos os lugares de margem, não ocidentais ou que vivem de acordo com padrões, valores, princípios da cultura ocidental. Ao fazerem agora parte, e enquanto agentes transformadores do mundo global, esses homens e mulheres que criam literatura a partir da tal margem são capazes de elaborar uma síntese de várias

Saber e circunstâncias

culturas, contaminações, de ter uma leitura mais complexa e abrangente de mundo. Estamos perante um olhar original, criador de uma nova linguagem, vocabulário mais amplo, e que tem ajudado a enriquecer a literatura mundial nas últimas duas ou três décadas. Eles já não são os que não têm voz e se deixam contar através da voz dos outros. Acederam ao conhecimento, às universidades, cruzaram fronteiras e, com a sua criação artística ou literária, enriquecem o que se pode chamar de linguagem global.

De outro modo: eles, ou melhor, a arte que produzem, são o resultado de uma transformação que está neste momento a ser literariamente trabalhada de muitas formas, pondo o foco no que está – ou tem estado – precisamente nas margens, tanto literárias como temáticas ou territoriais. E dando-lhes uma perspectiva fora da convencional, ou dominante. A nomes como o de Edwidge Danticat, juntam-se outros, como o de Chimamanda Ngozi Adichie, Teju Cole, Junot Diaz, Kamila Shamsie, Helen Oyeyemi, Lila Azam Zanganeh, Han Kang, Marlon James, Alexander Chee, Viet Than Nguyen, Carmen Maria Machado, Moshin Hamid, Valeria Luiseli, ou Daniel José Older. Através deles, sabemos da vida de comunidades imigrantes nos Estados Unidos, nos subúrbios de grandes cidades como Lagos, o desespero dos refugiados sírios e dos que diariamente cruzam a fronteira no Texas, o quotidiano na periferia de Kingston, na Jamaica, ou num prédio de Seul; ser uma minoria em qualquer lugar do mundo.

Por eles próprios virem da margem, trazem com eles a perplexidade e o desassossegado inerentes à literatura. E cada um é um actor único e insubstituível no contributo que dá para uma ideia de mundo. “A guerra na cidade de Saeed e de Nadia revelava-se em si mesma, uma coisa íntima”, lê-se em *Passagem para O Ocidente*, do paquistanês Moshin Hamid, sobre uma história de amor num país em guerra. Tanto pode ser a Síria como o Paquistão. E essa é essa história íntima, individual, que pode servir como metáfora da singularidade de cada um destes autores. Quando tratam de temas como a fronteira ou a identidade, por exemplo, ou género, classe, exclusão.



CASA DOS DIREITOS, GUINÉ-BISSAU

“ Muitas vezes faz-se a pergunta: o que pode um escritor? Na maioria das vezes a resposta é: pode escrever. É uma pergunta que surge quase sempre em situações de emergência, de crise, em que se procuram respostas para problemas complexos. Como agora. ”

“Muitos deles, como a iraniano-americana Porochista Khakpour começaram por saber cedo demais o significado de palavras como *refugiado, exilado político, imigrante, estrangeiro*. Ou seja, o significado de ser estranho. “Escreve porque é alguma coisa que é preciso que faças, alguma coisa que os teus pais te deixam fazer porque se assemelha à ideia de trabalhos de casa. Escreve porque se há um lugar para viver é na tua cabeça que ainda não está desfeita”, diz Khakpour no ensaio *How to Write Iranian-America, or The Last Essay*, que faz parte do livro *The Good Immigrant*, publicado no início deste ano nos Estados Unidos e que reúne ensaios de 26 escritores a reflectirem sobre o que é ser imigrante na América.

Não é por acaso que estas vozes partem quase sempre da América mesmo quando não são de lá. É que é de lá que elas continuam a conquistar uma voz no mundo. É a América a funcionar como lugar de legitimação, também literária. Também para eles que chegaram lá e, a partir de lá, conseguem então chegar a quase todos os lados, mesmo os mais recônditos, aqueles onde estão as suas origens. Isto é ambíguo? Perverso? Complexo? Irónico?

Falo de escritores com raízes em lugares muito particulares, espalhados pelos cinco continentes, que dominam códigos universais e por isso são capazes de comunicar ao mundo histórias e experiências muito locais. É esse o ponto de partida de uma espécie de transformação, onde o outro deixa de ser o estranho e passa a ser um eu. Ou seja, dominam os mecanismos que criam a empatia, uma espécie de base para que a literatura exista. Criar empatia – por mais que a expressão suscite reações apaixonadas contra e a favor entre pensadores e críticos – é um dos principais efeitos da literatura. Pode ser também chamada de alteridade e tem uma ideia simples por trás, um “e se?”, hipótese a partir da qual a imaginação com ela a funcionar. É esse o momento chave. Do escritor e do leitor, cúmplices num pacto transformador – onde cada leitor, como referiu o americano Daniel Mendelsohn, também lê a partir da sua própria vida, – que, no limite, terá a capacidade de gerar pequenas revoluções internas, e conferir ao autor de uma obra uma voz mais ou menos poderosa, mais ou menos audível, mais ou menos geradora de ecos.

Como esta. “Num sábado, 21 de Setembro de 2013, o poeta ganês Kofi Awoonor era abatido a tiro por terroristas no centro comercial Westgate, em Nairobi. Foi uma das vítimas inocentes de um massacre reclamado pelo grupo somali al-Shabaab. Durante o ataque, eu estava a cerca de uma milha de distância do local, a fazer uma leitura no Museu Nacional. Ao longo da leitura, à medida que iam chegando notícias sobre o ataque, as pessoas atendiam os seus telemóveis e verificavam as mensagens, e eu, no palco e alheio, continuava a receber perguntas do público, incluindo uma acerca da ‘precariedade da vida em África’.”

O nigeriano Teju Cole começa um dos textos que compõem o volume de ensaios *Known and Strange Things* com o fim trágico de um poeta que esteve entre os escritores comprometidos com a tradição e a modernidade africanas. Influenciado por T. S. Eliot, carregava na sua poesia um misticismo e um tom de denúncia que vinha da herança do seu continente. A de uma destruição cultural que começara com a colonização. Tinha nessa caminhada pessoal uma espécie de mentor, outro escritor, outro nigeriano, Chinua Achebe, o chamado “pai da literatura africana”, autor do famoso romance *Quando Tudo se Desmorona*, que escreveu sobre uma África sem a tal mediação branca, chamando a atenção para o modo como a literatura europeia se foi apropriando das narrativas africanas.

Ao escrever em inglês – a língua dos colonizadores e aquela em que aprendeu a ler e a escrever enquanto nigeriano –, dominava os códigos que o fizeram conquistar uma audiência universal. Mas sem negar a sua génese. Achebe foi uma novidade que ajudou a que a literatura ajudasse a transmitir uma certa ideia de verdade face ao que era ser africano, no caso, um africano da Nigéria: a voz que a narrava era a voz da génese, a da vida, e não a voz de quem assiste, mais ou menos aculturada, a voz do estrangeiro que, por pertencer à cultura dominante, consegue a tal audiência. “Dizer que um romance ou um trabalho literário transcende as suas fronteiras nacionais não é negar o seu valor político e moral”, disse Achebe.

Com escritores como ele, as línguas vernaculares, os ritos, ganhavam outra dimensão. E uma porta abriu-se para as gerações seguintes. A geração de Teju Cole incluída, que foi capaz de chegar onde outras não chegaram: aos leitores de todo o mundo. Numa entrevista dada ao *Público*, em 2013, Cole, autor de *A Cidade Aberta*, sintetizou, justamente, o que torna possível a existência do escritor. “Os escritores estão onde estão as possibilidades de chegar a uma audiência”. E muitos, para poderem existir, têm de sair dos seus lugares de origem. Sempre que há limitações aos direitos e liberdades essenciais as audiências estão em risco e um escritor é alguém que não existe incondicionalmente.

Muitas vezes faz-se a pergunta: o que pode um escritor? Na maioria das vezes a resposta é: pode escrever. É uma pergunta que surge quase sempre em situações de emergência, de crise, em que se procuram respostas para problemas complexos. Como agora. Nesse acto de escrita, o escritor pode apontar incómodos, como defende a norte-americana Rachel Cusck, num mundo que, segundo o argentino Alberto Manguel, está a destruir “o acto intelectual”. Jonathan Franzen, outro norte-americano, arrisca dizer que o escritor não pode nada, sobretudo em países como os Estados Unidos, onde a fama é o fator que mais influencia comportamentos e o escritor está longe de disputar níveis de fama com actores e Hollywood, jogadores da NBA, cantores pop, *bloggers*. A literatura é cada mais para nichos e é nesse universo restrito que o escritor se move, sem a abrangência do intelectual europeu de meados do século XX, alguém que produzia um pensamento que era replicado e capaz de chegar a todas – ou quase todas – as camadas da sociedade com um valor de autoridade: a autoridade do velho sábio, a de um possuidor de conhecimento capaz de ler o mundo e, através dessa leitura, fazer as perguntas certas e produzir uma opinião que influenciava o mundo.

O cenário actual é bem diferente e isso leva-nos ao princípio de tudo. O escritor escreve. Isso implica liberdade e responsabilidade. Depois deverá poder ser lido. É esse o início de um processo que fica inquinado sempre que se pretender levar a literatura para um campo que não é o dela: o da utilidade. Enquanto arte, ela reflecte qualquer coisa e pode ajudar a criar um pensamento. E, precisamente enquanto arte, tem uma

espécie de detector sensível capaz de antecipar ou reconhecer as fragilidades e urgências do mundo. Há mesmo quem afirme que a arte é a primeira a reconhecer as transformações à nossa volta. Os sinais dessas metamorfoses ou remodelações estão na obra, basta estar atento. Mas dentro da arte, a disciplina mais lenta, não na detecção, mas na reacção aos acontecimentos mundiais, talvez seja a literatura. Pela sua própria natureza. Requer um tempo que escapa à voragem do presente. Essa é, no entanto, uma das suas maiores forças. É esse tempo, de análise, de reflexão, de escolha da linguagem que permite que uma obra – um livro – possa permanecer como um auxiliar não apenas de leitura, mas, pela leitura, de transformação de mundo, ou de mundos. Ínfimos, privados, por vezes colectivos. Mas sem milagres: não é por ler um livro extraordinário que o mundo se transforma. Pelos menos no imediato. De um modo optimista, poder-se-á dizer que diante da leitura propagada de uma obra ao longo do tempo talvez se vislumbrem pequenas ondas capazes de abanar consciências e transformar modos de pensar. Ou seja, capazes de dar uma pequena colaboração para a mitologia colectiva. Ou seja ainda, que se prolongam no tempo e valem para mais do que um tempo, alcançando, no limite, a intemporalidade.

Homero, Shakespeare, Whitman, Pessoa. E a partir deles a urgência que um escritor actual sente para escrever acerca do ambiente, do exílio, da democracia em risco, da pobreza, da exclusão. Os temas que dominam esta actualidade, o nosso presente. J. M. Coetzee, Jonathan Franzen, Rebeca Solnit, Salman Rushdie, Margaret Atwood, Jenny Erpenbeck são apenas alguns entre os escritores no activo que manifestam, no que escrevem, um compromisso com o mundo em que vivem. Alguns assumem-se activistas. Como a californiana Rebecca Solnit. Sem escrever ficção, faz uma literatura comprometida com causas como a defesa dos direitos das mulheres, do ambiente, das minorias, uma literatura, diz, contra o ultraje. Para isso escreve ensaios, memória, crónica, reportagem, usa as redes sociais. Numa conversa em 2016, confessava que raramente escrevia a favor de alguma coisa, mas sempre contra. Isso está patente nos dois livros que publicou em Portugal. *Esta Distante Proximidade* e *As Coisas que os Homens me Explicam*. O primeiro é uma memória e o segundo um volume de ensaios sobre o feminismo. “Quando escrevi *Esta Distante Proximidade* estava a reagir contra a ideia de que a em-



ACEP

**“ A realidade não chega
para entender o real e
escritor e leitor têm de ir juntos,
cúmplices, no acto humano
de imaginar ”**

patia é apenas um sentimento. É também um acto imaginativo, como nós imaginamos a vida de outra pessoa. É por isso que a empatia é um tremendo acto criativo, muito ligado à habilidade de contar histórias. Uma falha de empatia é sempre uma falha de capacidade imaginativa.”

É o “e se?” como ponto de partida. De escrita e de leitura. Num dos ensaios onde denuncia o feminismo como uma reação contra uma coisa que é tão velha nas sociedades que nem se questiona, e justifica a sua existência – do feminismo –, desta forma: “O feminismo é um esforço para mudar algo muito antigo, disseminado e profundamente enraizado em muitas culturas – talvez em quase todas – espanadas pelo mundo fora, em inúmeras instituições e na maior parte dos lares da terra; e nas nossas mentes, onde tudo começa e acaba.”

A nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie tem recorrido à ficção para fazer qualquer coisa de parecido. Fá-lo através das histórias em romances como *Americanah* ou *A Cor do Hibisco*, ou no ensaio *Todos Devemos Ser Feministas*. Solnit e Adichie são duas mulheres de origens diferentes que se encontram na mesma linguagem no mesmo momento histórico, a segunda alegando que a sua voz faz a diferença em muitos países de África e por isso a usa, fora dos livros. Nos livros, ela assume-se como uma contadora de histórias na tradição africana, com uma experiência de mundo só possível no mundo actual. Não escreve de acordo com um programa político, social, económico. Solnit e Adichie, como a haitiana Roxane Gay ou a britânica de Zadie Smith, são vozes possíveis na literatura actual e cada livro que escrevem vem reforçar a diversidade dessa literatura, criativamente marcada pela experiência de fronteira enquanto ideia de margem. A violação, a droga, o crime, a pobreza, o silêncio que não pode ser partilhado.

Se eu for capaz de escrever isso, se eu for capaz de ler isso, serei um melhor cidadão? A interpelação é permanente, como diante de um romance de Cormac McCarthy – falemos só de vivos – nas suas distopias de fronteira, ou de Orahm Pamuk quando descreve o quotidiano da Turquia do presente ou nos põe perante a história violenta de um povo.

José Saramago fez isso, ensaiando mundos pervertidos. Don DeLillo parece um profeta dos distúrbios cosmopolitas. Salman Rushdie corre na urgência de conseguir apanhar o momento presente enquanto vai dizendo que “escrever sobre o presente é como caminhar sobre um precipício: podemos cair”. Arrisca, sabendo que só não perde na corrida contra o tempo se souber elaborar de forma intemporal sobre esse presente. Por exemplo, dando a ilusão que antecipa o futuro. Como em *Fúria* que parecia ter sido escrito para o dia em que estava agendada a sua apresentação em Nova Iorque: 11 de Setembro de 2001. Como *O Homem em Queda*, de Don DeLillo, ou, antes, em 1935, *Isso Não Pode Acontecer Aqui*, de Sinclair Lewis. “Falar do que é verdadeiramente o tempo é uma coisa que provavelmente pode fazer melhor com aqueles que caíram para fora do tempo”, escreve Jenny Erpenbeck num livro cheio de interpelações perturbantes ao modo como o Ocidente olha os refugiados das guerras actuais. Chama-se *Eu vou, Tu Vais, Ele Vai*. “Para se descobrir como se faz a transição de um quotidiano preenchido e previsível para o dia-a-dia de um refugiado, aberto em todas as direcções e, por assim dizer, desabrigado, tem de se saber o que havia no princípio, no meio e, agora no fim. Na fronteira entre a vida dessa mesma pessoa tem de haver uma transição visível, a qual, se se olhar com atenção, no fundo não é nada.”

Este é o olhar do escritor, aquele que está atento a “esse nada que é tudo” que, como escreveu Fernando Pessoa, faz o mito.

Todos são livros que desafiaram a fronteira. Todos de autores inconformados. E nenhum igual ao outro no seu modo inconformado de reagir. Essa inconformidade com a norma é a condição da literatura. Como é a possibilidade da diferença. São esses os pressupostos da literatura, aqueles a partir dos quais se conta uma história, a primeira e todas, o mito. A de Danticat, Cole, Chinua Achebe, a dos refugiados, dos violados, de Marlon James, de todos os que estão na fronteira ou dos que a olham como possibilidade ou obstáculo. Dos que sabem detectar os sinais, dos que não se conformam com a linguagem que existe e criam palavras, como criou Amos Oz. Como sugere Salman Rushdie, a realidade não chega para entender o real e escritor e leitor têm de ir juntos, cúmplices, no acto humano de imaginar.

Manipulação política

SILVIO CACCIA BAVA

SOCIÓLOGO E DIRETOR DO JORNAL LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL

**As narrativas hegemônicas
contam com alcance muito grande
e difusão rápida em razão do uso
de novas tecnologias. Promovem
ataques aos direitos humanos
e à própria democracia**

“

”

Ainda hoje, passado quase um ano das eleições, seus resultados continuam desafiando nossa compreensão. Como foi que a extrema direita venceu? Por que continua havendo na sociedade brasileira a polarização que separou familiares, amigos e vizinhos em dois grupos: os que são pró-Bolsonaro e os que são contra? O que virá pela frente? E, para tornar a questão ainda mais complexa, como explicar o avanço da extrema direita não só em um país, mas, de maneira geral, por todo o planeta?

São muitos os argumentos, mas na área da comunicação, além das análises já tradicionais acerca do papel da mídia impressa e televisiva e seu poder de influência sobre o eleitorado, defrontamo-nos na atualidade com a questão do uso da inteligência artificial e de novas tecnologias de comunicação, coisas do século XXI.

No caso do Brasil, é preciso reconhecer o papel central dos meios de comunicação na construção do cenário pré-golpe, na sustentação do golpe que depôs a presidenta eleita Dilma Rousseff, em 2016, e na ascensão da extrema direita. O poder (eficácia) das mídias para conduzir o golpe só pode ser compreendido, por sua vez, levando em conta uma articulação entre mídias tradicionais e mídias digitais.

Uma longa campanha da mídia tradicional acusando os governos democrático-trabalhistas de corrupção e má gestão, associada ao favorecimento da extrema direita por gigantes da internet, como o *Facebook* e o *Google*, levou a uma mudança radical no cenário político brasileiro.

As *fake news* e o uso intensivo das redes sociais, o descrédito com os partidos políticos e com o sistema político-democrático, a insegurança e a violência promovidas por um Estado policial e repressor, a desvalorização dos direitos humanos, o medo e o ódio disseminados pela internet, todos esses são elementos que explicam o contexto da eleição de Bolsonaro, na esteira da ascensão de governos autoritários mundo afora.

O fenômeno do populismo de direita, do qual Bolsonaro se tornou um ícone global, articula-se com a emergência das mídias digitais, em especial com o acoplamento redes sociais digitais/*smartphone* como interface estrutural dos fluxos comunicacionais.

A concentração de poder pelos grandes grupos midiáticos (TV e jornais), com a monopolização da informação em mãos de poucas famílias da elite, que por esses meios defendem seus interesses corporativos e financeiros particulares, ocultam e manipulam informações,

submetendo a opinião pública à passividade e à aceitação das políticas de austeridade, assim como às arbitrariedades de um Estado policial e repressor.

Existe uma distribuição de poder desigual com relação à produção de conhecimento. Há mais de dez anos há no Brasil um investimento financeiro forte em *think tanks* e grupos ativistas formadores de opinião para a produção de interpretações da realidade alinhadas com os interesses do grande capital e da extrema direita.

As narrativas hegemônicas contam com alcance muito grande e difusão rápida em razão do uso de novas tecnologias. Promovem ataques aos direitos humanos e à própria democracia.

Os debates públicos são vistos como atos de contestação do poder e estão sendo atacados por militantes bolsonaristas e pelo próprio governo, estão se estreitando os espaços da crítica e do exercício democrático do dissenso. Está em processo o fechamento do espaço público.

A sociedade tem acesso restrito e insuficiente às informações, muitas vezes falsas e inadequadas, sobre políticas e leis que afetam sua vida. Há dificuldade em avaliar a veracidade delas e enfrentar a homogeneização do pensamento dominante.

A distribuição de poder é desigual nos processos de formação da opinião pública e se deve também ao controle dos espaços da mídia digital. Especialistas e atores coletivos críticos são invisibilizados pela mídia conservadora. Formadores de opinião respeitáveis têm pouco espaço para a difusão de suas ideias e pesquisas. Os meios disponíveis para os defensores da democracia e dos direitos humanos são insuficientes para ampliar a difusão de informações e o aprofundamento do debate.

No Brasil, os grupos de compartilhamento privado existentes na internet tornaram-se o campo de batalha de uma extrema direita que promove uma “guerra de ocupação semiótica”, na qual o adversário deve ser aniquilado pela propagação do ódio, e de mentiras em escala e fluxo contínuo até o completo “afogamento” da opinião pública por *fake news*. Dessa forma, é interdito o debate, negada a pluralidade e a diversidade democráticas, e rompidos os vínculos narrativos com história, verdade e realidade.

O potencial desse novo modelo de comunicação pública pode ser medido pela cobertura digital no Brasil: em 2017, domicílios com celular chegavam a 93,2%, e o acesso

à internet, a 97,0% dos lares. Trocar mensagens foi a finalidade de acesso de 95,5% dos usuários das redes digitais¹. Nesse cenário, os *smartphones* são a “interface universal” de acesso a rede digitais e ao debate político.

Hoje vivemos uma nova “mudança estrutural na esfera pública”, com uma reconfiguração dos meios de comunicação tradicionais após o surgimento de grandes redes digitais globalizadas, cujo objetivo é a exploração do perfil privado dos usuários e a manipulação das rotas de navegação com fins econômicos e políticos perversos².

Para avançarmos na compreensão do impacto dessas novas redes digitais globalizadas na política, apresentamos a seguir alguns elementos que permitem reconhecer o papel que *Facebook* e *Google* tiveram nas últimas eleições brasileiras.

WhatsApp

Surgido em 2009, o *WhatsApp* tem hoje 1,5 mil milhões³ de usuários no mundo. Em 2014, foi comprado pelo *Facebook*. No Brasil, essa plataforma tem 120 milhões de usuários e 48% o consideram fonte de notícias. Sua interferência nas eleições de 2018 foi determinante para os resultados obtidos.

O *WhatsApp* é apresentado como um programa de comunicação interpessoal seguro, criptografado, que só permite o acesso do emissor e do receptor. Ninguém mais ficaria sabendo dos conteúdos das mensagens.

Acontece que essa virtude do sigilo passou a ser também a arma dos manipuladores de opinião. Com o uso da inteligência artificial são desenvolvidos programas capazes de coletar os números de telefone de milhares de brasileiros no *Facebook*, segmentá-los de acordo com seus interesses específicos, gênero, cidade onde moram etc.,

¹ Disponível em: www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=downloads.

² Ver: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/04/25/eps/1524679056_056165.html.

³ 1,5 bilhão, em português do Brasil

criar automaticamente grupos que até há pouco podiam abrigar até 256 pessoas cada e enviar para eles mensagens em massa automaticamente no *WhatsApp*⁴.

A manipulação política dos cidadãos parece ter adquirido escala a partir dos estudos da consultoria Cambridge Analytica, empresa que declara possuir algo como 5 mil informações de cada cidadão, por meio da coleta nas redes sociais (ver no YouTube o vídeo “Privacidade hackeada”).

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo* de 18 de outubro de 2018, empresários que apoiaram Bolsonaro pagaram (via caixa-dois) o envio, por meio de robôs, de milhões de mensagens no *WhatsApp* contra o PT. Esses robôs, denominados *bots*, apresentam-se como usuários reais e são programados para disseminar boatos e notícias falsas, interagindo com os demais usuários e levando discussões aos *trending topics*, isto é, colocando seus temas em maior evidência que outros.

Estudo da FGV/Dapp identifica que 20% das discussões envolvendo política nas redes sociais são de responsabilidade dos *bots*. Na campanha de Jair Bolsonaro, 33% de seus apoiadores nas redes sociais eram perfis falsos que faziam circular *memes* escandalosos, vídeos mentirosos e áudios altamente virais⁵.

A agência de verificação *Aos Fatos* identificou que, apenas no dia 7 de outubro, dia das eleições, 1,7 milhões de notícias falsas foram compartilhadas no *Facebook*. Essas campanhas se abrigaram no *WhatsApp* e no *Facebook Messenger*.

Apenas como referência, na Índia, nas eleições legislativas deste ano, os dois principais partidos declaravam ter mais de 20 mil grupos de *WhatsApp* que chegavam a cada distrito ou vilarejo de certas regiões.

⁴ Matheus Magenta, Juliana Gragnani e Felipe Souza, “Manipulação eleitoral: a conexão Whats-Facebook”, BBC Brasil (captado em Outras Palavras).

⁵ Fonte: Instituto InternetLab. Citado por Brunella Nunes, em “Como robôs atuam nas redes sociais para manipular seu voto nas eleições de 2018”.



ACEP

Hoje vivemos uma nova ‘mudança estrutural na esfera pública’, com uma reconfiguração dos meios de comunicação tradicionais após o surgimento de grandes redes digitais globalizadas

YouTube⁶

O YouTube surgiu em 2005 e foi comprado pelo *Google* em 2006. Recentemente instalou um poderoso sistema de inteligência artificial que aprende com o comportamento do usuário e apresenta vídeos com recomendação para outros. Num esforço para reter o usuário na rede, o sistema de recomendação apela para novos vídeos com conteúdos cada vez mais extremos e assim alimentou a ascensão da extrema direita.

Visto mais que a maioria das redes de TV aberta, utilizando-se de algoritmos e difundindo *fake news* e conspirações, o YouTube teve papel decisivo na vitória de Bolsonaro. Isso aconteceu impulsionando-se artificialmente não apenas os canais de extrema direita, que até então não tinham importância, eram periféricos na internet, mas também seus usuários mais radicais, que chegaram a ameaçar de morte seus “inimigos”.

Nos meses que se seguiram à mudança em seus algoritmos, as menções positivas a Bolsonaro explodiram, retirando esse então anônimo parlamentar do ostracismo, assim como as mensagens que denunciavam conspirações, como a infiltração do comunismo nas escolas, as vacinas que geram doenças, o marxismo cultural, a Terra plana. Os algoritmos reuniram canais marginais e construíram para eles uma audiência. A ultradireita no YouTube viu sua audiência explodir, atingindo um grande número de brasileiros.

O uso do YouTube para assédio e ameaça aos inimigos políticos da extrema direita, e mesmo a cidadãos comuns, tornou-se recorrente, e, como o sistema de inteligência artificial leva a vídeos mais radicais, controversos e provocativos, suas vítimas se declaram amedrontadas, ameaçadas e preocupadas com a própria integridade física. Várias pessoas, personagens públicos, saíram do país com medo dessas ameaças.

Importantes membros da extrema direita declararam que o YouTube se transformou em sua mídia social, e pesquisadores identificaram que essa plataforma direcionou sistematicamente seus usuários para canais de extrema direita e de conspiração. As emoções que esses vídeos suscitam – medo, dúvida, raiva – são elementos centrais das teorias de conspiração e, em particular, do radicalismo da extrema direita.

⁶ *The Weekly* – programa de TV do NYT. Episódio 9: *The Rabbit Hole*. Produtores/diretores: Gemma Jordan e Alyse Shorland. Essa excelente reportagem é a base de informações para esta parte referente ao YouTube.

Não há como defender a neutralidade do YouTube, pois depoimentos de usuários demonstram sua condução para *sites* de ultradireita. “Algumas vezes, quando estou assistindo a um vídeo sobre jogos, surge, de repente, um vídeo sobre Bolsonaro”, declara Inzaghi, um estudante de Niterói, 17 anos⁷. Como a inteligência artificial conduz para vídeos mais provocativos que os que estão sendo vistos pelo usuário, para reter sua atenção, ela o direciona para conteúdos extremos que não poderiam ser acessados de outra forma.

Mauricio Martins, vice-presidente do PSL em Niterói, declara que a maior parte dos afiliados foi recrutada graças ao YouTube. É importante observar que os jovens e os estudantes têm no YouTube sua principal fonte de informação.

À medida que a extrema direita avança, suas lideranças aprendem a transformar em armas seus vídeos de conspiração, oferecendo a vastas audiências o alvo para atacar. E, como os canais de extrema direita se referem uns aos outros, o sistema de recomendações do YouTube os liga e articula, tornando sua presença e as mensagens que eles veiculam algo ampliado, que parece ser a realidade.

Em casos como os de acusação de professores estarem disseminando o comunismo, a extrema direita ataca estes pela internet, os ameaça, os ofende, criando um clima de medo. “É esta justamente a intenção: que eles sintam medo, afinal se trata de uma guerra cultural que nós estamos enfrentando”, diz um de seus impulsionadores. A realidade é desenhada pelas mensagens que viralizam...

A guerra cultural serve não só para alinhar nas hostes de Bolsonaro grupos conservadores como são as igrejas evangélicas neopentecostais, mas também para acobertar as políticas de destruição do patrimônio público por meio das privatizações; os ataques ao meio ambiente pelo agronegócio e pela mineração; a espoliação das maiorias pelas reformas da previdência e trabalhista; o favorecimento de grandes corporações, como foi a isenção de pagamentos de impostos para as petroleiras internacionais como a Shell, a British Petroleum e a Exxon na exploração do pré-sal, coisa de R\$ 50 mil milhões por ano, aprovada pelo Congresso Nacional este ano.

Estimativas apontam que o total das isenções de impostos para empresas operan-

do no Brasil chegou a mais de R\$ 270 mil milhões em 2016. Se considerarmos, entretanto, não apenas as isenções, mas também o conjunto dos benefícios tributários, financeiros e creditícios, eles somaram R\$ 385 mil milhões em 2016⁸. Apenas para comparação, os cortes orçamentários que estão paralisando as universidades públicas federais não chegam a R\$ 3 mil milhões.

A radicalidade do programa de privatizações é expressa por Paulo Guedes, ministro da Economia. Ele declara que pretende privatizar todas as empresas estatais federais⁹.

O desmantelamento da capacidade reguladora do Estado, as privatizações das empresas públicas, a abertura indiscriminada do mercado brasileiro para produtos de outros países, política que promove a desindustrialização do Brasil e mesmo o colapso de setores industriais como a indústria naval, fazem o país retroagir para a condição de exportador de produtos naturais e *commodities*.

As perspectivas de um desenvolvimento sustentável, autônomo, capaz de enfrentar as desigualdades sociais e a pobreza, e colocar o Brasil como protagonista no cenário internacional, desaparecem. Cada vez mais retroagimos a uma condição de colônia dos Estados Unidos.

⁷ Max Fisher e Amanda Taub, “How YouTube Radicalized Brazil”, *New York Times*, 11 ago. 2019.

⁸ Segundo estudo dos economistas Vilma da Conceição Pinto e José Roberto Afonso, pesquisadores do Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas.

⁹ “‘Vamos privatizar tudo; temos R\$ 1 trilhão em ativos a receber’, diz Paulo Guedes”, *Veja*, 27 ago. 2018 (atualizado em 28 ago. 2018).

A Comunicação para o Desenvolvimento nos seus labirintos

RUI PEREIRA

PROFESSOR NA UNIVERSIDADE LUSÓFONA DO PORTO

“ Se os termos ‘sociedades desenvolvidas’ e de ‘bem-estar’ parecem relativamente pacíficos, tenhamos em conta quão problemáticos eles se mostram, quando, ao serem nomeados, é tanto o que revelam quanto aquilo que ocultam ”

Oriundo, com ligeiras modificações, de uma conferência académica, procura-se neste texto equacionar panoramicamente algumas questões que percorrem a chamada Comunicação Para o Desenvolvimento. Poucas questões nos lançam tão fundamente no coração das coisas do mundo quanto estas, que sintetizamos sob a designação de “Desenvolvimento”. Todos sabemos, de resto, como ele nos concerne, a todos. Segundo a Rede Europeia Anti-Pobreza (APEAN – Portugal, 2017) 23,7% da população europeia sobrevive em condições de pobreza e exclusão. Em Portugal, país também ele a contas com o seu próprio modelo de Desenvolvimento, essa cifra sobe para 26,6% da população, com uma taxa de risco de pobreza entre as crianças que permanece, desde 2003, acima dos 20%.

O otimismo das Luzes sugeriu-nos ao longo de muitas décadas que o Desenvolvimento Humano seria uma questão de avanço civilizacional *tout-court*, decorrendo como que naturalmente dos avanços das chamadas tecnociências e das ciências da vida. Era o princípio do “Progresso” mais do que como ideia, enquanto referencial ideológico, que prenunciava de geração quase espontânea a proliferação de “sociedades desenvolvidas e de bem-estar”.

Se na esfera da conversação quotidiana ou na *langue de bois* da comunicação política os termos desta última expressão, “sociedades desenvolvidas” e de “bem-estar”, parecem relativamente pacíficos, tenhamos em conta, face às realidades e à reflexão académica e científica, quão problemáticos eles se mostram, quando, ao serem nomeados, é tanto o que revelam quanto aquilo que ocultam.

1. O Desenvolvimento

Bastará recordar o trajeto do conceito mesmo de “Desenvolvimento”. Oriundo das bases do industrialismo, começou por ligar acriticamente as políticas desenvolvimentistas à ideia de crescimento económico. Sem prejuízo de outras alusões, uma das reflexões seminais na crítica não *luddita* a esta conceção industrialista data de 1942, com a publicação por Karl Polanyi de *A Grande Transformação*. Na obra, Polanyi defendia que o momento do industrialismo se configurava, pelas suas consequências, como o processo de uma transformação antropológica, no final de cujas contas, e por contraste com as comunidades arcaicas, nos deparámos com o facto de a morte por inanição se tornar, de um modo inédito, não só

moralmente admissível como, também, um adquirido cultural das sociedades humanas.

A par dos chamados “30 anos dourados”, a propaganda da Guerra Fria, entre leste e ocidente, realizou uma dupla captura ideológica das questões do Desenvolvimento. Ligou-as ao dogma da luta emancipatória de classes, por um lado, e, por outro lado, à ideologia sua simétrica do progresso automático das zonas exploradas do planeta por via do enriquecimento das suas zonas exploradoras. Esta captura obscureceu ainda uma outra divisão, bem mais substancial, do planeta, a que se verificava e verifica em termos, não longitudinais, mas latitudinais, opondo o sul do mundo, onde se morre de fome, ao norte do mundo onde se morre de abundância. A ambas as teses, opunham-se e opõem-se as penosas realidades das diferentes modalidades de neocolonialismo que sucederam aos séculos do interminável teatro colonial da crueldade, que, por todos, o chamado *Relatório Nyerere* (1990) deixou em evidência.

Dito isto, sugeriria que talvez possamos, num certo nível teórico de abstração, pensar a problemática do Desenvolvimento e das suas contradições num duplo eixo. Um eixo sintagmático, relacionado com as conjunturas históricas, a que corresponderia, neste caso, o vetor Leste-Oeste. E um eixo paradigmático que o faz oscilar entre as polaridades do crescimento produtivista ilimitado e o seu antagónico, o da consideração do Desenvolvimento no interior dos parâmetros conceptuais da finitude de recursos.

No plano paradigmático, a década de 1970 constitui, porventura, o ponto de rotura com os consensos implícitos em torno de uma ideia excessivamente vaga de “desenvolvimento”. O relatório do Clube de Roma (Meadows et. al., 1972), preconizando o Crescimento Zero, que não agradou nem a um nem a outro dos vetores sintagmáticos, juntava-se aos primeiros questionamentos a partir dos quais o sistema das Nações Unidas iria formalizar a ideia de que o desenvolvimento humano não podia circunscrever-se à dogmática do crescimento económico. Foi isso que veio dizer-nos o primeiro relatório do PNUD, em 1990.

É conhecido o agravamento, desde então, que o caos geopolítico (Ramonet, 1997) e a triunfante desregulamentação dita neoliberal vieram projetar sobre as questões das assimetrias planetárias. Salientar-se-á, apenas, como traço diferencial, o facto de a exploração neoimperial já não se processar fundamentalmente através dos Estados imperiais centrais e bem identificados, mas de difusos impérios empresariais multinacionais (Zizek, 1997). Impérios corporativo-supra-estatais que operam em rede à escala planetária, misturando a

libertação selvagem dos fluxos financeiros, com a deslocalização voraz dos equipamentos produtivos, recorrendo a táticas furtivas de evasão fiscal através de sistemas bancários paralelos e, quando necessário, requisitando o apoio bélico dos Estados nacionais nas iniciativas de controlo, *manu militari*, dos recursos energéticos. Desde os bombardeamentos de 2003, no Iraque, sob alegações consabida e confessamente falsas, que estas práticas ocorrem cínica, despidorada e inelutavelmente diante dos olhos do mundo, com terríveis impactos sobre as suas vítimas, obstaculizando quaisquer estratégias desenvolvimentistas e colocando complexos problemas no campo jurídico e da ação política, que os Estudos em Desenvolvimento não devem ignorar.

Estudos que, numa outra área, e bem, se ocupam já de discutir os impactos das iniciativas de Desenvolvimento e C4D, sublinhando-lhes o carácter mais do que controverso, designadamente quanto aos supostos avanços na luta contra a pobreza, regularmente saudados por organismos internacionais e pelos media de referência à escala ocidental (e.g. BM, 2018). Por todos e a este respeito, Thomas Pogge (2011, p. 211) faz notar que, para além das controversas especificações técnicas dos cálculos utilizados para os registos desta evolução, existe um dado crucial para a redução estatística dos indicadores de pobreza no mundo: as 50 mil mortes diárias ocorridas por causas relacionadas com a pobreza e com as doenças geradas pela subnutrição.

2. A Comunicação

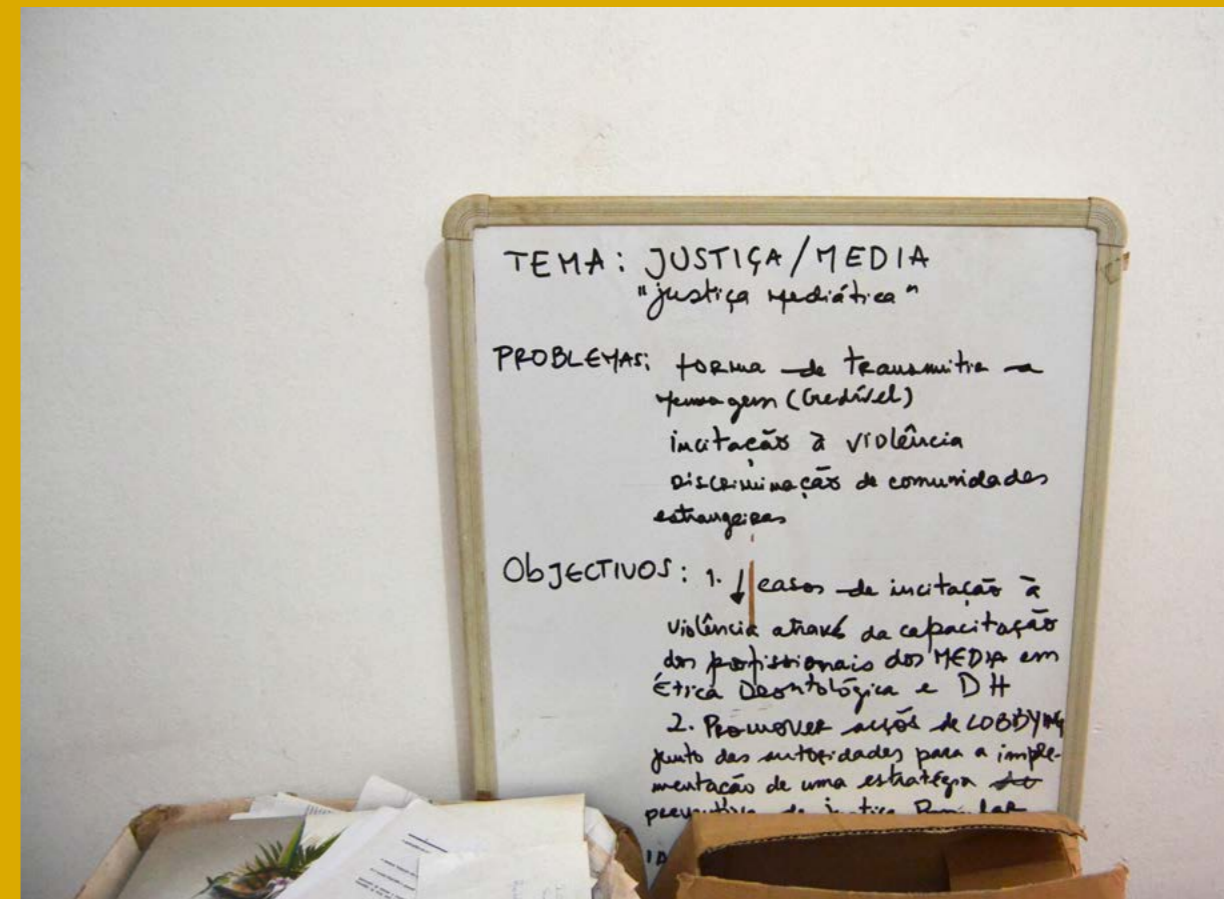
A articulação das questões da Comunicação com as questões do Desenvolvimento ocorreu com significado e expressão académicos no seio do que aqui chamei o eixo sintagmático da Guerra Fria. Na viragem para os anos 1960, um conjunto de obras provenientes de diferentes áreas académicas originou correntes de pensamento das quais pode dizer-se que eram bem menos indagação científica do que programas de ação política. Destaco um tríptico fundamental: em teoria política, os trabalhos de Almond e Verba sobre cultura política (1963), os de David Lerner (1958) em teoria do Desenvolvimento e os de Everett Rogers, (1962) sobre Comunicação e Desenvolvimento que lançou a teorização conhecida por

“Difusionismo”. O traço unificador de todo este material acadêmico consistia na prescrição para as sociedades subdesenvolvidas de um conceito de “mobilidade social” que supostamente as levaria de modo linear à versão “ocidental” de nação desenvolvida, com uma economia de mercado e uma democracia eleitoral de consumo. A Comunicação deveria usar-se -aliás, de modo bem simplista- para difundir estas inovações. Ao fornecer este bloco legitimador das políticas do eixo sintagmático ocidental, o estudo acadêmico induzia, *malgré lui* ou talvez não, a aceitação de uma demonstração improvável, segundo a qual a supressão das necessidades do mundo pobre coincidiria com a satisfação dos interesses do mundo rico.

Conhece-se, igualmente, o polo crítico do sintagma que, emergindo a partir das experiências dos movimentos de guerrilha na Indochina e África, ou das práticas comunitárias no terreno, na América Latina, *maxime* de Paulo Freire (vd. Barranquero & Herrera-Huér-fano, 2012), terá o seu expoente conceptual em Herbert Schiller, ao cunhar, em 1976, o conceito de “imperialismo cultural”, para designar o conjunto dos processos pelos quais uma sociedade é introduzida no moderno sistema mundial” e dos modos pelos quais a sua “camada dirigente é levada, por fascínio, pressão, força ou corrupção, a moldar as instituições sociais para que correspondam aos valores e estruturas do centro dominante do sistema, ou ainda para servir de seu promotor” (cf. Mattelart & Mattelart, 1997 [1995], p. 80).

Em termos dos fluxos comunicacionais, num semelhante sentido haveria de pronunciar-se ingloriamente a UNESCO (MacBride, 1980), reclamando uma nunca estabelecida Nova Ordem Mundial para a Informação e a Comunicação (NOMIC). E se o panorama técnico é hoje vincadamente diferente, é provável que, em substância, as assimetrias se tenham até agravado. Como recenseava o investigador Tokunbo Ojo (2002) as quatro maiores agências noticiosas planetárias produzem 80 por cento do fluxo informativo que chega às redações jornalísticas de todo o mundo. No campo das consequências práticas, o investigador polaco Tomasz Pludowski (2006, p. 5) observou como com “o aparecimento dos produtos mediáticos globais [...]. as regiões do mundo onde a pobreza limita o consumo experimentam uma frustração e marginalização extremas, face à exposição ostensiva das imagens de um Ocidente de consumismo desenfreado”.

Estamos, hoje, por via da técnica, confrontados com desafios, se não inteiramente novos, pelo menos renovados. Somando-se aos novos suportes e dispositivos de comunicação digital, o incremento dos fluxos económicos sul-sul, o despontar de focos de produção



ACEP

“ **As questões da Comunicação e do Desenvolvimento estão mais dependentes do que possa suceder no eixo dominante (chamemos-lhe Norte) do que no eixo subalterno (chamemos-lhe Sul), sem que, todavia, este eixo e os seus processos e atores possam ou devam ser minorizados** ”

mediática não-orientados pelos geo-fluxos predominantes, as diferenciadas experiências locais de mobilização comunitária com intervenção dos novos media, encontram-se e entroncam no que parece ser uma ainda dificilmente legível marcha para um mundo multipolar. Um rumo que deixa em tensão muitas verdades estabelecidas, com a emergência dos chamados BRIC (o acrónimo de Brasil, Rússia, Índia e China), assim como com a aproximação às nações semiperiféricas de traços socioeconómicos “terceiro-mundistas”, por via das chamadas “crises das dívidas soberanas”, como recentemente ocorreu com os PIGS (acrónimo de Portugal, Itália, Grécia e Espanha), espécie a que pertencemos nós, também, os portugueses.

Por si só, saliente-se, no entanto, que nada nestas recentes tendências chega para desenhar um percurso normativo para um objeto a que possamos consensualmente chamar “Comunicação para o Desenvolvimento”. Por outras palavras, lidamos aqui com conceitos, e com práticas, como lhes chamaria o filósofo Walter Bryce Gallie (1956), “essencialmente contestados” e contestáveis.

Ilustram-no, por exemplo, as problemáticas do subcampo do “jornalismo para o Desenvolvimento” no seio do qual, para além dos tradicionais problemas de liberdades, se jogam dois grandes modelos opostos nas nações pós-coloniais: o de um jornalismo-*bildung*, de alegado consenso nacionalista, e o de um jornalismo de *advocacy*, centrado na ideia de combate às desigualdades sociais (ver Xiaoge, 2009).

Por outro lado, a expansão das comunicações mediadas por computador, com todas as suas virtualidades, esconde mal os novos fossos que vem instaurando. Com os seus mitos de visibilidade total, os novos suportes técnicos iludem tanto o problema das mistificações praticáveis (nunca a verosimilhança pôde ser tão verosímil como hoje), como tendem a disfarçar os problemas de desvinculação social e das desigualdades nas lutas pela legitimidade e pelo reconhecimento em torno da produção e difusão de conteúdos.

Levar em conta estas realidades e um pouco da sua história, conduz-me (e esta é a ideia forte que gostaria de aqui deixar sublinhada) a pensar as questões da Comunicação e do Desenvolvimento segundo a tese de que qualquer avanço significativo na sua evolução está mais dependente do que possa suceder no eixo dominante (chamemos-lhe Norte) do que no eixo subalterno (chamemos-lhe Sul), sem que, todavia, este eixo e os seus processos e atores possam ou devam ser minorizados.

Critica-se genericamente este tipo de posição, atribuindo-lhe uma dose de “paterna-

lismo” que aqui quero rejeitar, sinteticamente, por três razões. Em primeiro lugar, porque os problemas das assimetrias não resultam de questões técnicas de recursos, mas sim de relações de poder impostas pela força. Em segundo lugar, porque essa crítica tende a atirar-nos perigosamente no que Megan Crippen (2015) designou, e bem, por “Theories of Victim Blame”. E em terceiro lugar, porque os factos da dependência e da autodeterminação à escala das nações não podem seriamente metaforizar-se por graus de parentesco e afeção entre pessoas singulares.

Podemos resumir nas palavras de dois autores os grandes problemas irresolvidos no campo do Desenvolvimento e da Comunicação. Em primeiro lugar, o que nos coloca Christopher Kamlongera, com a sua afirmação, “os aldeões não comem comunicação” (in Hemer & Tufte (eds.), 2005, p. 11). E, por outro lado, a angustiante nota de Martín Caparrós (2016 [2014], p. 12), que no seu extenso relato analítico, *Fome*, se interroga e nos interroga: “como contar aquilo que não sabemos -nem queremos- imaginar. [...] como lutar contra a degradação das palavras? As palavras ‘milhões-de-pessoas-passam-fome’ deveriam significar alguma coisa, produzir certas reações. Mas, em geral, as palavras já não têm esse efeito. Talvez acontecesse alguma coisa se pudéssemos devolver o sentido às palavras”.

3. Fecho

As palavras de Kamlongera e Caparrós sugerem ainda à reflexão o problema de uma dupla impotência. Em primeiro lugar as dificuldades inerentes à emissão e circulação planetária de fluxos decisórios e comunicacionais a partir do Sul. E, em segundo lugar, as não menores dificuldades da eficácia e consequência da sua receção a Norte. Este Norte de populações a braços, também elas, com a sua própria impotência política em regimes de abundância material desigualmente distribuída e, dado formidavelmente importante, este, enfrentando, estupefactas e aterradas, a inédita perspetiva de que as gerações dos seus filhos e netos viverão materialmente pior do que elas. Nada no último século as preparara para uma tal situação, à qual bem pode aplicar-se a inexcedível expressão do filósofo escocês Alasdair MacIntyre (2007 [1981], p. 75), ao enfatizar como

“somos oprimidos não pelo poder, mas pela impotência”.

O que isto parece sugerir-nos é que o problema da capacitação (*empowerment*) não é uma necessidade exclusiva das comunidades desvalidas a sul, mas também das populações do norte geopolítico. É possível que a eventual eficácia na receção, a norte, de uma dor longínqua que se sente a sul, e as subsequentes práticas políticas a desencadear, careçam de novas reconfigurações da ação coletiva e do seu estudo. Tanto, porém, quanto parecem carecer dos *qualia* que Sofia Miguens (2001, pp. 235 e ss.) convocava, a saber, esses estados qualitativos, subjetivos, privados, capazes de despertar sensibilidades para além da compaixão desativada e dos mal disfarçados simulacros de consciência acerca dos quais falou Luc Boltanski (1993) no seu livro *La Souffrance à Distance*.

Às questões desta dupla impotência, acrescerá a de saber em que direções ou sentidos uma tal gama de sensibilidades eventualmente despertas, não de modos genérica e vagamente humanitaristas, mas efetivamente políticas, deverão orientar-se. A fertilidade com que a Modernidade tem sido capaz de desfazer os sonhos de felicidade humana, que começou ela mesma por enunciar, talvez possa com maior seriedade, ainda que um pouco decepcionantemente, ver-se substituída pela sugestão que Richard Rorty (1993 [1989], p.88) nos deixou: - a ideia não de elevar o humano a uma generalizada felicidade ideada, mas antes o concreto caminho de tornar “todos os seres humanos iguais relativamente à sua possibilidade de sofrimento”. Talvez o humilde exercício destas palavras nos aponte uma linha de rumo mais viável e transformadora para pensar, como disciplina e *praxis*, o imenso labirinto que se acantona por trás da curta sigla C4D.

Referências

- Almond, G. A. & Verba, S. (1992 [1963]). La cultura política. In Albert Batlle (ed.). *Diez textos básicos de ciencia política*. Barcelona: Ariel.
- Barranquero, A. & Herrera-Huérffano, E. (2012). Un panorama de la formación especializada en Comunicación, desarrollo y cambio social. In *Razón y Palabra*, 16,1, nº 80. (235-248). Em <http://www.revista-razonypalabra.org/index.php/ryp/article/view/484/516>
- Boltanski, L. (1993). *La Souffrance à Distance*. Paris: Editions Métailié.
- Caparrós, M. (2016 [2014]). *Fome*. Lisboa: Temas & Debates / Círculo de Leitores.
- Crippen, M. (2015). Theories of Victim Blame. In *Senior Honors Projects*. 66. Em <http://collected.jcu.edu/honorspapers/66>
- EAPN-Portugal (2017). *Indicadores sobre Pobreza: Dados Europeus e Nacionais* (31 maio). Em <https://www.eapn.pt/documento/531/indicadores-sobre-pobreza-dados-europeus-e-nacionais>
- Gallie, W.B. (1956). Essentially Contested Concepts. In *Proceedings of the Aristotelian Society*, 56 (167–198).
- Hemer, O. & Tufte, T. (eds.) (2005). *Media & Global Change - Rethinking Communication for Development* [e-book]. Buenos Aires: CLACSO. Em <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/coediciones/20100824061923/global.pdf>
- Lerner, D. (1958). *The passing of traditional society: Modernizing the Middle East*. NY: Free Press.
- MacBride, S. (dir.) (1980). *Many Voices, One World - Communication Society Today and Tomorrow*. Em <http://unesdoc.unesco.org/images/0004/000400/040066eb.pdf>
- MacIntyre, A. (2007 [1981]). *After Virtue – A study in moral theory*. Indiana: University of Notre Dame Press.
- Mattelart, A. & Mattelart, M. (1997 [1995]). *Historia de las teorías de la comunicación*. Barcelona: Paidós.
- Meadows, D.H.; Meadows, D. L. & Behrens III, J. R. W. W (1972). *The Limits to Growth - A report for the Club of Rome's project on the predicament of mankind*. NY: Universe Books.

Miguens, Sofia (2001). *Qualia e razões – Uma teoria da interioridade natural*. In AAVV, *Dor e Sofrimento – Uma perspectiva interdisciplinar*. Porto: Campo das Letras. (pp. 235-275).

Nyerere, J. K. (dir.) (1990). *The Challenge to the South – Report of the South Commission*. NY: Oxford University Press.

Pnud (1990). *Human Development Report – Concept and Measurement of Human Development*. Em http://hdr.undp.org/sites/default/files/reports/219/hdr_1990_en_completo_nostats.pdf

Pogge, T. (2011). Poverty, hunger, and cosmetic progress. In *Researchgate*. <https://www.researchgate.net/publication/289737409>

Polanyi, K. (2000 [1942-1974]). *A grande transformação*. São Paulo: Ed. Compus.

Pludowski, T. (2006). International Communication Flow: Global Media's Performance. In *Global Media Journal-Polish Edition*, 1 (Spring). Em <http://www.global-mediajournal.collegium.edu.pl/artykuly/wiosna%202006/Pludowski-International%20Communication%20Flow.pdf>

Ramonet, I. (1997). *Geopolítica del caos*. Madrid: Ed. Le Monde Diplomatique (España).

Rogers, E. (1983 [1962]). *The Diffusion of Innovations*. NY: Free Press.

Rorty, R. (1993 [1989]). *Contingency, Irony and Solidarity*. New York/Melbourne: Cambridge University Press.

Schiller, H. (1976). *Communication and Cultural Domination*, NY: Sharpe.

Xiaoge, X. (2009). Development Journalism. In Karin Wahl-Jorgensen & Thomas Hanitzsch (eds.) *Handbook of Journalism Studies* (357-368). London/NY: Routledge.

Žižek, S. (1997). Multiculturalism, Or the Cultural Logic of Multinational Capitalism. In *New Left Review*, 1/225 (28-51).

Do *embedded* militar ao *embedded* humanitário - o jornalismo actual e as parcerias no terreno de reportagem

ANA FILIPA OLIVEIRA
INVESTIGADORA NA ACEP

“ O ‘modelo de negócio’ do jornalismo está em declínio (há menos leitores, menos receitas com publicidade, maior dispersão das audiências) e os jornalistas estão cada vez mais pressionados e ‘amarrados’ à agenda do dia-a-dia, sobrando-lhes pouco espaço para os temas internacionais ”

No *Hotel Babilónia*, um livro de memórias e de histórias de conflitos e acontecimentos marcantes do século XX testemunhados por Carlos Cáceres Monteiro (1948-2006), o jornalista explica o quotidiano dos repórteres que cobriam a Guerra do Vietname: circulavam livremente na frente de batalha, recolhiam depoimentos de ambos os lados do conflito e conviviam no sumptuoso Hotel Rex em Ho Chi Minh, nos fins de tarde. Estávamos na era dos correspondentes internacionais, que permaneciam largos meses no terreno de reportagem e não eram percebidos (até certo ponto) como ameaça ao *esforço* de guerra.

À medida que as televisões, os jornais e a rádio mostravam as mortes e a deriva do exército norte-americano face à resistência *vietcong* no terreno, a opinião pública saía à rua por todo o mundo a exigir o fim do conflito. A intensificação dos protestos, nomeadamente após a Ofensiva de Tet (1968), colocou a guerra sob um intenso escrutínio mediático difícil de controlar. Este conflito representou um ponto de viragem na cobertura jornalística de conflitos, porque, para além de ser a primeira grande guerra televisada, foi também a mais longa do século XX (quase 20 anos). Além disso, os jornalistas podiam movimentar-se sem estarem sujeitos a protocolos oficiais, uma vez que o conflito não foi declarado oficialmente. Finda a guerra, a experiência (traumática) do Vietname determinou a urgência de definir uma estratégia política para enquadrar os jornalistas em conflitos futuros.

Na Guerra do Golfo de 1991, por exemplo, os EUA ensaiaram uma abordagem aos media, designada de *pool*, em que grupos de cerca de 50 jornalistas eram previamente seleccionados e escoltados por militares para cobrir determinadas operações militares e para disponibilizar posteriormente informação aos colegas de todo o mundo que não tinham integrado a *pool*. Uma forma de cobertura que viria a ser quase totalmente abandonada, sob forte contestação.

O 11 de Setembro e a narrativa de eixo do mal - “nós e eles” - de George W. Bush que lhe sucedeu veio colocar os media sob escrutínio e numa encruzilhada, que coincidiu com a depauperação das empresas de comunicação social e com o encerramento da

maior parte das delegações locais. O correspondente e os enviados especiais passaram a ser espécies ameaçadas do jornalismo praticado na Guerra do Vietname e noutras guerras anteriores e o recurso a *freelancers* uma forma de assegurar, em muitos casos, a cobertura de temas internacionais.

A estes factores, acrescem outros não menos importantes: o mensageiro passou a ser um dos alvos preferenciais das guerras do século XXI, informais por natureza, uma vez que não contrapõem um exército a outro e, por isso, a circulação é particularmente sinuosa e perigosa em países como o Afeganistão, Síria ou Iraque. É neste contexto que o jornalismo *embedded* com colunas militares se torna uma das formas preferenciais de cobrir os principais conflitos do nosso tempo - é mais económico (é assegurado o transporte, estadia e alimentação aos jornalistas) e, acima de tudo, mais seguro do que a cobertura unilateral. A utilização exaustiva do jornalismo *embedded* no Afeganistão fez com que o país ganhasse o cognome de *Embedistan*, entre a comunidade jornalística internacional.

No jornalismo *embedded*, o repórter integra as unidades militares (pode envergar o uniforme militar) e acompanhá-las na frente de batalha para aí fazer cobertura, muitas vezes condicionada, de forma a não revelar informação sensível a que poderá ter acesso. Embora seja amplamente utilizada, esta modalidade levanta naturalmente questões éticas e deontológicas aos jornalistas, nomeadamente no que diz respeito à sua independência, ao grau de decisão sobre os aspectos mais relevantes a relatar e à necessidade - imperiosa no jornalismo - do contraditório, dando voz ao *outro* lado.

É importante, porém, não esquecer que a cobertura internacional, sobretudo em cenários de conflito ou de violência extrema, é hoje em dia mais perigosa, na medida em que o jornalista é percebido como um alvo a abater e um instrumento de propaganda. Basta recordar o caso dos jornalistas James Foley e Steven Sotloff, capturados pelo Estado Islâmico na Síria e decapitados numa execução filmada e disseminada pelos seus militantes. De acordo com o *Committee to Protect Journalists*, desde 2000, morreram 1.025 jornalistas em todo o mundo, com a Guerra da Síria na liderança, mas também

países como o Iraque, o Afeganistão e o México. Para além da fragilidade física, as condições económicas a que as redacções e, sobretudo, os jornalistas *freelancers* estão sujeitos, muitas vezes, impele-os a utilizarem os meios ao seu dispor para fazer reportagem, recorrendo ao *embedded* militar como forma de aceder a terrenos que, de outra forma, dificilmente teriam acesso.

Podemos falar de um jornalismo *embedded* humanitário?

“Há hoje muito menos recursos para pagar tempo e para pagar um sentido de fidelidade e de dignidade. Quando nós tentamos resolver isso como repórteres ou como editores ou directores de jornais - e isso tem sido recorrente aqui em Portugal - com recurso a boleias humanitárias (...), qual é o risco de estarmos aqui numa espécie de *embedded* circunstancial de que ninguém fala e de que, em primeiro lugar, nenhum jornalista questiona, e que é uma espécie de *humanitarian embedded*?”

PEDRO ROSA MENDES, no debate *Media, Cidadania e Desenvolvimento*, nos Dias do Desenvolvimento 2010¹

A primeira vez que ouvi a expressão de jornalismo *embedded* humanitário foi num debate promovido pela ACEP, o Centro Norte Sul do Conselho da Europa e o Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, nos Dias de Desenvolvimento de 2010, no qual o jornalista e escritor Pedro Rosa Mendes questionava se, em termos de deontologia profissional, o *embedded* militar e o *embedded* humanitário não seriam a mesma coisa, perante a crescente utilização desta abordagem para fazer reportagem internacional. A par da utilização do *embedded* militar para cobrir conflitos ou missões militares de paz, diversas organizações internacionais e ONG têm promovido a integração de jornalistas nas suas missões de terreno - seja

¹ Debate transcrito in *Media, Cidadania e Desenvolvimento - Triângulos Imperfeitos*, coord. Ana Filipa Oliveira, 2010, ed. ACEP

em tempos de paz, seja em situações de emergência humanitária ou de conflito.

Isto acontece numa altura em que se assiste a um investimento na comunicação por parte de diversos actores que trabalham na Cooperação para o Desenvolvimento (desde as ONG, organizações internacionais, entidades públicas, fundações, entre outros), que, embora numa fase ainda embrionária no caso português, percebem que é importante comunicar o seu trabalho e mostrar os processos nos terrenos onde actuam. Em contraciclo, verifica-se o emagrecimento progressivo das redacções, sobretudo das editorias de Internacional/Mundo, o encerramento de delegações locais (como aconteceu com a agência Lusa), e a quase-substituição da reportagem por um “jornalismo de secretária”, com recurso a conteúdos de agências internacionais, devido sobretudo a constrangimentos económicos e às alterações do modelo de negócio.

“O jornalismo sedentarizou-se. Neste contexto de múltiplos constrangimentos - endógenos e exógenos - à prática jornalística, e sobretudo à sua *função social* de relatar o mundo, há várias questões a colocar: Como manter a diversidade de vozes, de histórias, nos media? Como ir ao fim da rua e ao fim do mundo? Como *trazer* para o nosso quotidiano os temas de Desenvolvimento?”

in OLIVEIRA, A. F. E FARIA, R., *O Desenvolvimento nos Media - percepções e visões de jornalistas e profissionais da área do Desenvolvimento*, ed. ACEP

Embora não seja uma abordagem totalmente nova, as viagens a convite dirigidas a jornalistas são uma forma de colocar na agenda mediática temas relacionados com o Desenvolvimento que, de outra forma, dificilmente teriam cabimento. No estudo *O Desenvolvimento nos Media*, diversos jornalistas entrevistados afirmaram estarem muito receptivos a viajar a convite, admitindo que são cada vez menos as oportunidades para sair da redacção e produzir conteúdos exclusivo. O “modelo de negócio” do jornalismo está em declínio (há menos leitores, menos receitas com publicidade, maior dispersão das audiências) e os jornalistas estão cada vez mais pressionados e “amarrados” à agenda do dia-a-dia, sobrando-lhes pouco espaço para se dedicarem a temas que requerem tempo e recursos financeiros, como são os temas internacionais.



ACEP

“ Quanto mais diversidade, mais mundo e mais histórias forem visibilizadas e mediatizadas, mais impermeáveis e menos vulneráveis serão as sociedades a discursos de ódio, ao populismo e ao provincianismo que surgem como reacção ao desconhecimento ”

Os convites a jornalistas para cobrir temas internacionais, por exemplo, nos países de língua portuguesa, que são o terreno de actuação da maior parte das organizações de Cooperação para o Desenvolvimento, são uma oportunidade para colmatar a quase ausência de temas relacionados com o Desenvolvimento nos media portugueses. Porém, admitem os jornalistas consultados para o estudo (Oliveira e Faria, 2016), esta relação pode ter consequências na qualidade informativa, uma vez que os jornalistas vão ver uma determinada realidade, muitas vezes, condicionada pelas próprias organizações que endereçam o convite.

A literatura internacional disponível sobre esta questão refere a necessidade de discutir de forma mais aberta e transparente estas colaborações, de forma a calibrar a cooperação entre ambos os campos e não minar a sua independência e integridade, uma vez que são uma tendência que se tem vindo a afirmar cada vez mais. Num artigo de opinião sobre a experiência de trabalho do *International Crisis Group* com jornalistas, Kimbely Abbott (antiga directora de comunicação do ICG e ela própria jornalista) refere que a colaboração entre ONG e jornalistas, se bem discutida e respeitando as missões naturalmente distintas dos dois lados, pode ser muito importante para produzir reportagem internacional. Não vivemos num tempo em que existem delegações locais e jornalistas com tempo, refere Abbott (2019), e por isso esta colaboração pode ajudar a preencher “o vazio da reportagem internacional”. Além da possibilidade de utilizar as ONG como fontes que conhecem o terreno, as pessoas e os processos em curso (substituindo assim a função de *fixer* dos jornalistas), estas organizações muitas vezes facultam ainda estadia, segurança e todo o restante apoio logístico necessário à realização de reportagem (Are, 2018), à semelhança do que acontece nas situações de *embedment* militar.

A grande maioria dos meios de comunicação social (portugueses, mas não só) recorrem a esta abordagem para fazer reportagem e há já vários órgãos que adoptaram mecanismo de defesa da integridade e da deontologia jornalística. Na última edição da *International Development Summer Course*, que decorreu em Lisboa no final de Maio de 2019, questionei a jornalista responsável pela editoria de Desenvolvimento *Planeta Futuro* do jornal espanhol *El País* sobre a forma como se relacionavam com as organizações

e lidavam com os convites para fazer reportagem. Lola Huete Machado referiu que o jornal aceita a maior parte dos convites, após uma análise do valor noticioso dos mesmos, e que os jornalistas vão para o terreno sempre uns dias antes ou depois da período proposto pelos organizadores da viagem, de forma a fazerem outros contactos e outros trabalhos. O jornal entende, assim, estes convites como complementares ao seu trabalho de reportagem internacional.

No projecto *Aquele Outro Mundo que é o Mundo*, discutimos com jornalistas e profissionais da área da Cooperação para o Desenvolvimento esta relação e as “áreas cinzentas” da colaboração no terreno, e com base nas entrevistas, inquéritos e encontros realizados, elaborámos os *Referenciais Éticos para as Relações entre os Jornalistas e os Profissionais da área da Cooperação para o Desenvolvimento*. Há ainda muitos equívocos e incompreensões de parte a parte sobre as missões de cada um e os objectivos da colaboração. No documento, refere-se a necessidade de “encontrar um terreno de entendimento comum, no qual existe uma separação clara entre aquilo que é a comunicação de processos de Desenvolvimento (...) e aquilo que é o *marketing* institucional de projectos ou iniciativas específicas desenvolvidas pelas organizações”.

Mais do que ver nas fragilidades do jornalismo actual uma oportunidade para fazer passar a sua mensagem, as organizações deste sector devem estar receptivas a um diálogo e centrar a sua actuação na necessidade imperiosa de colocar os temas do Desenvolvimento internacional na agenda mediática e na discussão pública e política. Quanto mais diversidade, mais mundo e mais histórias forem visibilizadas e mediatizadas, mais impermeáveis e menos vulneráveis serão as sociedades a discursos de ódio, ao populismo e ao provincianismo que surgem como reacção ao desconhecimento.

Referências

Abbott, K. (2009), “Working together, NGOs and journalists can create stronger international reporting”, in *International Crisis Group Op-Ed*, disponível em <https://www.crisisgroup.org/global/working-together-ngos-and-journalists-can-create-stronger-international-reporting>

Are, C. (2018), “Close ties: the relationship between NGOs and journalism in humanitarian news and picture generation”, in *Humanitarian News Research Network*, disponível em <https://blogs.city.ac.uk/humnews/2018/06/05/close-ties-the-relationship-between-ngos-and-journalism-in-humanitarian-news-and-picture-generation/>

Cáceres Monteiro, C. (2004), *Hotel Babilónia*, Verbo

Green, A. (2016), “The thorny ethics of embedding with do-gooders”, in *Columbia Journalism Review*, 8 de Fevereiro de 2016, disponível em https://www.cjr.org/first_person/the_ethics_of_embedding_with_do-gooders.php

Nothias, T. (2018), “How western journalists *actually* write about Africa”, in *Journalism Studies*, 19:8

Oliveira, A. F. (2010), *Media, Cidadania e Desenvolvimento - Triângulos Imperfeitos*, ed. ACEP

Oliveira, A. F. (2012), *Decisão Política e os Media - a presença norte-americana no Afeganistão*, Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais defendida na FCSH/UNL

Wright, K. (2019), “Who’s reporting Africa now?”, in *Africa is a country*, disponível em <https://africasacountry.com/2019/02/whos-reporting-africa-now>

Outros recursos

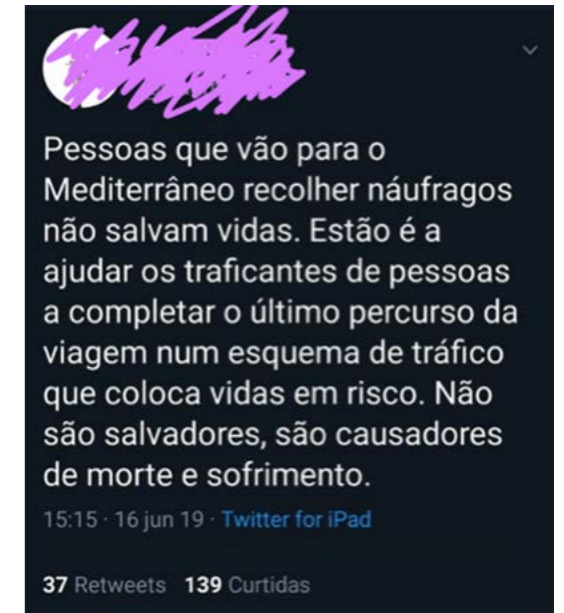
Committee to Protect Journalists
www.cpj.org

A “crise dos refugiados” nos media europeus: alteridades, securitização e desconstrução das alteridades

RITA SANTOS, JÚLIA GARRAIO, GAIA GIULIANI, SÍLVIA ROQUE E SOFIA JOSÉ SANTOS
INVESTIGADORAS DO CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

“ As representações mediáticas de refugiados/as no âmbito da ‘crise dos refugiados’ de 2015-2016 foram essenciais para avançar e justificar narrativas de securitização que visavam proteger uma identidade imaginada de Europa ”

O controlo da linguagem tem sido um elemento incontornável na legitimação das atuais respostas europeias à chamada “crise dos refugiados” e que, apesar de estas se apresentarem como solidárias e humanistas, pretendem sobretudo desencorajar migrantes a atravessar o Mediterrâneo, criando um ambiente hostil que os/as deixa a morrer no mar. Da mesma forma, esta mesma política europeia permite que aqueles/as que, dispondo de meios, se arrisquem à prisão por tentarem impedir essas mortes. Como rotular estas políticas? Como ir além dos textos e sentidos oficiais e compreender a realidade que estas políticas promovem? A partir de uma perspetiva humanista, talvez devêssemos nomear a política europeia como “política de deixar morrer” e as práticas de cidadãos e cidadãs que se mobilizam em torno de ideias humanistas como “política de resistência”. Porém, numa altura em que a imprensa noticiava que o português Miguel Duarte, da ONG alemã Jugend Rettet, conhecida pelos seus esforços de salvamento de migrantes naufragados no Mediterrâneo, arriscava 20 anos de prisão em Itália por “apoio à imigração ilegal”, surgiu o seguinte tweet que exemplifica uma estratégia de manipulação da linguagem que faz passar tais políticas pelo seu oposto, com o intuito de as tornar eticamente aceitáveis:



Quando equacionada nos debates institucionais sobre migração na Europa plasmados também na imprensa, “solidariedade” deixou de significar ajuda aos/as migrantes, mas sim cooperação entre os estados membros: todos os países da UE devem partilhar o *fardo* dos/as refugiados/as através, por exemplo, do programa de recolocação, auxiliando os países procurados pelos/as requerentes de asilo como porta de entrada (Grécia, Itália) e como destino (Alemanha, Suécia). Paralelamente, quando se defende o encerramento de fronteiras e o controlo de fluxos migratórios, “proteção” e “segurança” aplicam-se aos/às cidadãos/ãs e ao território europeus: necessidade de os/as proteger da criminalidade e do terrorismo que esses discursos associam aos/às migrantes, refugiados e Outros internos. Apesar das inúmeras violências que marcam as jornadas destas pessoas, tais palavras raramente são usadas para referir a sua insegurança durante a fuga à violência e à pobreza que assola os seus países de origem. Desde os atentados de 11 de setembro, “terror” e “medo” passaram a fazer parte dos vocábulos recorrentes na imprensa europeia para descrever as experiências dos/as cidadãos europeus/ias confrontados/as com os ataques terroristas no Ocidente e raramente integram o campo semântico com que são descritas as vivências das populações alvo de bombardeamentos ocidentais nos países invadidos no âmbito da Guerra ao Terrorismo, nas guerras de procuração dos países ocidentais ou nos conflitos com armamento fabricado na Europa. Tão pouco se usam para dar conta da “violência e terror” que as fronteiras produzem através da vulnerabilização das pessoas em movimento, por exemplo, na Líbia e na Turquia, nos centros de identificação e expulsão estabelecidos pela UE.

No entanto, estes discursos hegemónicos não impedem que existam diferenças entre países nas suas tomadas de posição de acolhimento ou que poderes subnacionais possuam ativas políticas de resistência, como tem acontecido em cidades de Itália, em Barcelona e mesmo em Lisboa. Estes processos de difusão de visões do mundo concorrentes através da linguagem estão frequentemente alavancados na recuperação e atualização de imaginários coletivos herdados. Quando, em 2015, perante um agudizar de combates na Síria, se assiste a um afluxo de refugiados/as às portas da Europa, o debate mediático foi antes de tudo uma luta de imagens, um combate de discursos pela promoção de narrativas rivais impregnadas de imaginários “ancestrais”. Imagens como a foto do pequeno Alan Kurdi afogado, a do pai em lágrimas na chegada à Grécia ou o vídeo do pai pontapeado por uma jornalista húngara tentavam destabilizar os discursos securitários visibilizando subjetividades me-

diatizadas através de representações alusivas a “arquétipos transnacionais”: a dor pelo filho morto, a angústia do pai que tenta proteger a família e levar os filhos para um lugar seguro. No entanto, outras imagens foram sendo avançadas no panorama mediático europeu para contestar as imagens apelativas à empatia: grandes planos de homens representados como uma massa humana interminável na rota dos Balcãs, sugestiva de uma “*invasão islâmica*”.

Dois processos têm-se relevado centrais para a análise das implicações destas práticas discursivas: “Othering” (processo de construção de alteridades) e securitização. Por “othering”, um conceito desenvolvido por autores pós-coloniais, nomeadamente a partir da noção de orientalismo, de Edward Said (1979), e de subalterno, de Gayatri Spivak (1994), entendemos os processos de construção interseccional de determinados grupos sociais, frequentemente minoritários e racializados, como “outros” homogéneos e inferiores através da ênfase da “raça” ou da “diferença cultural” e através específicos estereótipos de género e sexualidade. Por securitização entendemos o processo de constituição discursiva de um determinado grupo, questão ou evento enquanto assunto de segurança, o que compreende a sua caracterização enquanto ameaça de natureza existencial a um determinado referente (um Estado, um grupo populacional específico, o mundo, etc.), ao que se segue a justificação da necessidade de adoção de medidas de exceção e que se operam e legitimam fora dos limites dos procedimentos políticos comuns (Buzan et al. 1998: 25). Quer nos processos de alteridade, quer nos processos de securitização intervêm vários atores, nomeadamente líderes e instituições políticas, grupos organizados, empresas, e, com grande relevância, os media. Estas práticas revelam-se produto de ideologias profundamente enraizadas como o racismo, o sexismo e a heteronormatividade e encontram no controlo e na manipulação da linguagem formas privilegiadas de se autolegitimarem.

No Reino Unido, registou-se uma das maiores polarizações nos retratos mediáticos sobre os/as refugiados/as no espaço europeu (Georgiou e Zaborowski 2017). As narrativas mediáticas no país seguiram linhas ideológicas claras, com jornais associados à esquerda, como o *The Guardian* e o *tabloid Daily Mirror*, detendo-se sobretudo nos efeitos humanitários destes fluxos e na sua securitização, e os jornais alinhados à ala conservadora, como o *tabloid Daily Mail* e o *Telegraph*, focados nos confrontos nos campos de detenção de Calais, no

Saber e circunstâncias

papel dos traficantes de pessoas nestes fluxos, e nos problemas que estas deslocções colocam para os sistemas de saúde e bem-estar e segurança nacional e europeia. As representações mediáticas de refugiados/as no âmbito da “crise dos refugiados” de 2015-2016 pautadas por construções de género e racializadas, assentes em lógicas de alteridade, foram essenciais para avançar e justificar narrativas de securitização que visavam proteger uma identidade imaginada de Europa, ao mesmo tempo que se ensaiavam narrativas mediáticas contra-hegemónicas, denunciando a discriminação racial e cultural associada às representações hegemónicas das populações refugiadas nos media do “Norte Global” (Santos, Roque e Santos 2018).

Ainda no Reino Unido, no pico da crise, quando ainda dominava uma narrativa humanitária, as representações dos/as refugiados/as, nomeadamente as que associavam mulheres e crianças a civis, mediatizadas como “vítimas inocentes” e os grupos mais vulneráveis à guerra, contribuíram para a criação de uma hierarquia entre as pessoas refugiadas. Com a votação do Brexit à vista, a associação mediática frequente no Reino Unido dos homens, especialmente os jovens, a migrantes económicos “disfarçados”, em busca dos benefícios dos sistemas de bem-estar europeus; a ameaça e perigo, criminosos em potência, possíveis violadores ou terroristas infiltrados; e das mulheres e raparigas a vulnerabilidade e inocência, a par da veiculação exclusiva de representações heterossexuais de família constituíam representações limitadas, estereotipadas e hierarquizadas das populações refugiadas. Estas representações condicionam a nossa capacidade de olhar as experiências e vidas de Outros de forma complexa e contribuem para a disseminação de medo, sentimentos de recusa e, em alguns casos, ódio às populações refugiadas e imigrantes na Europa. Contudo, e apesar da centralidade do enquadramento de alteridade e securitização nos media britânicos, outras representações emergiram, procurando dar espaço a relatos e análises mais amplas e diversas das experiências destas populações e indo além das hierarquias tradicionais de sofrimento e de cuidado. As peças sobre pais refugiados e cuidadores que surgiram em alguns media de referência britânicos são disso exemplo.

Outro espaço onde essa luta de imagens tem sido deveras aguda é a Alemanha. No país que mais refugiados/as acolheu em 2015, assistiu-se a ataques sistemáticos de grande violência contra migrantes e centros de acolhimento e simultaneamente à emergência de



ACEP

“ A escolha das palavras e das imagens é decisiva para o sentido que se pretende veicular e para os tipos de políticas que se quer promover ”

uma Willkommenskultur [cultura de boas-vindas], que se traduziu em números *record* de voluntários/as e em multidões a dar a boas vindas a refugiados/as nas estações de comboio. O célebre “Wir schaffen es” [“Conseguimos”] de Angela Merkel ecoava o sentimento de uma parte significativa da população alemã e contou com a adesão de grande parte dos media *mainstream*: retratos positivos de histórias individuais de migrantes, celebração da Willkommenskultur, num discurso nacionalista de centro-esquerda assente no humanitarismo e no bom acolhimento. Um estudo sobre os jornais alemães em 2015 (Haller 2017) concluiu que 83% dos 34 mil artigos analisados tinha um tom positivo em relação aos/as migrantes e notava uma tendência para ignorar, desvalorizar ou mesmo repudiar os medos que alguns setores da população iam expressando. A jornalista Eva Thöne (2019) considera que este tom otimista não era na realidade partilhado pelos seus protagonistas, refugiados/as e voluntários/as, confrontados com exaustão e muitas dificuldades. A contra-narrativa a Merkel “Wir schaffen es nicht” [“Não conseguimos”] não provém, todavia, destes setores. Alimentando-se de rumores, ressentimentos, racismos diversos, fobias e algumas preocupações legítimas (explosão da extrema-direita, voluntários exaustos, refugiados/as acolhidos em situações degradantes, milhares de refugiados/as bloqueados na rota dos Balcãs à espera de conseguir entrar na Alemanha, a guerra na Síria sem fim à vista), cria-se, no outono de 2015, uma narrativa que afirmava que o aumento no número de refugiados/as estava a sobrecarregar a Alemanha, o Estado estava a perder o controlo da situação e o caos era iminente. É esta narrativa que iria moldar decisivamente a perceção dos acontecimentos da Passagem de Ano em Colónia e sair reforçada através dessa mediatização (Herrmann 2019). Contribuiu decisivamente para a explosão de um discurso de pânico moral que fortaleceu a associação entre migração e perigo para segurança dos/as cidadãos/as europeus/ias e deu azo a toda uma série de teorias de conspirações sobre supostos pactos de silêncio entre as elites e jornalistas sintetizado no chavão frequentemente usado para acusar a imprensa de esconder os problemas da imigração (Lügenpresse [imprensa mentirosa]). Como bem sumariou Werthschulte (2017), o fortíssimo impacto dos ataques de Colónia deve-se, em grande parte, ao facto de terem sido traduzidos em quadros interpretativos pré-existentes a esses acontecimentos que, com grande adesão em certos setores da população, diziam essencialmente o seguinte: “os políticos e a polícia mentem, não podemos confiar na imprensa e os homens árabes são perigosos”.

Também em Itália a iconografia da invasão tem sido utilizada para mobilizar conteúdos e emoções que veiculam e validam discursos e lemas xenófobos que são assumidos por um público transversal. Atrás do slogan “Os Italianos primeiro” face à “invasão” de que são alvo, escondem uma recuperação de um imaginário explicitamente ou mediaticamente neofascista e/o de supremacia branca. O imaginário da invasão é suportado por imagens e narrativas plasmados nos media tradicionais (online e offline) e nas redes sociais (*Facebook*) que são o foco da nossa investigação. Recuperando algumas “figuras da raça” sedimentadas trans e nacionalmente, que descrevem populações migrantes e refugiadas como racializadas, perigosas, hipersexualizadas, bárbaras, naturalmente criminosas, especialmente no caso de pessoas negras e muçulmanas (construções estas que são profundamente genderizadas), este imaginário interpreta os ataques racistas anti-imigrantes como justificados pela “invasão” e as vítimas dos crimes perpetrados pelas populações migrantes e requerentes asilo como crimes contra a nação e civilização. Na tentativa de oferecer uma visão ecológica da relação entre a iconografia dos desembarques, o pânico moral em torno da “invasão”, ataques racistas, racismo estrutural e a ausência de uma descolonização da cultura e da sociedade italiana, a nossa análise foca-se na relação entre esta iconografia e a construção da Itália como uma “comunidade imaginada” profundamente branca e racista. Também nos interessa explorar como atrás da oposição populista entre humanitarismo (supostamente de esquerda) e o bloqueio da imigração (supostamente de direita), se esconde o funcionamento da fronteira e a sua violência, reproduzida pelos governos de ambas partes. Aquela oposição assenta também na reconstrução de uma ideia de Itália, apoiada por partidos e movimentos de direita e de esquerda, soberanista, exclusivista, racista e antieuropeísta (Giuliani 2018; Giuliani, Garraio e Santos 2019).

Em Portugal, as questões relativas ao asilo entraram na agenda mediática no contexto da “crise dos refugiados” de 2015/16. Uma vez que se manteve alheio à grande maioria destes fluxos, sobretudo por comparação a outros países europeus que se destacam enquanto principais pontos de entrada ou destinatários de populações refugiadas e migrantes, os relatos mediáticos e os discursos políticos assumiram um papel de destaque na formação da opinião pública no país. No clímax da chamada “crise europeia dos refugiados”, a maioria dos jornais de referência como o *Público*, *Diário de Notícias*, e *Jornal de Notícias*, debateram-se entre a escolha de migrantes ou refugiados para caracterizar estas deslocações. A sua cober-

tura incluiu as dificuldades enfrentadas por estas populações ao longo da sua deslocação no continente europeu (i.e. infraestruturas de acolhimento problemáticas e perigosas em centros de detenção de migrantes em Itália e Espanha, o atraso na receção de refugiados/as em Portugal, apesar da aprovação governamental, etc.), assim como relatos de histórias de vida de refugiados/as recolocados/as no país. Apesar disso, numa primeira fase, a cobertura da chegada de refugiados/as à Grécia e a Itália e a sua deslocação ao longo da “rota dos Balcãs” em alguns media *tabloid*, como o *Correio da Manhã* (o jornal mais vendido no país), reiterava algumas das representações dos/as refugiados/as enquanto ilegítimos/as (falsos/as refugiados/as) e enquanto ameaça ao Estado social, recorrendo ao imaginário racista de base cultural, e, no limite, enquanto evidência de uma “invasão islâmica em curso”, associando estes fluxos a potenciais ameaças terroristas. Mais tarde, estes media voltaram-se para a cobertura dos/as refugiados/as que tinham sido recolocados em Portugal através dos programas europeus de recolocação e que tinham entretanto saído do país, em busca da reunião familiar em países europeus mais prósperos. Alguns segmentos da opinião pública, como é patente nos comentários de uma das petições públicas antirrefugiados que circulou em Portugal e que contou com mais de 16,000 subscrições, receberam estas notícias como exemplo da ingratidão dos/as refugiados/as, fazendo suposições sobre o verdadeiro motivo da sua vinda (dinheiro e não proteção face à guerra) e recusando considerar outros fatores como obstáculos ao início da vida laboral no país e desejo em viver em países onde têm redes de apoio como explicação para a decisão de saída do país.

Com estes apontamentos tentámos mostrar que a escolha das palavras e das imagens é decisiva para o sentido que se pretende veicular e para os tipos de políticas que se quer promover. O espaço mediático é assim necessariamente um espaço político onde se confrontam diversos significados e diversas práticas. A primeira questão que devemos colocar quando se debate migração e segurança é: segurança para quem e à custa de quem? Trata-se de um debate em que as questões difíceis e incómodas não deverão ser minorizadas nem evitadas, mas impõe-se sempre uma postura ética que não sobreponha a segurança de uns à insegurança de outros, que não promova sentimentos ilusórios de segurança nem bodes expiatórios. Em suma, uma postura que combata a indiferença perante as mortes no mar e a criminalização de quem não é indiferente a essas mortes.

Referências

- Buzan, B., Wæver, O. e Wilde, J. (1998), *Security: A New Framework for Analysis*. Boulder: Lynne Rienner.
- El-Tayeb, F. (2011), *European Others. Queering Ethnicity in Postnational Europe*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Georgiou, M. e Zaborowski, R. (2017), *Media coverage of the “refugee crisis”: A cross-European perspective*. Report. Department of Media and Communications London School of Economics and Political Science.
- Giuliani, G. (2018), *Race, Nation and Gender in Modern Italy. Intersectional Representations in Visual Culture*. Palgrave Macmillan.
- Giuliani, G. Garraio, J. e Santos, S.J. (2019), “European digital media and the construction of the sexual moral panic around migrants.” *Socioscapes*, n. 1 (forthcoming).
- Haller, M. (2017), *Die “Flüchtlingskrise” in den Medien: Tagesaktueller Journalismus zwischen Meinung und Information*. Frankfurt a.M: Otto Brenner Stiftung.
- Herrmann, F. (2019), “Unbemerktete Botschaften. Wie Populismus in die Leitmedien einfließt”. In: M. Müller und J. Precht, (eds) *Narrative des Populismus*. Wiesbaden: Springer VS.
- Petição pública “Pelo fim imediato da entrada de refugiados em Portugal” (2015). Disponível em <http://peticaopublica.com/pview.aspx?pi=PT78324>
- Thöne, E. (2019), “Torn Between Transparency and Stereotypes? How to Report about Refugees and Crime”. In G. Dell’Orto and I Wetzstein (eds.) *Refugee News, Refugee Politics. Journalism, Public Opinion and Policymaking in Europe*. Routledge: New York/ London.
- Said, E. (1979), *Orientalism*. New York: Vintage Books.
- Santos, R., Roque, S. e Santos, S. J. (2018), “De-securitising the ‘South in the North’? Gendered Narratives on the Refugee Flows in the European Mediascape. *Contexto Internacional*, 40, 3, 455-477.
- Spivak, G. (1988), “Can the Subaltern Speak?”. In C. Nelson e L. Grossberg (eds.) *Marxism and the Interpretation of Culture*. London: Macmillan, 271-313.

Ticktin, M. I (201), *Casualties of Care: Immigration and the Politics of Humanitarianism in France*. Berkeley: University of California Press.

Valero, C. (2019), "Notes from the Field: Fake News and a Profession in Crisis: A Foreign Correspondent Reflects on "Willkommenskultur"". In G. Dell'Orto e I Wetzstein (eds.) *Refugee News, Refugee Politics. Journalism, Public Opinion and Policymaking in Europe*. Routledge: New York/London.

Werthschulte, C. (2017), "Nach" Köln ist wie "vor" Köln. Die Silvesternacht und ihre Folgen. In: Bundeszentrale für politische Bildung (ed) *Köln. Aus Politik und Zeitgeschichte*: 10-17. Disponível em <http://www.bpb.de/apuz/239696/die-silvesternacht-und-ihre-folgen?p=all>.

Este artigo insere-se no âmbito do projeto (De)Othering, que visa analisar os discursos (textos e iconografia) políticos e mediáticos sobre populações migrantes, refugiadas e "Outros Internos" (cidadãos e cidadãs que, porque racializadas, são vistos como externos à comunidade homogénea imaginada), neste caso, "Outros europeus" (El-Tayeb 2011). Foi financiado por fundos FEDER (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional) através de COMPETE 2020–Operational Programme for Competitiveness and Internationalisation (POCI) e por fundos portugueses através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia) no quadro do projeto 029997 (referência: POCI-01-0145-FEDER-029997).

A comunicação pode ajudar a mudar mentalidades e comportamentos - um exemplo de S. Tomé e Príncipe

INÊS GONÇALVES
FOTÓGRAFA E DOCUMENTARISTA

“ **Muitos projectos de
Desenvolvimento (não) comunicam
com as pessoas envolvidas
nos programas** ”

Um cartaz à beira da estrada

Um cartaz colocado à beira da estrada, em Neves, noroeste da ilha de S. Tomé, refere-se ao “Projecto de Demo[n]stração para a Gestão Integrada dos Recursos Hídricos na Bacia do Rio Provaz”, apelando a que a população (ou quem o lê) “Ajude a salvá-lo para o bem das pessoas e da cidade”. Como? Não ficamos a saber. Porquê? Também não se sabe.

Este é apenas um exemplo ilustrativo da forma como muitos projectos de Desenvolvimento, promovidos pela sociedade civil ou da iniciativa governamental, (não) comunicam com as pessoas envolvidas nos programas. A Comunicação para o Desenvolvimento (C4D, na designação inglesa) é - ou deve ser - parte integrante de uma abordagem programática para promover a mobilização social, a alteração de comportamentos e para facilitar o diálogo, a participação e o envolvimento entre os diferentes grupos envolvidos nas acções e actores do Desenvolvimento.

Embora se reconheça a sua importância, nas últimas décadas, a comunicação tem sido o parente pobre dos programas de Cooperação para o Desenvolvimento, facto reconhecido tanto pelas Organizações Não-Governamentais (ONG), como por outros actores, nomeadamente o sector público e governamental, no contexto português e dos países parceiros. No entanto, em anos mais recentes, tem-se verificado um esforço para inverter esta tendência, com as organizações a dedicarem parte dos seus orçamentos a actividades de comunicação, seja a institucional, sejam iniciativas que promovam o empoderamento e a apropriação de processos por parte das comunidades envolvidas.

Os actores da Cooperação para o Desenvolvimento - ONG, instituições públicas, organizações internacionais e multilaterais - têm hoje ao seu dispor um conjunto muito diversificado de instrumentos de comunicação que lhes permite dirigirem-se directamente às comunidades envolvidas nas suas acções, sem intermediação. As redes sociais - como o Facebook, Instagram, WhatsApp, entre outras - vieram alterar consideravelmente a relação de poder, de quem acede à opinião pública e através de que canais. Além disso, são amplamente utilizadas e estão optimizadas para diferentes geografias (nomeadamente para locais onde a velocidade de internet é mais lenta) e disponíveis mesmo para organizações mais pequenas com constrangimentos orçamentais. Permitem a partilha de informação rápida,



INÊS GONÇALVES

além de possibilitarem também a interação com os diferentes públicos, a sensibilização da opinião pública e reunir apoio para determinadas causas (petições, angariação de fundos, participação em determinados eventos, etc...).

Em S. Tomé e Príncipe, por exemplo, a taxa de penetração de conexões móveis registou 114 % em 2018, ou seja, cerca de 241,5 mil conexões (num total de população de 204 mil pessoas). Há mais 13 % de utilizadores do Facebook no país, em 2018, face ao ano anterior, de acordo com o relatório da *WeAreSocial* (2019). A par das redes sociais, as rádios, em particular as rádios comunitárias, assumem um papel de extrema importância, uma vez que têm uma taxa de penetração muito elevada, chegando até às comunidades mais remotas. No caso de S. Tomé e Príncipe, e partindo da nossa experiência, curiosamente a televisão é precedida pela rádio, que surge como o canal de comunicação e informação mais poderoso, e pelo Facebook, que surge neste quadro como um canal muito importante de disseminação.

Da alteração de comportamentos à mudança de políticas

A Comunicação para o Desenvolvimento, nomeadamente aquela realizada pelas ONG, serve, assim, vários propósitos - por um lado, tenciona ajudar a alterar comportamentos e, por outro, procura influenciar quem detém o poder, na alteração de políticas, sendo para isso necessário trabalhar em várias “frentes”. Mas como comunicar de forma eficaz? A estratégia deve passar por todos os momentos do ciclo de projecto, só desta forma se torna realmente eficaz e contribuiu para o desenvolvimento sustentável.

Nesse sentido, as campanhas devem ser pensadas na sua globalidade, definindo um cronograma realista e com tarefas bem definidas (o que fazer, em que momento, para quem e por quem). Para isso, deve utilizar os diversos instrumentos, canais e abordagens que facilitem o diálogo, o envolvimento e a participação dos diferentes actores, sobretudo das comunidades onde intervém. Só desta forma - holística e integrada - é possível veicular as mensagens de forma robusta e eficaz.

A UNICEF, por exemplo, é uma das organizações que tem feito uma grande aposta na vertente da Comunicação para o Desenvolvimento. Recentemente, desenvolveu um modelo e construiu um quadro de análise para facilitar a recolha de dados nas fases de planeamento, implementação, monitorização e, por fim, na avaliação das suas iniciativas de comunicação. Para isso, dividiu a sua estratégia em quatro grandes eixos: a comunicação para a mudança de comportamentos, a comunicação para a mudança social, a mobilização social e a *advocacy* (UNICEF).

De acordo com o modelo desenvolvido, a comunicação para a mudança de comportamentos tem como principal objectivo, e como a própria expressão indica, utilizar a comunicação para promover a alteração de hábitos, em sectores como a saúde e a educação, por exemplo, a partir de uma abordagem positiva a estes temas. É um processo interactivo, desenvolvido com mensagens pensadas para um público muito específico (uma comunidade, uma escola, uma aldeia), utilizando canais de comunicação adequados para provocar mudanças no conhecimento, nas atitudes e no comportamentos das pessoas.

Já a comunicação para a mudança social é um processo geralmente participativo de diálogo público e privado e de negociação que permite a diferentes grupos de pessoas expressar as suas necessidades e os seus direitos, e participar activamente para alterar o sistema social em vigor.

Por sua vez, a mobilização social procura envolver múltiplos parceiros a nível local e nacional para sensibilizar e reivindicar um determinado objectivo ou direito. É centrado nas pessoas e na forma como estas podem ser agentes da sua própria mudança, inclusiva na forma como o poder é distribuído dentro de instituições sociais e políticas.

Num último nível, os processos de advocacy tencionam promover alterações de políticas e leis já existentes, alterar as percepções públicas sobre determinada questão e influenciar as decisões de financiamento dos programas de desenvolvimento. Se bem desenhados, permitem transpor para os corredores de poder as vozes das pessoas e dos grupos mais vulneráveis ou excluídos.

Em termos globais, a comunicação de projectos e de programas deve ser pensada na sua globalidade, obedecendo a uma coerência gráfica (cores, tipos de letra, marca/símbolo que remetam imediatamente para o projecto), e realizada por profissionais qualificados

para o efeito, em estreita articulação e diálogo com o gestor e técnicos do projecto e outros departamentos da organização. A aposta nas redes sociais, na era digital, é uma mais-valia para multiplicar públicos e por conferirem uma oportunidade única para interagir com os outros, embora não deva ser descurada também a interacção presencial e uma articulação com os media tradicionais, nomeadamente com os órgãos de comunicação social comunitários, locais e nacionais.

Há dois ingredientes-chave que não devem ser descurados neste processo: a criatividade e o conhecimento de causa. A montagem da estratégia de comunicação deve ser precedida de um diagnóstico de terreno que permita identificar as necessidades das populações, os principais públicos a que se destina o programa, os desafios e obstáculos à mudança e os potenciais aliados. A mensagem-chave deve ser sucinta, clara e facilmente compreendida por todos, sofrendo, se necessário, adaptações de acordo com o público a que se dirige. Também os canais e instrumentos de informação devem ser pensados de acordo com os diferentes públicos.

O caso do PNASE, em S. Tomé e Príncipe

Em S. Tomé e Príncipe, a *No Land Produções*¹ esteve envolvida na concepção e implementação da estratégia de comunicação o Programa Nacional de Alimentação e Saúde Escolar (PNASE), que se veio a tornar um programa de referência no país. O objectivo central do projecto, desenvolvido pelo Ministério da Educação, Cultura, Ciência e Comunicação e financiado pelo Programa Alimentar Mundial, é o de contribuir para a melhoria do estado nutricional das crianças e para o desenvolvimento sustentável de S. Tomé e Príncipe. Trata-se de um projecto ambicioso, que abrange quase um quarto da população do arquipélago e, por isso, a comunicação foi aqui um elemento fulcral para o sucesso da iniciativa e o seu reconhecimento junto da população.

¹ Mais informações em <https://www.wearenoland.com/pnase>

A ANATOMIA DO NOSSO LOGO



Num primeiro momento, em articulação com as pessoas envolvidas no projecto, foi discutida a identidade visual do programa. Como criar uma imagem forte, facilmente identificável e que seja transversal a todos os instrumentos de comunicação? A construção do logotipo veio conferir essa unidade, integrando duas dimensões centrais do PNASE: a educação das crianças (presente no lápis) e a alimentação (na colher). O amarelo, alegre e enérgico, foi a cor adoptada e passou a estar presente nas diversas dimensões do programa - na fachada do armazém de produtos alimentares do PNASE, nas viaturas, nos *outdoors*, procurando dar continuidade ao logotipo e coerência gráfica ao programa.



Além da imagem do programa, foi criado o hino do PNASE que deixou também a sua marca junto de professores, pais, crianças e de outras pessoas que tiveram contacto com a iniciativa. Para isso, foram envolvidos artistas locais e crianças abrangidas pelo programa, com letra a cargo da jornalista e poeta santomense Conceição de Deus Lima (letra) e arranjos de Guilherme de Carvalho, um músico santomense do Grupo Tempo. O refrão do hino passou a ecoar nas rádios, televisões, redes sociais e... na boca da população em geral.

Criada a imagem e o hino, a estratégia de comunicação passou ainda pela realização de cinco breves documentários informativos, que foram transmitidos na televisão nacional, sobre a importância da nutrição na infância, a construção das ementas asseguradas pelo programa, a educação alimentar e nutricional realizada através das hortas escolares, a sustentabilidade do PNASE e, por fim, a forma como o programa está organizado para garantir a refeição a 46.000 crianças em idade escolar. Todos os filmes começam com o hino do PNASE e os protagonistas são as próprias crianças e outras pessoas envolvidas, respeitando os padrões éticos de utilização das imagens.

Por fim, foi elaborado o *Manual de Educação Alimentar e Nutricional através da Horta*, como ferramenta de apoio na formação de professores, sendo também utilizado nas salas de aulas para nortear as acções de Educação Alimentar e Nutricional.

A par destes instrumentos de comunicação, o projecto não pôde passar ao lado das redes sociais, que assumem importância significativa no contexto santomense. A música, as notícias, os filmes, os *spots*, os cartazes, as publicações e os diversos eventos relacionados com o PNASE foram divulgados também no Facebook, que permitiu a sua penetração e acesso a outros públicos do programa.

Conclusão

A comunicação pode, de facto, ditar o sucesso ou o fracasso de programas de Desenvolvimento e não deve ser descurada. A realização de uma campanha de comunicação no PNASE, por exemplo, permitiu uma maior disseminação dos seus objectivos e um maior reconhecimento do seu papel enquanto promotor de uma alimentação equilibrada junto da população escolar.

O papel do comunicador - ou da equipa de comunicação - é traduzir para o quotidiano, para a vida do dia-a-dia das populações, matérias que podem, à partida, parecer complexas. Os processos de desenvolvimento, não sendo lineares e dado o seu pendor de longo prazo, são muitas vezes difíceis de comunicar. É, por isso, importante dialogar com os especialistas de comunicação desde o primeiro momento, integrando-os nas discussões do projecto e das diferentes actividades. Só desta forma é possível promover o envolvimento dos diferentes públicos e a apropriação dos processos.

Referências

Danyi, C. J. e Chaudhri, V. (2018), “Strategic Social Media Management for NGOs”, in J. Servacs (2018), *Handbook of Communications for Development and Social Change*, ed. Springer Nature Singapore

UNICEF (2017), *UNICEF 2017 Report on Communication for Development (C4D)*, em https://www.unicef.org/publications/files/UNICEF_2017_Report_on_Communication_for_Development_C4D.pdf

WeAreSocial (2019), *Global Digital Report 2019*, em <https://wearesocial.com/global-digital-report-2019>

Outros recursos

We are no land produções - PNASE
<https://www.wearenoland.com/pnase>

Dicionário de ideias e imagens feitas

FÁTIMA PROENÇA
DIRECTORA DA ACEP

“Um exercício de questionamento, com pistas de leituras e reflexões, sob a forma de dicionário, inspirado em Gustave Flaubert e no seu olhar crítico sobre a sociedade francesa da segunda metade do século XIX”

Ajuda: *acto de ajudar, auxílio, favor* (in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa). “Ajuda” vem progressivamente substituindo a palavra “Cooperação” na linguagem “técnica” das relações internacionais, consagrando a assimetria nas relações de poder como algo natural, não questionável. Alguém ajuda quem? A troco de quê? São – entre outras – perguntas que não se colocam.

Beneficiários: Da lógica da “ajuda” resultam os “beneficiários”, os alvos da ajuda, o objecto da ajuda.

Complexidade A compreensão das desigualdades extremas, no acesso aos recursos que são de todos, não pode ser só objecto de estudos académicos. As suas raízes, os avanços e recuos nas formas de as combater, precisam de ter espaço nos media. Assumindo a sua quota de responsabilidade social, os media teriam assim uma contribuição importante para a desconstrução das ideias feitas e para a “aprendizagem do mundo” de que fala Paulo Freire.

Doador: Na linguagem da Ajuda, trata-se do país, organização, que disponibiliza recursos financeiros para o desenvolvimento – e que é notícia por essa razão.

Não se contabiliza e não são notícia o tempo, os saberes, os recursos naturais ou outros, com que os “Beneficiários” da Ajuda contribuem, nem tão pouco a parte dos recursos financeiros que não chegam aos “Beneficiários”.

Estética e ética: A questão da estetização do sofrimento, a sua passagem à categoria de obra de arte, tornando-o mais asséptico, passando para a categoria do “belo”, foi colocada por Augusto M. Seabra, no jornal *Público*, sobre o que chamou “a questão fulcral da ética do olhar e o abuso do real, uma insustentável beleza da dor e dos desastres da humanidade”. Partindo do prémio *World Press Photo* de 2012, a chamada “madona Árabe”, propõe-nos uma reflexão sobre o papel destes prémios, os contextos em que as fotos são apresentadas e os limites da estetização do real doloroso.

Fotografia: Entre a “banalidade do mal” e a banalização das imagens há uma distância muito curta que não deve ser percorrida. Que mais não seja também pela cristalização de estereótipos e pela anestesia moral ou emocional que muitas das imagens do que chamaria “a África dos *Pulitzers*” arriscam provocar. O “bairro 6 de Maio”, retratado na *VICE*, é o Bairro 6 de Maio, na periferia da Amadora, distrito de Lisboa,

onde vivem famílias, as crianças vão à escola, mulheres e homens saem todos os dias para trabalhar? Depois desta reportagem, que ganhou esta comunidade, para além da cristalização do estereótipo, do estigma?

Geografia: “A projeção do nosso globo mais utilizada até hoje foi a ‘Projeção de Mercator’, feita por Gerardus Mercator, em 1569. Essa projeção, porém, é alvo de críticas, tanto por ser eurocentrista – a Europa é o centro do mapa – quanto porque o mapa é bastante distorcido nos extremos norte e sul do globo; por exemplo, a Antártida está bem maior que o continente da África, quando na verdade a África é quatro vezes maior que este”. (...) “A projeção de Gall-Peters é dita ‘terceiro-mundista’, por dar um realce maior às nações que historicamente compõem a parte mais pobre do mundo. Arno Peters baptizou a projeção de ‘mapa para um mundo mais solidário’. Embora conserve a mesma distorção em longitude, os países situados em altas latitudes são relegados a um segundo plano, ao contrário da projeção de Mercator. A maior diferença da projeção de Gall-Peters para a representação de Mercator é o achatamento do continente europeu e alongamento do continente africano”. (*in* <https://pt.wikipedia.org/wiki/Mapa>)

História única: Talvez mais do que as palavras, as imagens podem contribuir para a construção da história única, de que nos fala a nigeriana Chimamanda Adichie. Tomemos por exemplo a reportagem de um país reduzido à imagem de “cocaine country”. Esta é a história única, apreendida pelo leitor japonês da edição japonesa da *Newsweek*, sobre um pequeno país, na costa ocidental de África, de que nada mais sabe, a não ser o que lhe é transmitido por algumas imagens do “cocaine country”. Esta imagem única, superficial, na maior parte das vezes “chocante”, estereotipa realidades bem mais complexas, provocando preconceitos, ideias feitas, exclusões. Internamente àquelas realidades, os protagonistas não se reconhecem nas imagens que deles são feitas, mas elas consomem as energias e auto-confiança necessárias à auto-construção de imagens alternativas.

Imagens: numa comunicação que apresentei há tempos sobre as imagens na construção de imagens de África, referi que nunca utilizaria muitas das imagens ali apresentadas para falar de África em qualquer contexto, a não ser para falar das imagens em si mesmas. Elas tinham o poder de mostrar as visões simplificadoras, redutoras e estereotipadas com que somos repetidamente con-

frontados. Mas tenho como princípio que há limites quanto à bondade dos fins: “Dar a vida sem morrer”, uma série gravada na Guiné-Bissau e emitida na RTP, é um péssimo exemplo, de ultrapassagem de linhas vermelhas – de violação da dignidade, da intimidade na vida e na morte, que questionam a ética profissional e a responsabilidade institucional dos media (ainda mais de um media público).

Jornais: “O jornalismo *mainstream*, mesmo o jornalismo de referência, está quase capturado neste momento pelo primeiro ângulo de abordagem que é a quantidade: morreram hoje mais 900 pessoas a 150 metros do *el dorado* [a Europa] ou estão 2.000 pessoas impedidas de entrar” (Adelino Gomes, *Aquele Outro Mundo que é o Mundo*, ACEP).

Kapuscinski: “Dependendo do lugar da terra de onde olhamos, o mundo tem um aspecto diferente e compreende-se de maneira diferente”. Por isso, recusa a ideia do mundo como “aldeia global”, pois que apesar dos progressos no domínio das comunicações, “o nosso conhecimento mútuo continua a ser superficial”. A complexidade continua a ser um estorvo ao tempo cada vez mais limitado da agenda das redacções. “O segundo requisito da nossa

profissão é o aprofundamento constante dos nossos conhecimentos. Há profissões em que vamos para a universidade, obtemos o nosso diploma e o estudo acaba ali. Devemos simplesmente gerir, para o resto da vida, o que aprendemos. No jornalismo pelo contrário a actualização e o estudo constantes são a *conditio sine qua non*.”

Linguagem (de superioridade) moral, cultural: Ela tem subjacente uma relação de poder, que vai perpetuar as armadilhas quotidianas dos sentidos comuns, do simplismo e da impossibilidade de estabelecermos relações de igual para igual, no conhecimento das nossas diferenças. O extremo desta linguagem pode encontrar-se nas áfricas encenadas. Não são poucas as histórias como a da câmara que chegou atrasada à tomada da imagem de choque, na coluna de refugiados no Congo, “obrigando” a uma nova batalha por sacos de milho, para que uma grande cadeia internacional a pudesse filmar “para nós”. Ou quando a realidade não corresponde, suficientemente, para a competição num mercado com cada vez mais imagens, e precisa ser encenada, retocada. Susan Sontag: “na era das câmaras, o genuíno pode não ser suficientemente terrível, precisa, portanto, de ser aumentado, ou reconstruído de forma mais convincente”.

Mercantilismo: num *slogan* de *marketing*, em 1949, a revista *Paris Match* autodefinia-se como “o peso das palavras, o choque das fotografias”. Setenta anos depois as técnicas de *marketing* mudaram, e o peso das palavras claramente diminuiu relativamente ao das imagens. Gerardo González Calvo: “Informar já não é dar notícias verdadeiras, mas sim produzir informações que vendam (...). O mestre da reportagem que foi Ryszard Kapuscinski disse em Espanha, quando veio receber o prémio Príncipe das Astúrias de Comunicação e Humanidades, em 2003, que ‘actualmente a informação é unicamente uma mercadoria’. Os critérios do que é notícia não são mais qualitativos, mas sim quantitativos: Quantos vão ler isso? Quantos leram isso? E passou a existir um contador de cliques, que substitui um director editorial.

Necessidades: na linguagem da Ajuda “nós” temos recursos, “eles” têm necessidades.

Omissão: A ausência dos temas do desenvolvimento não é unicamente um facto nos media, devido à captura da agenda pela quantidade, ou pela visibilidade. Também os dirigentes políticos têm uma responsabilidade, ela também quantificável: quantos eurodeputados portugueses fazem parte da

Comissão de Desenvolvimento do Parlamento Europeu? (Resposta: zero, no actual mandato). Quantas vezes o responsável governamental da Cooperação para o Desenvolvimento é confrontado com perguntas dos Deputados na Parlamento, sobre a sua área de responsabilidade? Quantas vezes o responsável político da área os desafia a reflectir sobre os desafios actuais do desenvolvimento?

Pobreza: Para a professora Manuela Silva, a pobreza é uma violação dos direitos humanos. O Prémio Nobel da Economia de 2019 foi atribuído a três cientistas que têm procurado perceber o que é possível fazer para atacar as muitas formas que a pobreza assume. Esses não são temas de reportagem nos media *mainstream*. Mas têm passado por iniciativas, que têm por fim desocultar e decorrem paralelamente aos media, realizadas por jornalistas que assumem a responsabilidade cívica da profissão.

Quem: Uma das perguntas básicas da notícia é “quem?”. Nos temas do desenvolvimento o “quem” é, muitas vezes, “quem está a ajudar”, “quem está a financiar”. Quem está a fazer o que muda, para melhor, a sua vida e de muitas vidas à volta, é muitas vezes invisível: não está nas redes

sociais, não está à beira de um aeroporto ou de uma estrada de alcatrão. E nem sempre ONG ou outros profissionais do desenvolvimento têm a humildade básica para se afastar, e permitir ver do outro lado do espelho.

Responsabilidade: Informar e formar, dando a conhecer as várias histórias ou várias facetas de uma história, com respeito pela deontologia própria, não é o papel afinal de jornalistas e fotojornalistas, editores ou repórteres de imagem, independentemente do meio onde trabalham? Por isso, será que a responsabilidade social do serviço público é algo exclusivamente do foro dos media públicos? Emilio López-Galiacho: “Admitindo que a informação de qualidade é muito cara e pouco rentável para os media privados, Manfredi pergunta se então não deveriam ser os media públicos a gastar dinheiro nela. Como concluía Arcadi Espada, o jornalismo não pode morrer, porque terá que haver sempre alguém a dar a notícia. O que tem que mudar é o modelo ético e de gestão, a atitude dos profissionais perante as mudanças profundas da nossa época e a implicação da cidadania no momento de exigir informação verdadeira e responsável. Decidir que meios de comunicação preferimos é decidir que sociedade queremos ser”.

Sontag, Susan: Sobre as imagens do sofrimento, uma das questões que se pode colocar é a de saber se é moralmente aceitável utilizar imagens para gerar sentimentos e reacções de compaixão ou de espontânea e momentânea solidariedade. E neste domínio, os media não estão sozinhos – ao longo das últimas décadas tem sido frequente a utilização de imagens de extremo sofrimento em campanhas por ONG, de igrejas e outras instituições que se definem como tendo missão humanitária. O debate sobre estas práticas pode ser feito a partir de vários ângulos: o dos retratados, muitas vezes na sua maior fragilidade e impotência; o de quem regista e o seu eventual direito profissional ou dever moral de o fazer; o dos efeitos em de quem vê depois, leitor/espectador. Mas raramente neste debate têm voz os primeiros. E quanto aos últimos – os leitores/espectadores – existe uma grande probabilidade de acontecerem várias coisas não contraditórias entre si: a confirmação da ideia (ou do preconceito) de que é “lá”, num canto remoto de outro continente que estas coisas acontecem, confirmando assim todas as ideias feitas, sobre a nossa superioridade cultural, política, etc; a confirmação de que isso acontece por razões com que não temos a ver, como razões culturais, a

corrupção, uma suposta propensão para a violência, etc... e, como consequência, a confirmação da nossa distante inocência; a adesão efêmera à campanha que nos é proposta e depois o alheamento e cansaço progressivo; ou, mais recentemente, o auto-centramento nas nossas dificuldades, dentro do pequeno mundo em que nos sentimos parte.

Tolerância: Sob uma capa de princípio moral, ela traduz de facto um conceito equívoco e uma linguagem de superioridade – tolero-te, mas isso não significa que te reconheça como igual, que te respeite na tua diferença. Esta é uma palavra muito presente no discurso dos chamados profissionais do humanitário, conquistou lugar nos manuais escolares, (de)forma relações com o *Outro*. Frei Bento Domingues: “Em 1997, Diogo Pires Aurélio, num livro admirável de filosofia (*Um fio de Nada. Ensaio sobre a Tolerância*, Lisboa, Cosmos, 1997), destacou a banalização e a ineficácia do discurso sobre a tolerância. (...). A intolerância existe em todo o ser humano, mas o homem pode lutar contra a intolerância. O contrário da intolerância é o respeito do outro” (*Público*, 28.10.2001).

Universalismo e cosmopolitismo: Sem entrar num debate sobre diferenças, ambos são conceitos importantes para um século de recuos não imagináveis para os egoísmos nacionais, e visões provincianas do mundo, reveladoras de novos medos. “Vivemos infelizmente tempos em que a afirmação do cosmopolitismo voltou a ser uma necessidade ética” (Rolin, O.). Uma ideia de mundo partilhado, a curiosidade sobre o outro, a recusa das fronteiras como dogmas, serão as bases para a afirmação de princípios valorizadores dos direitos humanos, do meio ambiente e promotores da sustentabilidade do planeta.

Visibilidade: Clonar as notícias passou a ser tarefa de departamentos de comunicação das instituições do Desenvolvimento (Natalie Fenton). Sob o argumento de que os contribuintes devem poder saber o que é feito com o dinheiro dos seus impostos, existe, de facto, uma competição pela visibilidade entre agências de vários tipos. Há algum tempo circulou uma nota escrita de uma delegação de uma agência financiadora que instruía os utilizadores dos fundos para, na inserção do logotipo nos materiais de comunicação, respeitarem gráfica e geometricamente a proporção dos 75% do financiamento desta agência, relativamente aos 25% de outros financiadores.

Whatsapp: Continuamos hoje a falar em Media e Desenvolvimento, como no século passado. Como fazer face a novos media que não têm qualquer controlo social, ou referenciais éticos, em que todos somos “profissionais” da comunicação, em que qualquer um multiplica infinitamente discursos de ódio, usa a arma da mentira e cultiva a ignorância?

Xenofobia: Para combater o discurso do ódio precisamos continuar a ler Simone Weil: “A violência transforma em coisa quem quer que lhe seja submetido” (*A Ilíada ou o poema da força*, 1940).

Yourcenar, Marguerite: “- E os jornais, lê-os diariamente? – (...) É preciso lê-los todos e confrontá-los uns com os outros (...). Desde logo, porque a imprensa é demasiadas vezes um espelho falseado, em que os acontecimentos e os homens nos aparecem deformados, engrandecidos ou diminuídos, conforme o caso. E depois porque as verdadeiras razões nos escapam quase sempre...”. (in *De olhos abertos*)

Zink, Rui: “No dia em que tiver medo de incomodar acho que estou a ser enterrado vivo” (*Ípsilon*, 26.10.12). O jornalismo, no sentido também de testemunho, não precisa de ser incómodo?

Modos
de ver



Modos de ver

Em viagem

FOTOGRAFIAS DE AFONSO CRUZ



IRAQUE

Modos de ver

Em Viagem



IRAQUE



IRAQUE

Modos de ver

Em Viagem



IRAQUE

Modos de ver

Em Viagem



IRAQUE



KUWAIT

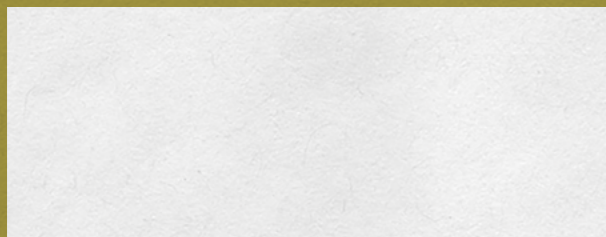
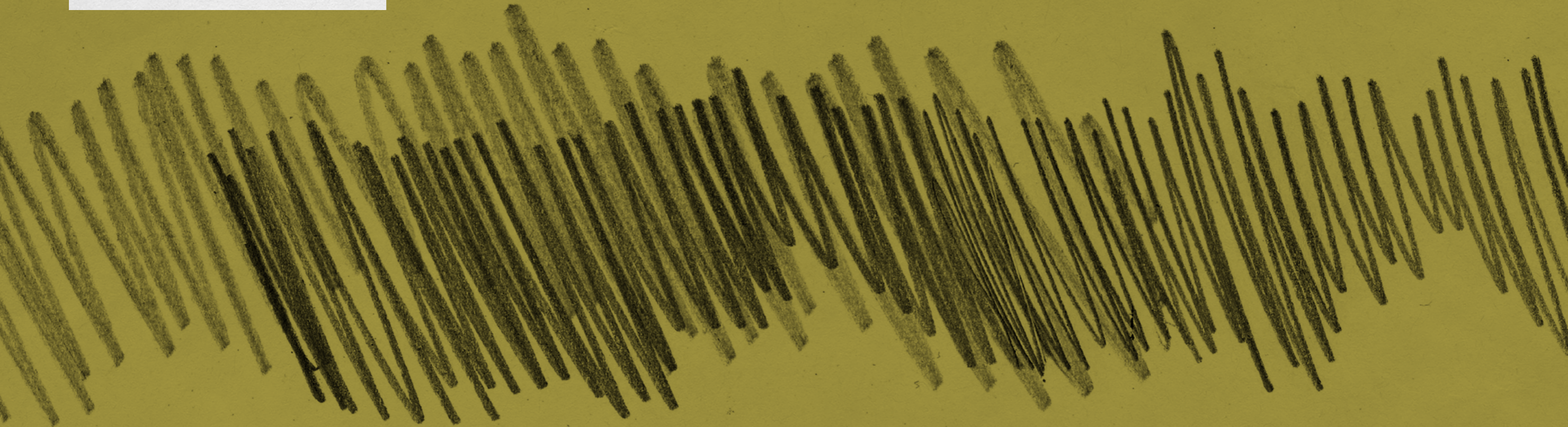


KUWAIT



KUWAIT

Narrativas



A urgência do contra-facto

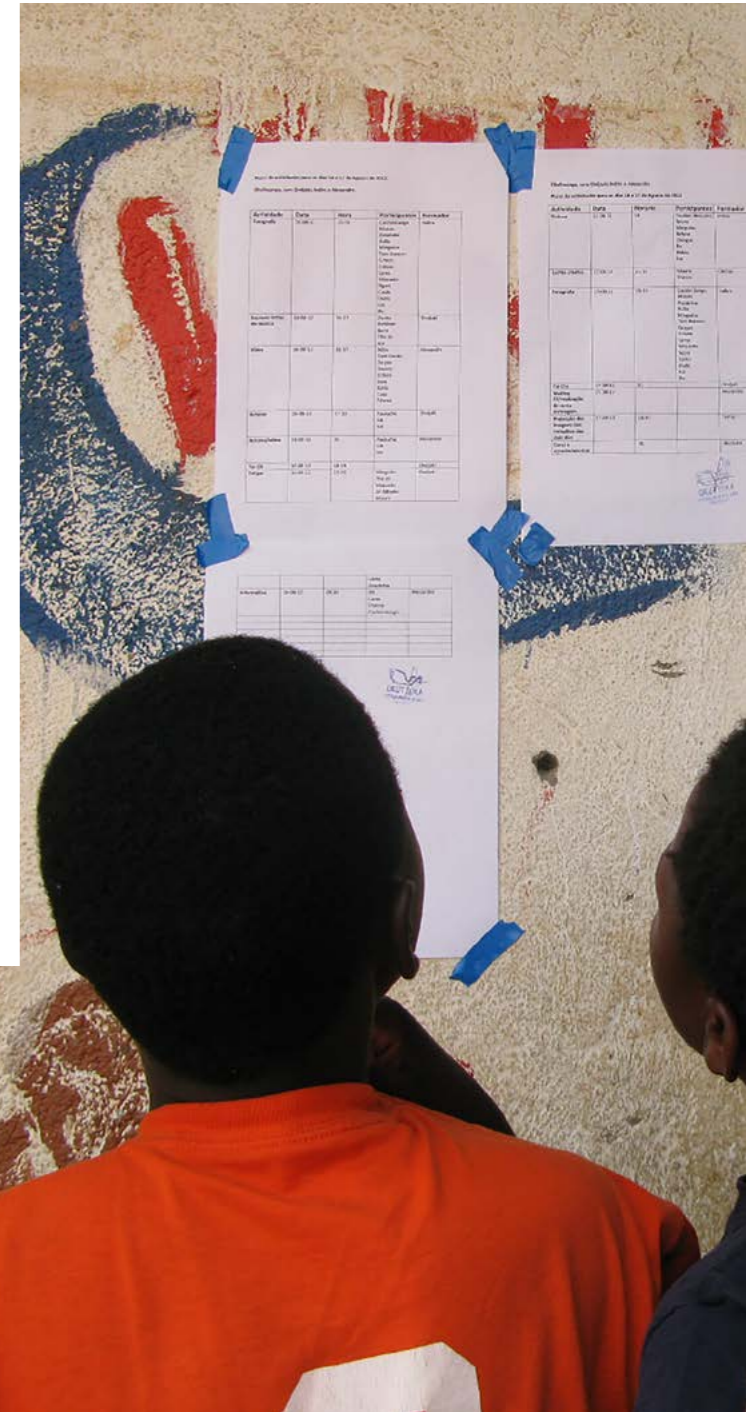
TEXTO DE PEDRO ROSA MENDES
FOTOS DA ACEP

Vivi em Angola há mais de vinte anos, no tempo em que os telefones-satélite eram tão portáteis como uma mala de cabine (e não sobrava espaço para nenhuma outra mala). O satélite pelo qual comunicava com a redacção do *Público* em Lisboa, geoestacionado sobre o Atlântico Sul, servia as comunicações da marinha mercante nesse hemisfério. O meu receptor-mala permanecia normalmente calado; não havia nenhuma espécie de “feed”. Era eu que falava através dele, poucas vezes por boca (falar saía caro), quase sempre por escrito (a mala dispunha de um

teclado rudimentar, pouco à frente na escala evolutiva do telégrafo). As excepções a esse mutismo eram os apelos de emergência: qualquer S.O.S de um navio na imensa zona de cobertura (e eram frequentes) surgia instantaneamente no écran, com a indicação das coordenadas da embarcação em perigo. Em teoria, o receptor mais próximo tinha a obrigação de atender ao emissor em apuros.

Todos somos navegantes solitários em algum momento das nossas travessias. A eficácia do apelo S.O.S dependia menos da angústia do navio emissor do que de um sentido de comunidade e serviço entre uma constelação de receptores que se desconheciam *mutuamente* e que, aliás, não tinham (à época, pelo menos) possibilidade de comunicar entre si. Esta impossibilidade de comunicação horizontal não impedia a consciência informal mas imediata do grupo e, dentro dele, a possibilidade e a expectativa de resposta individual. A proximidade cir-

cunstantial de um outro receptor activava o protocolo humano de entreaajuda; a resposta de um activava o sentido de todos. E para todos os outros – nós, em rede passiva - ficava a ideia muito palpável de que os outros existiam algures para nós. Interessante lição dos marinheiros aos comunicacionistas de ontem e de hoje: a força do S.O.S reside numa presunção de fragilidade comum. A mensagem *não é* o meio; a mensagem é a afinidade. Talvez Marshall McLuhan estivesse afinal enganado sobre os efeitos da comunicação sobre o indivíduo e a sociedade “depende[re]m da mudança de escala que produz cada nova tecnologia, cada \geq



prolongamento de nos mesmos, na nossa vida”.

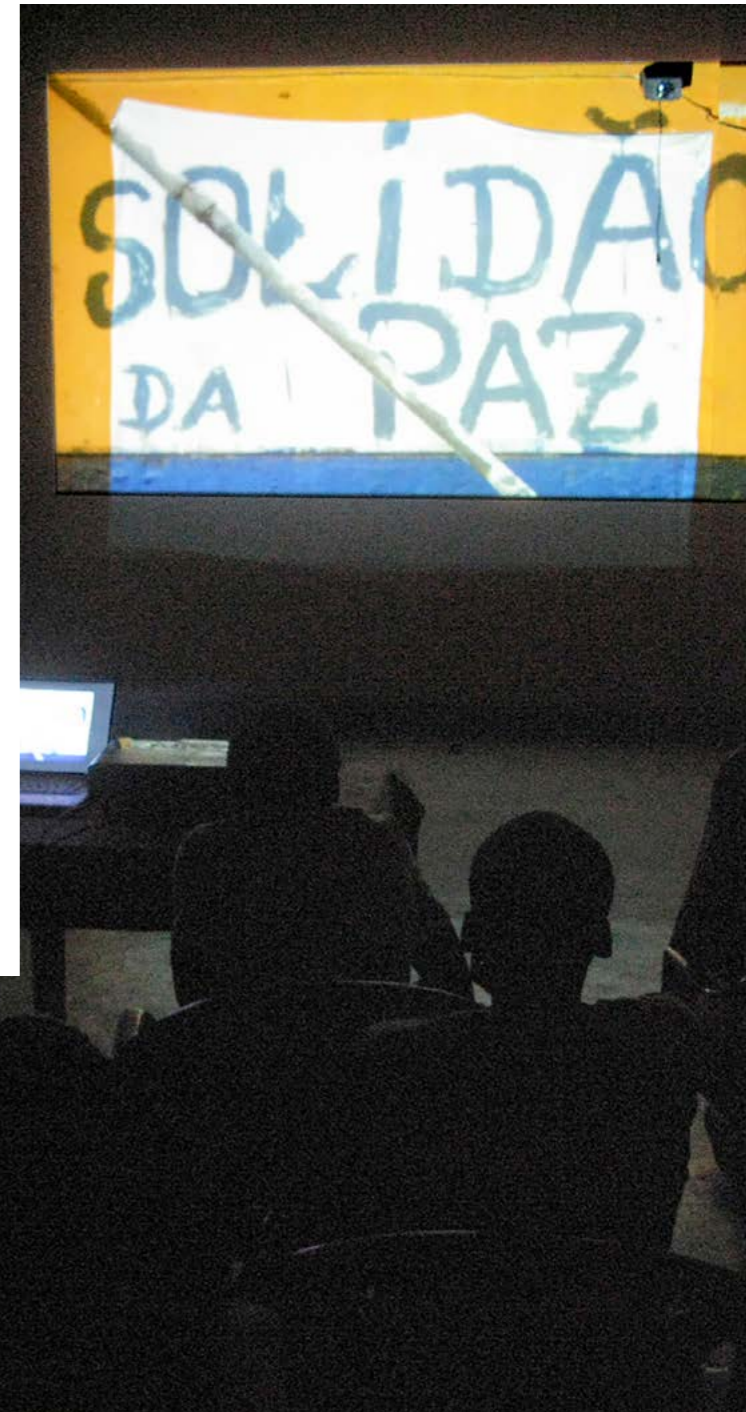
Em algum momento – entre o satélite-mala do final do século passado e a ubiquidade esmagadora da informação na era digital –, a nova tecnologia consolidou e credibilizou a ilusão de que “o prolongamento de nós mesmos” ocupa o espaço útil de todos os outros. Afinal, se todo o mundo é suficiente apenas em cada um de nós, que senso tem prestar atenção ao outro? Esta não é uma solidão nova e, em jornalismo, existe na interrogação recorrente sobre a utilidade e a legitimidade da informação como veículo (no sentido mediático) de afinidade humana. Por outras palavras: o outro é um pouco menos *alter* para nós se insistirmos em caminhar até ele? Ou isso é uma miragem romântica e anacrónica? De outra maneira, ainda: a essência do jornalismo é o facto ou a relação?

“Ilhas de Fogo”, o álbum que publiquei em 2002 com Alain Corbel na ACEP, respondeu ao desafio explícito de articular a integridade jornalística – de processo e de intenção – com a necessidade (e a responsabilidade) de “desocultar”. O álbum, como explicou Fátima Proença sem cerimónias na página de abertura, resultou de “uma visão do mundo, um compromisso ético, um lugar também para uma estética em contramão, frente a uma informação-espectáculo”. Quase vinte anos depois, e tentando guardar a objectividade do jornalista que já não sou, é para mim evidente que o imperativo de desocultar apenas cresceu (e não apenas em relação a África, o tema imediato de “Ilhas de Fogo”), talvez na mesma proporção das possibilidades tecnológicas de olvido e manipulação.

A insularização de todos pela ocultação do mundo de cada um, visível em manifestações políticas, socioeconómicas e culturais de

crescente radicalismo e violência, trabalha - ironicamente - através da mitologia do *facto*. O problema, no entanto, não é apenas, ou não principalmente, a proliferação de “factos falsos” (os “*fake news*” sempre existiram), mas a ignorância de contexto e a redução dos factos verdadeiros aos seus “resultados”. O jornalismo está hoje acossado por uma infernal inversão do ónus de prova, obrigado a justificar a sua própria utilidade pela produção prévia de prova da sua eficácia. É um ónus pesado e perverso, que vem deformando as prioridades editoriais num imediatismo superficial e consolidando um

≥





modelo de negócio que abertamente não pode pagar nem tempo, nem curiosidade (*sine qua non* da generosidade humana e cívica). Se a notícia não pode mudar o mundo, para quê noticiá-lo? Ou, falando mais claro: a notícia justifica-se pelo retorno do investimento que se vai colocar nela.

Qual é, porém, a métrica deste resultado? Aos economicistas da informação, seria oportuno chamar aqui o conceito de avaliação contrafactual de impacto, usando-o de uma forma construtiva: mostrem-nos a prova credível de que o mundo melhora na medida proporcional à sua ocultação. Em jornalismo, o contra-facto corresponde talvez às muitas dimensões de disponibilidade humana que operam no tempo longo. Os ciclos positivos são lentos em acontecer e sustentam-se de compromissos

individuais persistentes projectos numa abertura ao grupo. (“Ilhas de Fogo” é uma colecção desse tipo de histórias.)

Dito de um modo mais tangível: no universo silencioso do satélite-mala, o verdadeiro facto não é a aflição concreta de um mas a certeza da atenção invisível de todos. A melhor notícia é que ela fique por dar.

O tempo e o corpo

TEXTO DE ANDRÉ CUNHA

*Grazie Carola, per aver messo
il tuo corpo in questa battaglia
di civiltà.*

ROBERTO SAVIANO,
EM MENSAGEM À CAPITÃ
DO SEA-WATCH 3

Un funeral digno para Laovo Cande

Umaro busca el cuerpo de su hermano fallecido en una patera para trasladarlo a Guinea-Bissau

JOSÉ BEJARANO
Los Cristianos

Umaro Cande recorre los depósitos de cadáveres de Canarias en busca de su hermano Laovo, de 27 años, que pudo fallecer de hambre y sed después de una semana a bordo de una de las pateras llegadas hace unos días a Tenerife. Umaro vive en Bilbao, donde trabaja de soldador, y supo de la muerte de su hermano el 27 de julio: alguien llamó desde Mauritania a su casa en Caodemaouri (Guinea-Bissau) para comunicar a la familia que Laovo había muerto en el viaje. Entonces, la madre ordenó a Umaro "con palabras fuertes" (enfadada) que buscara su cuerpo allí donde estuviese y lo llevara de vuelta a casa para hacerle un funeral digno y enterrarlo en su propia tierra. Umaro le ha tratado de explicar a su madre que las cosas en Europa no son fáciles, que hay que insistir mucho, tener paciencia. Ayer se entrevistó Umaro con el juez decano de Arona, Herminio Mailla, que trata de ayudarlo a cumplir con el imperioso y triste encargo que tiene de su madre. El padre murió hace tiempo. Le han recogido muestras de ADN por si hay que contrastar con alguno de los fallecidos.

La madre quiere ofrecerle un funeral al que asistan todos los familiares de Laovo, prepararle la tierra que lo acoga, hablar de él durante mucho tiempo y después rezar todos juntos en la mezquita. Ella no descansará sabiendo que el cuerpo de su hijo anda perdido en un país desco-



Umaro Cande busca el cuerpo de su hermano

Laovo murió después de una semana sin comer ni beber cuando iba a Canarias con otros 29 inmigrantes

nocido. Umaro ha visto dos cadáveres en Santa Cruz de Tenerife, pero ninguno le parece su hermano pequeño. El juez le autorizó ayer que vea todos los cuerpos. El día 27 de julio llegó una patera con 30 inmigrantes, cuatro de ellos sin vida. Los demás estaban muy mal porque se habían quedado sin alimentos y algunos bebieron agua salada. Durante el rescate, debido al mal estado del mar, dos de los cuerpos quedaron a la deriva en la patera, finalmente recuperados cerca de La Gomera. A uno de los muertos se le identificó por sus compañeros de viaje como Mousa Cande, el mismo apellido de Umaro, pero distinto nombre. Umaro dice que la persona a la que le han asignado ese nombre no es su hermano y por eso ayer obtuvo permiso del juez para que le dejen ver a los seis o siete cadáveres de inmigrantes que están en Santa Cruz pendientes de que alguien les reclame.

Si no es ninguno de ellos recorrerá todas las islas y si no lo encuentra, irá a Guinea-Bissau a explicarle a su madre que en Europa las cosas no son fáciles para los emigrantes. Umaro asegura que nadie de la familia sabía que su hermano planeaba emigrar. Dice que "en África hay gente que trafica con personas. A mí no me gusta esa gente porque gana dinero con la muerte y no compra suficiente comida y agua para los que viajan. Laovo murió porque estuvo una semana sin comer ni beber". Umaro vino hace cinco años escondido, con otros 15 inmigrantes, en la bodega de un mercante ruso. Pero allí tenían comida y el viaje duró sólo cuatro días. Hay otras formas de emigrar sin tener que jugarse la vida, sostiene Umaro. ●

1.

- Como te chamas?

- Laovo Cande.

- Bem-vindo à Europa!

Esta história deveria ter sido assim.

Mas não estava nenhuma Carola Rackete suficientemente perto, algures no Atlântico, entre a costa africana e as Canárias, naqueles dias de 2006 quando Laovo Cande, num 'cayuco' de nada, se fez ao horizonte. No momento em que a equipa de socorro espanhola chegou à piroga, Laovo já estaria morto.

Em ilha firme, dias mais tarde, um experimentado repórter do 'La Vanguardia' relata os passos de Umaro Cande à procura do corpo do seu irmão. Umaro – já emigrado em Bilbao cinco anos antes - prometera à sua mãe, Adama, fazer o impossível para devolver Laovo à tabanca onde nascera, ao 'tchon' da Guiné onde crescera, à sombra da mangueira onde já estava enterrado seu

pai. Só que do doloroso labirinto necrológico, saíram apenas cinzas, mesmo se Umaro chegou a encontrar e identificar o irmão. Missão incompleta, pois, por decisão judicial, foi entretanto decretada a solução: o corpo em pó. Laovo Cande nem pôde viver nem pôde sequer morrer livremente na sonhada Europa. "A incineração é um segredo que Umaro guarda consigo", escreveria mais tarde o repórter, "porque os muçulmanos não aceitam outra forma de exumação que não seja o enterro." O corpo do mártir Laovo vai faltar para sempre no cemitério de Candedemba-Uri, como muitos outros faltarão em milhares de tabancas africanas ou em aldeias de um dos tantos orientes.

≥

No início de Julho, no que já carregamos de 2019, a plataforma 'Missing Migrants Project' da OIM registava 54 mortos na faixa atlântica entre o continente e as Canárias, onde morreu o irmão de Umaro, há mais de uma década. Um pouco mais a norte, e apenas desde 2014, pelo menos 10963 pessoas - e mais enquanto escrevo - perderam a vida em todo o Mediterrâneo, o mar-fronteira onde mais se desaparece do mundo¹. Tantos corpos, ou cinzas, sem nome; e tantos nomes sem corpo: o Mediterrâneo é uma Srebrenica em câmara lenta. Com a Europa a ver em directo, o corpo refastelado no sofá.

Outra vez.

¹ Para o período referido, segundo o Alto Comissariado da ONU para os Refugiados, que utiliza o critério de contabilizar em conjunto mortos e desaparecidos, o total seria superior a 18 mil pessoas, ou seja, cerca de duas vezes as vítimas mortais do massacre de Srebrenica - considerado o maior crime contra a humanidade na Europa, depois da Segunda Guerra Mundial.

2.

- Como é que bô mansi?

- Mansi bê, mansi bê!

- Bom dia!

- Bom dia, sou o Pepe, bem-vindos à Rádio Mulher de Bafatá! *E eis que logo houve ali bancada de recepção, com sumo e bolo incluídos, antes de entrarmos no estúdio...* Naquela época, e hoje, o jornalismo limita-se a contar o número de mortos, o número de chegadas, mas muito pouco ou nada se fala do lado humano da tragédia, da morte de um imigrante num 'cayuco'.

Voz-off: quando Umaro Cande veio de visita a Candemba-Uri, Bafatá, em Janeiro de 2007, sem o corpo de Laovo, trazia com ele um outro corpo, vivo. Era José Bejarano – que todos tratam por Pepe - o mesmo jornalista do La Vanguardia que depois de ter seguido Umaro nas Canárias, meses antes, em busca do irmão perdido, fazia agora o caminho até à nascente da família Cande.

- Eu vim até aqui, há doze anos, fazer uma série de cinco reportagens e no regresso perguntei a alguns companheiros e amigos se queriam estender a mão a esta comunidade. É essa a origem do 'Laovo Cande', um projecto de cooperação internacional dos 'Periodistas Solidarios' da Associação de Imprensa de Sevilha, assim nomeado em homenagem a Laovo e a todas as vítimas da imigração. *Um não-corpo reen-carnando em tanto corpo:* Criámos duas escolas onde temos noventa crianças, um centro de saúde, uma quinta, uma cooperativa de mulheres agricultoras e, nessa mesma linha, a rádio...

- Fazer o que a Europa não está fazendo?

- Nós, os jornalistas, damos poucas coisas como certas porque, digamos, não falamos de cátedra. Mas está claro para nós que, primeiro, o jornalismo tem de ser comprometido, não pode ser um jornalismo mero notário do que ocorre, *com o jornalista no papel de burocrata de serviço. O jornalismo tem de tomar partido pelos mais*

desfavorecidos, pelos mais frágeis. Em segundo lugar, este nosso projecto pretende ajudar (...) esta aldeia, trabalhando sobre o terreno, que é aquilo que os governos do mundo e a União Europeia não fazem e que é ajudar na origem, onde está a raiz do problema. Eles limitam-se a levantar barreiras, fronteiras, polícias, que não servem para mais nada além de provocar mais mortes. O nosso compromisso é ajudar estas pessoas para que não tenham de arriscar a vida emigrando. Por outro lado, queremos contar às pessoas na Europa que a imigração é uma tragédia; não é só um dado estatístico das pessoas que chegam. *Se chegam.* Atrás disso, há seres humanos que sofrem, que choram, que têm filhos. Então, esta é uma forma de comprometer o jornalismo que fazemos, comprometendo-nos a nós mesmos, tomando posição e ajudando. *Comprometendo-nos.*

≥

3.

A árvore que Pepe & Companhia desenvolveram (eis quando a palavra ‘desenvolvimento’ faz sentido) agiganta-se como uma Calabaceira, o nome guineense do Embondeiro. Rasgando o ar desde 2018, o seu último ramo – muito provavelmente único em África e quase único no mundo – é a antena de uma rádio comunitária feita exclusivamente por mulheres, para toda a cidade: a Rádio Mulher de Bafatá. Porque se África “é um continente levado sobre as cabeças pelas mulheres africanas”, tal como Pepe e muitos outros ilustramos repetidamente, isso significa que África também pode ser o mundo na voz e nos dedos dessas grandes mulheres. Lolita, Mariama, Fatumata, Marsato, Rugui, Uri, Ussai, Monde e... Blimunda. É que numa das salas da rádio vai nascer mais um re-

bento, a futura biblioteca Blimunda, com essa memorial ‘Mindjer Garandi’ vestindo um novo corpo ao sul, fruto de uma colaboração do projecto ‘Laovo Cande’ com a Fundação José Saramago.

4.

Tudo o que vem acontecendo até aqui, e tudo o que virá nas próximas estações, é o tempo e o modo de Pepe dar o seu corpo a esta batalha civilizacional: jornalismo consciente contra a banalidade do mundo; pensamento e acção para uma escala justa - agricultura, saúde e escola (e escola na forma de escola, mais escola feita vida na forma de rádio-biblioteca). Pepe vai lá, ao princípio, à terra mãe, ajudar Carola Rackete antes de chegar, em alto mar, a hora dela. Para que a hora dela deixe de ser urgente e Carola possa regressar ao Árctico, onde antes estava, na linha da frente das alterações

climáticas, sempre corpo-a-corpo contra o tempo. E então, voltar a ser história em 98.0 FM, Rádio Mulher de Bafatá.

*BAFATÁ- LISBOA/BELGRADO; JANEIRO- JUNHO/
JULHO DE 2019*

PS: este texto é dedicado a Borka Pavićević (1947 – 2019), dramaturga, brechtiana, directora do Centro de Descontaminação Cultural de Belgrado, resistente civil e activista pela paz, que partilhou a sua vida por um mundo crítico, por um mundo melhor – com o corpo todo reunido no seu punho cerrado, um punho como aquele que a ‘sua’ Jugoslávia ofereceu à Guiné-Bissau e que ali permanece, junto ao porto de Bissau-Velho, nada longe do busto de Amílcar Cabral. Escrevo nas horas em que escolheste ser cremada, Borka, mas porque a memória é um espelho em perpétuo movimento, sobre as tuas cinzas ondeia a tua coragem de ‘Mindjer Garandi’, aquele teu modo de seres Mãe do mundo.



O terceiro pulmão de Bagdade

TEXTO E FOTOS DE AFONSO CRUZ

Os jornais iraquianos anunciaram recentemente que a feira do livro de Bagdade deste ano (2019) teve mais de um milhão de visitantes. Um número superior, a ser exacto, ao de várias feiras reconhecidas como sendo as maiores ou mais importantes do mundo. Mas muito mais relevante do que a quantidade é o significado dessa quantidade. A confiança depositada nos livros e na leitura, que noutras geografias é desvalorizada como ingénua ou quixotesca, em Bagdade é uma declaração de guerra às consequências da guerra. A literatura é vista como uma

possibilidade de convalescência, de pacificação e de entendimento, de aproximação social e de reconstrução.

A história de Bagdade, dos poemas e dos poetas, dos homens de ciência, dervixes e mil e uma noites, inclui também uma camada de violência cujos contornos recentes, do século passado e início deste, se manifestam de várias formas e, evidentemente, contagiam a literatura, que reflete a crueza destes últimos anos. Ahmed Saadawi escreveu recentemente um romance chamado *Frankenstein em Bagdade*, em que um homem reúne dos escombros das explosões partes de um cadáver, cosendo-as, para que fique completo e tenha um funeral digno. Há muitos outros exemplos deste tipo, em que a literatura reverbera a algosaria e a vergonhosa desumanidade da guerra, como os livros de contos de Hassan Blasim, titulado *O Cristo Iraquiano*, numa tentativa de purga ou expiação das experiências vividas.

Na margem do rio Tigre (onde um dos mais famosos místicos muçulmanos, al-Hallaj, foi executado, talvez pela sua forma de teose), a rua al-Mutanabbi é um soberano exemplo da confiança depositada nas ideias, na literatura. Nesta artéria feita de livros, que deve o seu nome a um dos mais importantes poetas árabes, um número impressionante de livrarias e alfarrabistas preenchem os dois lados da rua, que tem sido desde há séculos refúgio e lugar de encontro para artistas dos mais variados credos e origens. À sexta-feira, os livreiros fecham as portas e colocam os livros no chão, criando uma espécie de ≥

> Um espaço privilegiado para encontros de leitores e escritores, o café Shahbandar, numa esquina da rua Al-Mutanabbi: o dono perdeu três dos seus filhos no atentado de 5 de março de 2007.



biblioteca ao ar livre e, ao mesmo tempo, uma celebração da literatura, onde se oferecem livros, se trocam livros, se vendem livros, onde leitores e escritores partilham experiências e leituras, onde se dizem poemas.

Por tudo isto, a rua Al-Mutanabbi é conhecida como o terceiro pulmão de Bagdade. A cidade respira porque há livros a serem abertos.

No dia 5 de Março de 2007, um bombista suicida fez-se explodir nesta rua, matando trinta e oito pessoas e ferindo mais de cem.

Menos de vinte e quatro horas depois do ataque, o poeta iraquiano Abdul-Zehra Zeki, sobre os escombros da explosão, leu O Manifesto dos Poetas de Bagdade, texto da sua autoria, que aqui reproduzo uma parte:

“É aqui, entre os destroços do ataque bombista à rua Al-Mutanabbi,

Junto ao cheiro a queimado dos tesouros das livrarias de Bagdade,

junto aos cadáveres de quem amamos, enterrados sob a devastação das bombas,

é aqui que se encontram hoje, os poetas de uma Bagdade em sofrimento;

abalados e assombrados entre os ecos da destruição,

entre o fumo,

entre o pó e as cinzas,

ouvindo tiros de um lado e explosões do outro,

é aqui que os poetas se encontram para ler poemas de vida e de morte.

Sem surpresa, eles são os filhos de Bagdade que salvaguardam a sua imortalidade.

O corpo de Bagdade foi de repente atingido pela morte; mas a sua alma emerge com vida e esperança das suas garras.

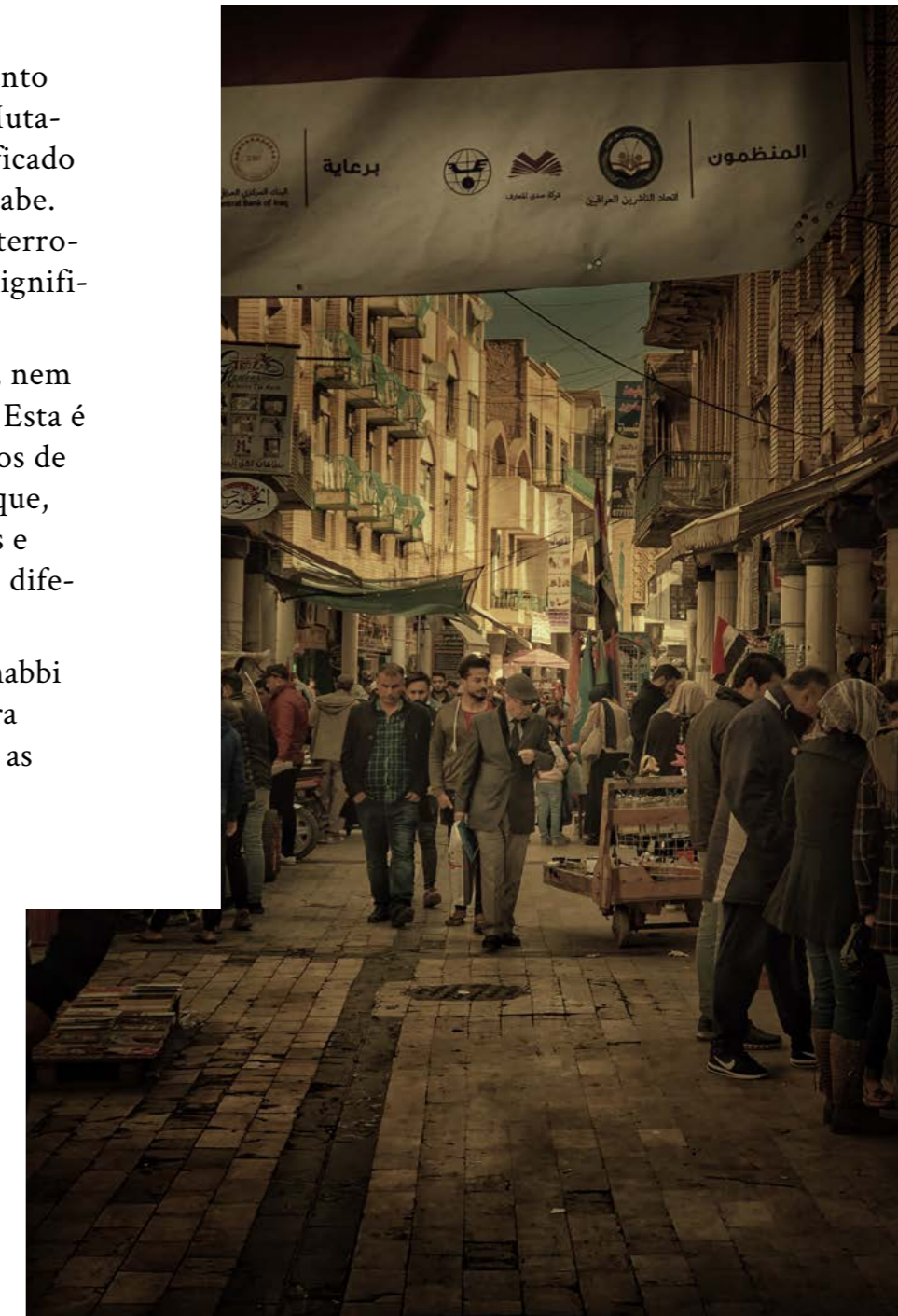
(...)

Aqui estamos hoje, junto aos destroços da rua Al-Mutanabbi, a sublinhar o significado desta rua para a cultura árabe. Também sabemos que os terroristas estão cientes desse significado. Por isso a atacaram.

Aqui, não há polícias, nem governos, nem invasores. Esta é uma rua habitada por livros de diferentes facções, livros que, tais como os seus livreiros e leitores, expressam ideias, diferenças e opiniões.

Atacar a rua Al-Mutanabbi é atacar a essência da cultura iraquiana, que abraça todas as diferenças.”

≥



Sophia de Mello Breyner escreveu que “Este é o tempo / Da selva mais obscura // Até o ar azul se tornou grades / E a luz do sol se tornou impura // Esta é a noite / Densa de chacais / Pesada de amargura”. Sophia terminou o poema com o seguinte verso:

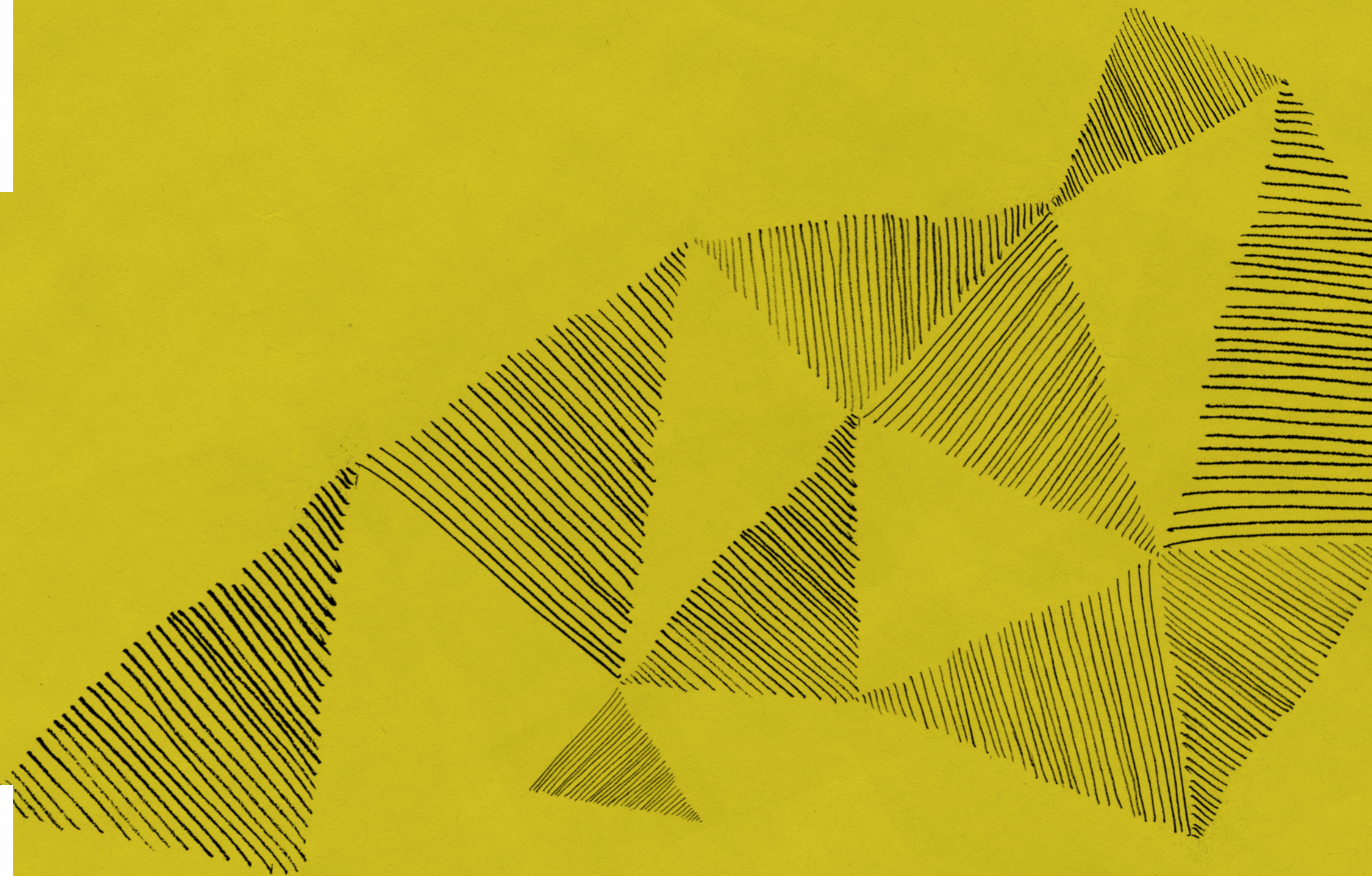
“Este é o tempo em que os homens renunciam.”

Hoje, doze anos depois do ataque de 2007, a feira do livro de Bagdade nunca teve tantos visitantes e a rua Al-Mutanabbi continua a fazer respirar a cidade, os livros continuam a ser abertos. Creio que este é o tempo de quem ainda não renunciou.

Na margem do rio Tigre, onde começou a civilização, começa também a rua que simbolicamente a mantém: o terceiro pulmão de Bagdade.



Inovações



Partir com o Jornalismo e pelo Desenvolvimento Cinco edições da Bolsa de Criação Jornalística

TEXTO DE CARLOS CAMPONEZ

Chegada à quinta edição, a Bolsa de Criação Jornalística sobre o Desenvolvimento apoiou já, desde 2015, um total de 15 grandes reportagens, em som, imagem, papel e plataformas multimédia, realizadas em Portugal, na Europa e em África. O projeto contribuiu para colocar na agenda mediática as questões do desenvolvimento e da cooperação. Mas foi algo mais: foi um partir em reportagem com os *media* e os jornalistas com ideias e para sítios que, em condições normais, muito provavelmente, não realizariam e não iriam.

Durante estes anos, o tema do desenvolvimento foi tratado a partir de histórias em Portugal, Bulgária, Croácia, Grécia, Hungria, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Etiópia, Moçambique e Ruanda. Através dessas reportagens, vimos outros mundos, por vezes esqueci-

dos e distantes dos nossos olhares: o cultivo de pequenos terrenos em bairros da região metropolitana de Lisboa; a ilegalização da mutilação genital feminina, as rádios comunitárias ou a conquista pela luz elétrica, na Guiné-Bissau; as transformações políticas na Etiópia; as esperanças da juventude moçambicana. Visitámos as fronteiras da crise dos refugiados, na Europa, confrontada com os seus valores pelos que fogem da guerra, das perseguições, das catástrofes ambientais, em busca da representação desse Norte que os fez sonhar e partir das suas terras, no Médio Oriente, na Ásia e em África. Olhámos para a União Europeia interior, ainda dividida entre as experiências de integração da comunidade cigana, mas onde, contraditoriamente, o desenvolvimento continua a traçar linhas profundas de separação comunitárias.

Um tema fora da agenda

Foram viagens que fizemos pelos sentidos de jornalistas e dos leitores, dos ouvintes e dos telespetadores de órgãos de comunicação social como o *Público*, o *Diário de Notícias*, o *Jornal I*, a *TSF*, a *SIC* e também a *Al Jazeera* ou o *La Repubblica*.

A Bolsa de Criação Jornalística realizou-se no âmbito do projeto *Aquele Outro Mundo Que É o Mundo – O mundo dos media e do desenvolvi-*

to, uma iniciativa da Associação para a Cooperação entre os Povos que reuniu o Centro de Estudos sobre África, Ásia e América Latina, do ISEG/Universidade de Lisboa, o Centro de Estudos Interdisciplinares dos Século XX, da Universidade de Coimbra, e a Coolpolitics, financiado pelo Instituto Camões e a Fundação Calouste Gulbenkian.

O projeto começou por identificar um conjunto de problemas recorrentes na cobertu-



SOFIA ASCENSO, FUNDAÇÃO C. GULBENKIAN

ra noticiosa sobre temas de desenvolvimento e procurou encontrar respostas a partir de uma reflexão que juntou jornalistas, responsáveis de comunicação das Organizações Não-Governamentais para o Desenvolvimento (ONGD) e a academia. Um inquérito procurou perceber as razões que explicam o pouco conhecimento sobre os problemas do desenvolvimento nas redações portuguesas; o reduzido diálogo entre organizações da sociedade civil e jornalistas; o desconhecimento nas redações sobre o trabalho das ONGD; o reduzido impacto das estratégias de comunicação das ONGD.

O estudo suscitou uma discussão aberta sobre a forma como o desenvolvimento é comunicado e tratado em termos públicos, quer pelas ONGD quer pelos *media*, em Portugal. No que ao jornalismo diz respeito, apesar da quase invisibilidade destes temas nos *media* nacionais, o estudo refere, com base nas entrevistas realizadas, que se denota uma melhoria, registada nos últimos anos no que se refere à qualidade da informação, bem como a profundidade e preocupação ética no tratamento dos temas.

Entre mercado e cidadania

Ainda é possível identificar, num passado relativamente recente, a presença entre os jornalistas de uma cultura socioprofissional que via os prémios ou ajudas à realização de trabalhos jornalísticos como uma forma, suspeita,

de intromissão das instituições e organizações exteriores nas redações e na agenda dos *media*.

No entanto, o estudo revelou que, hoje - num contexto de concorrência entre os *media* e de orçamentos reduzidos para as redações - o jornalismo sobre desenvolvimento existe se for subsidiado. Esta é, por vezes, a única forma de fazer com que o desenvolvimento e a cooperação surjam tratados nos *media* de modo que não seja apenas pelas agências internacionais e em situações que não envolvam fome, epidemias, catástrofes ambientais e guerras ou crises políticas.

Neste contexto, a Bolsa de Criação Jornalística sobre o Desenvolvimento, ao privilegiar o concurso de ideias sobre projetos de reportagem, procurou funcionar como um estímulo para que jornalistas apresentassem projetos que, sem outros apoios, dificilmente seriam concretizados.

Os trabalhos realizados mostraram que existe uma sensibilidade grande nas redações sobre as questões do desenvolvimento e da cooperação. Mas revelaram também que urge reinventar parcerias e modelos de negócio dos *media* que consigam compaginar audiências e interesse público, comunicação orientada para o mercado e comunicação orientada para a democracia e a melhoria da cidadania.

A internet discrimina a maioria das populações porque não reflecte a diversidade de línguas faladas no mundo

TEXTO DE ABÈDJÈ SINATOU SAKA

A internet é um espaço político. É um facto. As línguas que não estão lá representadas são inexistentes para muitas pessoas no planeta. Uma língua é uma porta de entrada para toda uma cultura que também é, de facto, invisível neste espaço.

Imaginem um agricultor beninense que não pode usar uma aplicação para telemóvel para se conectar com potenciais compradores, e que também lhe permitiria melhorar o seu rendimento, simplesmente porque a aplicação não existe na sua língua (o *fon*, por exemplo). Ele é posto à prova duplamente. Nunca será capaz de usar uma ferramenta digital e mui-

to menos usá-la, adaptá-la, reinventá-la para sua actividade. É uma questão de dignidade. Dispor de tecnologia na língua que se domina é perceber que é possível entrar inteiramente na modernidade.

Mas voltemos à presença de línguas africanas no ciberespaço. Estudos mostram que, dependendo do idioma em que se faz a pesquisa, os motores de busca oferecem um determinado número de resultados. E, claro, cada vez menos relevantes, dependendo da presença mais ou menos forte dessa língua na internet. Por exemplo, se procurarmos um restaurante na língua *Goun* do Benim no

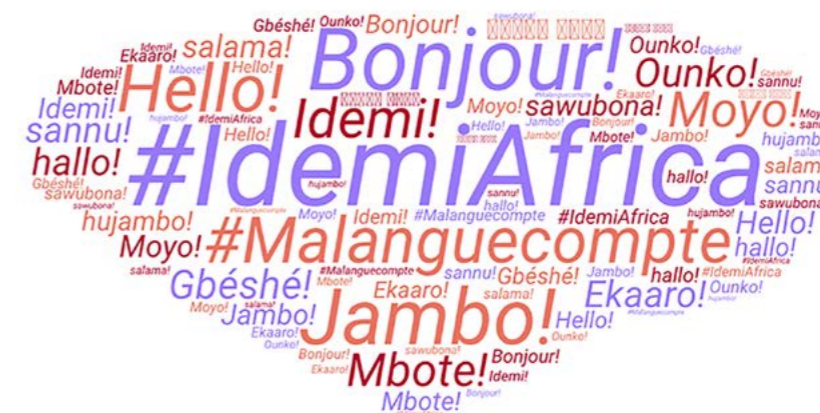
Google, tem 0% de possibilidades de encontrar o endereço ou informações sobre um restaurante localizado justamente no Benim. Dependendo da sua língua, pode aceder a um universo mais ou menos aberto na internet. E, claro, isso é um problema, porque limita a nossa liberdade. Não deveria acontecer. No entanto, não se trata de lançar apenas o estigma sobre os motores de busca, que, apesar da opacidade de seu algoritmo, têm em conta que não estão actualizados hoje no que diz respeito às línguas africanas.

África possui mais de 2.000 línguas, é o continente mais rico em termos linguísticos e, no entanto, 80% do conteúdo da internet existe apenas em dez idiomas ocidentais, falados nos países mais desenvolvidos. Essa correlação mostra que hoje existe uma influência política e económica da língua na internet. No início da internet, o inglês era a língua dominante e, em apenas alguns anos, o chinês subiu para os 10 idiomas mais representados, e essa presença ajudou, inegavelmente, a estabelecer a sua cultura e a compartilhar a sua visão do mundo. Foi feito um trabalho para lá chegar, porque o poder do chinês na internet diz-nos alguma coisa sobre o poder da China no mundo real.

Tendo em contar este panorama, decidimos lançar o *Idemi*¹ (que vem do *Edemi*, a minha língua em *ioruba*), composto por um colectivo de voluntários. É acima de tudo uma

plataforma que pretende criar uma emulação de línguas africanas na internet. A ideia é articular diversas iniciativas, nomeadamente na área do ensino, a fim de estruturar as línguas africanas, dar-lhes mais impacto e incentivar a criação de conteúdos nestes idiomas. Isso também envolve advogar para que as autoridades locais traduzam sites oficiais para o idioma do seu país (como já fazem para um idioma estrangeiro como o inglês), com acompanhamento de internautas para produzirem conteúdos nas línguas africanas que falam. Para este último ponto, queremos desconstruir a imagem antiquada que as nossas línguas podem ter, mesmo dentro das nossas comunidades. Mais concretamente, se a pessoa não souber escrever na sua língua, temos gosto em acompanhá-la para fazer um *podcast* ou um projecto de vídeo, porque todos os formatos são possíveis na internet.

O nosso objectivo a longo prazo é facilitar a descoberta de conteúdos em línguas africanas e, especialmente, em todas as línguas africanas, sejam elas importantes em termos do número de falantes ou mais confinadas e sem interesse económico para grandes multinacionais de tecnologia. Parece-me essencial não depender dessas plataformas, como já acontece em vários sectores e, principalmente, não lhes deixar o monopólio do futuro das nossas línguas na internet. Um processo



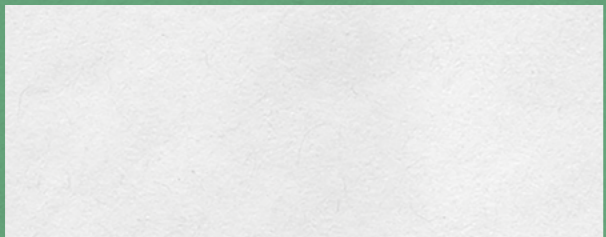
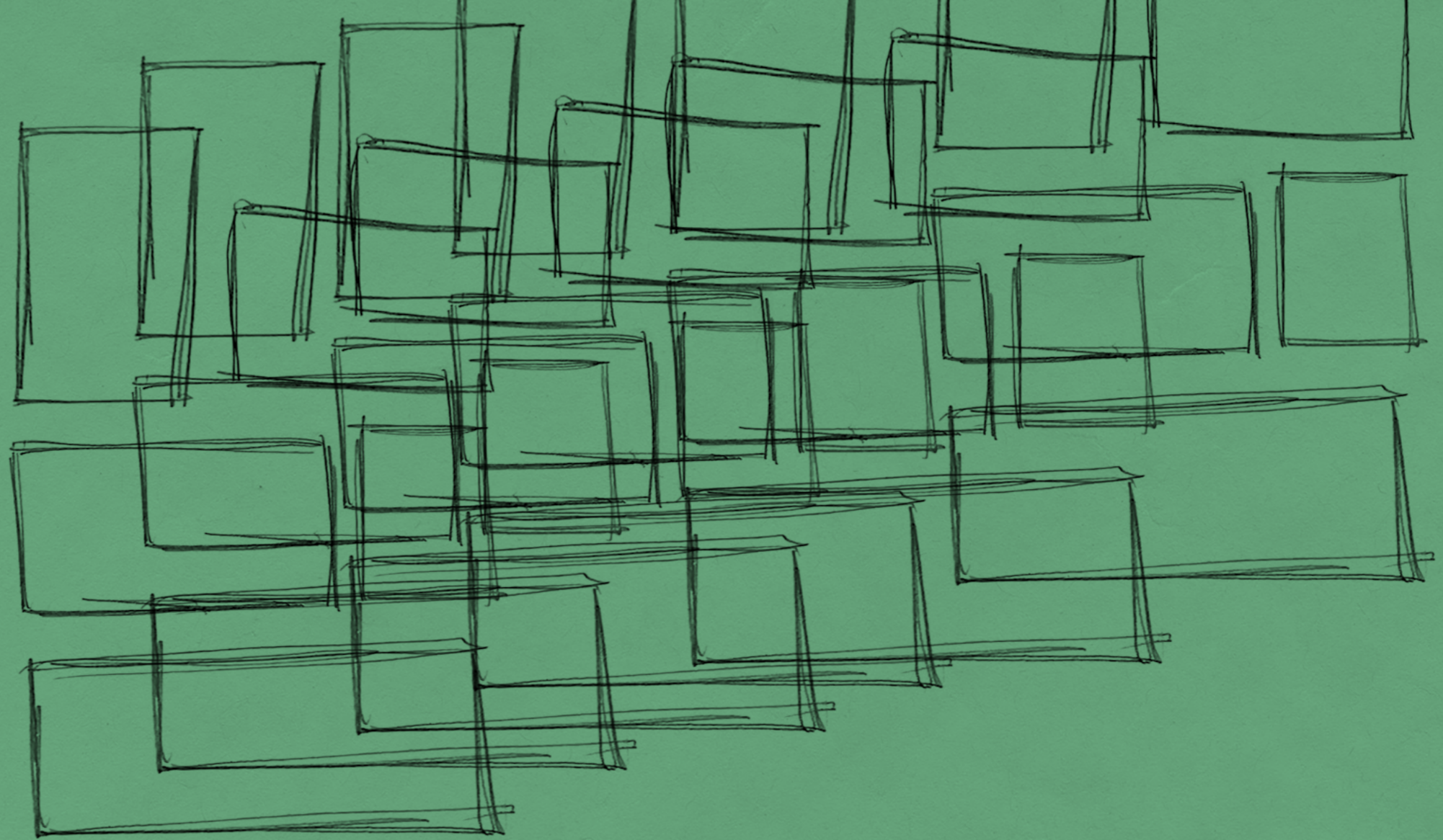
de monetização desse conhecimento seria destrutivo para as línguas, especialmente as menos faladas.

A linguagem é um instrumento político, ideológico e, é claro, uma ferramenta de comunicação. As línguas africanas foram subestimadas com a colonização e outros eventos trágicos na nossa história. A disponibilidade de conteúdo em línguas africanas não oculta a falta de infraestruturas de conexão. Este é um problema real e terá que ser resolvido também. É uma questão de igualdade de oportunidades para desenvolver o potencial desses milhões de analfabetos que não têm acesso a ferramentas digitais.

Idemi é um colectivo e, infelizmente, temos muito poucos meios para alcançar os nossos objectivos, mas devemos, com as populações isoladas e analfabetas, trabalhar em conjunto agora para que as nossas línguas não desapareçam internamente.

¹ <https://idemi.africa/>

Ecos
gráficos



#feiquenius

CECÍLIA SILVEIRA

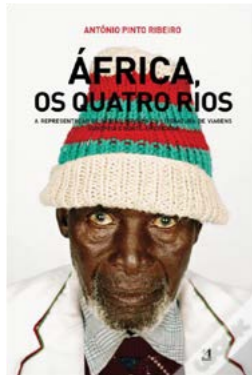


CECÍLIA SILVEIRA



Escaparate

África, os quatro rios



Ribeiro,
António Pinto
Afrontamento,
2017

LIVIA APA

Em *África, os quatro rios – A representação de África através da literatura europeia e norte-americana (1958-2002)*, António Pinto Ribeiro, recorrendo à obra de quatro autores contemporâneos que viajam tocando quatro rios africanos – o Níger, o Zambeze, o Nilo e o Congo – apresenta ao leitor uma fecunda e ampla reflexão sobre literatura de viagens enquanto género literário em si, mas também, e sobretudo, enquanto lente através da qual o

Ocidente construiu, e em parte ainda constrói, a sua leitura do continente. Partindo de uma análise da evolução do género a partir do século XVIII, as páginas do volume acompanham-nos através dos muitos olhares construídos sobre África, apresentando sugestões e leituras de autores como o canónico Joseph Conrad de *Heart of Darkness*, ou Jules Verne, ou ainda Paul Bowles e alguns representantes da “Beat Generation”, chegando a “viajantes profissionais” como Bruce Chatwin. Trata-se de olhares completamente diferentes entre si, mas que contribuíram para criar um cânone de leitura à volta do que é África, mais ou menos exótica e que, juntamente à narrativa criada pela etnografia clássica e colonial, demora a ser desconstruído. O papel do pensamento antropológico, a começar por Michel Leiris, torna-se fundamental para repensar a relação entre mundos diferentes e ao considerar tal disciplina enquanto forma narrativa, o autor consegue desenhar um quadro mais abrangente das epistemologias construídas sobre o continente até hoje. O núcleo duro do livro é representado pela análise de quatro obras de autores ocidentais e brancos. Trata-se de *Heban* de Ryszard Kapuscinski (1998),

Adventure in Africa di Gianni Celati (1998) *Dark Star Safari* de Paul Theroux (2002) e *Baía dos Tigres* de Pedro Rosa Mendes (1999). Propõe-se então uma reflexão sobre as estratégias de representação do continente, tentando visar como em cada livro quem escreve se confronta com o horizonte do pós-independência, detetando possíveis fraturas e continuidades no quotidiano das pessoas que naqueles espaços hoje vivem, novos e velhos atores, sem ceder a nenhum posicionamento nostálgico. Mas o objetivo do trabalho de António Pinto Ribeiro parece-me situar-se a outro nível, o das estratégias de representação. Os autores escolhidos, revelando uma empatia apriorística com a realidade que os rodeia, tentam eliminar a distância a partir da qual observam mundos fatalmente diferentes, mas abrem para a possibilidade de repensar através de momentos de profunda autodefinição de si próprios a sua reflexão sobre o outro. Essa *mise en cause*, mesmo não constituindo um ponto de chegada, marca uma mudança de passo que me parece fulcral, exatamente porque abre para uma relação entre sujeitos e objetos de formas narrativas que tenta

renovar-se e inscrever-se finalmente noutra espaço epistemológico.

Na última parte do livro, o autor fornece-nos algumas pistas teóricas que ajudam a repensar a relação entre mundos. Ao chamar à atenção para o facto que raramente os africanos escrevem sobre viagens, no sentido de atravessamento físico de espaços, o autor realça, porém, a importância do contributo das diásporas que redefinirão num próximo futuro as relações de força entre eles, África e a própria epistemologia europeia, saindo assim de um jogo feito apenas de contraposição, recorrendo aos múltiplos saberes de que se compõe o mundo global. O afro-futurismo, pela sua natureza híbrida e compósita, é um dos caminhos a perseguir.

O Desenvolvimento nos Media – Percepções e Visões de Jornalistas e Profissionais da área do Desenvolvimento



Oliveira, Ana Filipa e Faria, Raquel
ACEP, 2016

SÓNIA LAMY

O livro “O Desenvolvimento nos Media – Percepções e Visões de Jornalistas e Profissionais da área do Desenvolvimento” foi lançado em 2016, mas mantém-se atual e promove uma completa perceção sobre o setor do desenvolvimento. Através de uma proposta da Associação para

a Cooperação Entre os Povos (ACEP) chegamos a um trabalho que nos dá um retrato da comunicação do setor das organizações de desenvolvimento e uma perspetiva sobre o modo como os jornalistas as entendem. Além disto, aponta caminhos, soluções e idealiza propostas para uma presença de temáticas relativas ao desenvolvimento que, por vezes, fogem dos media, por estarem fora de uma agenda prevista e organizada por setores económicos fortes. Os grupos mais poderosos, como governos e grandes empresas estão em vantagem, já que têm uma máquina vigorosa que acaba por estimular ainda mais um contacto permanente entre estes e os media (Cerqueira&Lamy, 2019).

Ana Filipa Oliveira que trabalha no ACEP desde 2009, e Raquel Faria, doutorada em Altos Estudos em História, têm desenvolvido trabalho na área das ONGD, cooperação e desenvolvimento. Como referem na introdução é “indiscutível a sua influência nas opiniões e atitudes de uma sociedade e do seu poder na construção da imagem dos Outros e daquilo que não lhe é imediatamente próximo.” Já em 1996, Rifkin se referia às Organiza-

ções como determinantes no contexto da preservação das tradições, e sobre a capacidade para estimular o desenvolvimento de experiências intelectuais onde se aprendem muitas vezes a “praticar a arte da participação democrática” (Rifkin, 1996: 83). Mediante a perceção de que em Portugal, os temas relacionados com o desenvolvimento e cooperação são praticamente ignorados no contexto da cobertura mediática, coloca-se de lado este potencial espaço de debate democrático.

Ao longo dos cinco capítulos do livro há uma proposta à reflexão sobre o modo como se articulam as relações entre os media e os jornalistas. Partindo de uma breve revisão bibliográfica, acerca do jornalismo contemporâneo, a obra propõe a observação do ambiente mediático, a partir de um conjunto de 26 entrevistas que nos dão uma perspetiva muito pragmática assente naquela que é a experiência dos dois setores – jornalistas e profissionais das organizações que trabalham a área do desenvolvimento.

É relevante apontar a utilidade deste livro para o setor das ONG, mas também dos jornalistas, como ponto de partida para uma reflexão mais

profunda de como estes se posicionam face ao outro identificado tantas vezes neste contexto. É determinante pensar o jornalismo como mais proactivo no contexto social, já que este contribui para a construção, mesmo que parcial, do espaço público. Na parte 5 encontramos assim uma narrativa que aponta para caminhos e estratégias onde poderemos observar sugestões direcionadas tanto para a área da comunicação do desenvolvimento, como para o jornalismo. Desenvolvimento de ações de formação, envolvimento dos jornalistas no trabalho das organizações, promoção do acompanhamento do trabalho das entidades, mesmo no terreno, promoção de um contacto ágil e direto com as instituições, desenvolver as capacidades de comunicação, são algumas das propostas que aqui parecem poder ser um ponto de partida para uma participação mais eficaz no espaço público. Prémios, bolsas e reportagens promovidas pelas organizações podem de facto dar resposta a uma necessidade de estímulo que nos parece aparecer, hoje, no contexto jornalístico. Mas, é também de salientar a proposta sobre a elaboração de um código ético e profissional em que

ambos os setores –organizações e jornalistas – se encontrassem num contexto pedagógico, e de promoção de um debate mais plural, num contexto de um espaço público democratizado.

E, se as autoras concluem que os temas do desenvolvimento não são notícia em Portugal, resta identificar as recomendações finais deixadas aos setores. Este legado deve chegar aos profissionais do setor das organizações e aos jornalistas, podendo assim, contribuir para uma transformação sobre a visibilidade de temas sociais fraturantes no contexto mediático, encarando o jornalista como “agente do Desenvolvimento”.

Cerqueira, C., & Lamy, S. (2019). Estrategias, dinámicas y desafíos de la comunicación en las organizaciones del tercer sector portugués. In *Comunicación para el cambio social: propuestas para la acción*. Valencia: Tirant Humanidades.

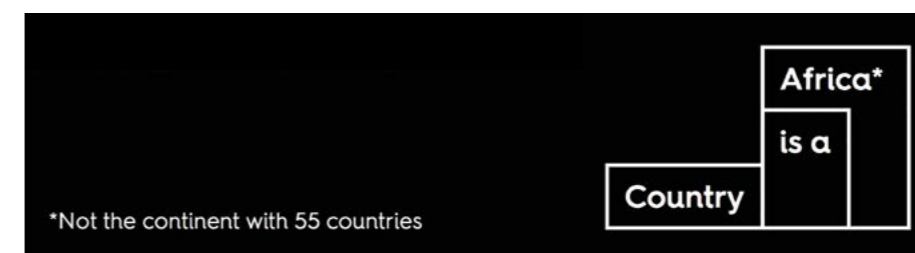
Famé, A., & Iranzo, A. (2019). *Comunicación para el cambio social: propuestas para la acción*. Valencia: Tirant Humanidades.

Rifkin, J. (1995). *The end of work: the decline of the global labor force and the dawn of the post-market era*. New York: Putnam.

Outras leituras

Africa is a country

africasacountry.com



Africa no es un país

EL PAÍS elpais.com/agr/africa_no_es_un_pais



Desalambre

eldiario.es www.eldiario.es/desalambre



Planeta Futuro

EL PAÍS elpais.com/elpais/planeta_futuro.html



Radio Africa Magazine

www.radioafricamagazine.com/pt



The Guardian - global development

www.theguardian.com/global-development



Conselho Editorial

ALEXANDRE ABREU

Economista, licenciado e mestre pelo ISEG (ULisboa) e doutorado pela SOAS (U. Londres). É professor no ISEG, faz parte da coordenação do Doutoramento em Estudos de Desenvolvimento e integra a direção do CEsa - Centro de Estudos sobre África e Desenvolvimento. Foi ODI Fellow em Timor-Leste (2013-15), assessor do Ministério das Finanças de Timor-Leste (2015-16) e consultor do Secretariado do g7+ (2016-18).

ANA FILIPA OLIVEIRA

Trabalha na ACEP, desde 2009, onde desenvolve projectos na área da comunicação, advocacia e direitos humanos. É responsável pela elaboração dos recentes relatórios *AidWatch*, em Portugal. Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais pela Universidade Nova de Lisboa, é licenciada em Jornalismo pela Universidade de Coimbra.

CARLOS SANGREMAN

Licenciado em Economia no ISEG e doutorado em Estudos Africanos no ISCTE. Professor aposentado na Universidade de Aveiro e investigador e dirigente do CEsa – Centro de Estudos sobre África, Ásia e América Latina. Tem desenvolvido consultoria internacional nos PALOP e Timor-Leste. Foi assessor para a cooperação do MTSSS (1998/03). É autor de artigos e livros sobre as temáticas do desenvolvimento.

FÁTIMA PROENÇA

Directora da ACEP, intervéem desde a década de 80 na cooperação não governamental, nomeadamente com instituições guineenses, tendo coordenado a Rede de Solidariedade com a Guiné-Bissau durante o conflito de 1998/99. Tem dinamizado processos de investigação/acção em África e de advocacia na sociedade portuguesa, em colaboração com pessoas e organizações da sociedade civil europeias e africanas.

LUÍS MAH

Professor no ISEG, é também investigador no Centro de Estudos sobre África, Ásia e América Latina. Foi director da Campanha do Milénio das Nações Unidas em Portugal entre 2007-2010. Doutorado em Estudos de Desenvolvimento pela *London School of Economics* (Londres, 2004), mestre pela Universidade de Yonsei (Seul, 1996), licenciou-se em Comunicação Social pela FCSH (Lisboa, 1993).

Conselho Consultivo

ALAIN CORBEL

Nasceu na Bretanha, onde foi trabalhador agrícola por algum tempo. Escreveu e ilustrou dezenas de livros, principalmente em França e Portugal. Colabora regularmente com a ACEP, bem como outras ONG africanas para as quais organiza oficinas de Ilustração. É professor de Ilustração no *Maryland Institute of Art College* em Baltimore (EUA). alaincorbel-cos.blogspot.com / noticiasdoquelele.blogspot.com

ANTÓNIO TOMÁS

Doutorado em Antropologia pela *Columbia University*. É coordenador do programa de Mestrado em Urbanismo do Sul do *African Centre for Cities University of Cape Town*. É ainda colunista no *Público*.

CONCEIÇÃO LIMA

Nasceu em 1961 em Santana, São Tomé e Príncipe. É jornalista e poetisa. A trabalhar presentemente na TVS, foi jornalista e produtora dos Serviços de Língua Portuguesa da BBC, em Londres. É licenciada em Estudos Africanos, Portugueses

e Brasileiros pelo *King's College* de Londres e possui o grau de mestre em Estudos Africanos, pela *School of Oriental and African Studies*, de Londres. Pela Editorial Caminho, publicou *O Útero da Casa* (2004), *A Dolorosa Raiz do Micondó*, (2006) e *O País de Akendenguê* (2011).

CARMELIZA ROSÁRIO

Investigadora, com especialização no domínio da pobreza e desenvolvimento social em Moçambique. Tem conduzido pesquisa em diversos sectores sociais, incluindo saúde, educação, bem como impacto da infraestrutura no bem-estar social. A sua pesquisa presta particular atenção à representação e ao desenvolvimento económico e social, e direitos de grupos vulneráveis, incluindo mulheres, pessoas com deficiência e idosos.

GERALDO MARTINS

Foi Ministro da Educação (2001/03) e da Economia e Finanças (2014/16) da Guiné-Bissau, e quadro do Banco mundial. Autor e coautor de estudos sobre ajustamento estrutural, sectores sociais,

educação, demografia, é licenciado em química-física (Univ. Moldávia) e em Direito (Univ. Direito de Bissau), e mestre em Gestão e Políticas Públicas pela Universidade de Londres, com pós-graduação em Economia pela mesma instituição.

LEÃO LOPES

Artista plástico e docente caboverdiano. Fundador do M_EIA, Instituto Universitário de Arte, Tecnologia e Cultura, é doutorado em Letras pela Universidade de Rennes II, França. Tem participado na promoção do ensino artístico em Cabo Verde, como autor de programas e planos curriculares do ensino secundário e superior. A sua actividade estende-se à concepção e coordenação de programas de desenvolvimento de comunidades rurais, como membro e Presidente da ONG Atelier Mar.

MARIA ELEONORA RABÉLLO

Licenciada em Filosofia pela Universidade Católica de Salvador (Brasil). Foi assessora de movimentos sociais de base pelo Centro de

Estudos e Ação Social. Em 1994, é convidada a fundar o CRIA – Centro de Referência Integral de Adolescentes, actuando como educadora e gestora de projectos pela protecção e garantia dos direitos de crianças e adolescentes. Nos três últimos anos no CRIA, coordena o Projecto *Corra pro Abraço*, proposta de atenção e promoção de direitos das populações em situação de rua.

LIVIA APA

Nasceu em Nápoles. É investigadora, com trabalho na área dos estudos culturais dos países de língua oficial portuguesa. É também tradutora, tendo publicado em italiano, entre outros, Mia Couto, Ondjaki, Ruy Duarte de Carvalho, Mário Cesariny, Ana Luísa Amaral, Ana Paula Tavares. Faz parte da direcção do *Arquivo Memorie Migranti* de Roma. Colabora com a revista *Gli Asini* de Roma.

MARIA HERMÍNIA CABRAL

Licenciada em Economia e mestre em Desenvolvimento e Cooperação Internacional, com experiência em políticas, programas

e projectos de desenvolvimento, quadro da Fundação Calouste Gulbenkian desde 2005, é directora do Programa Gulbenkian Parcerias para o Desenvolvimento, desde 2012.

MARIA MANUEL MOTA

Cientista portuguesa, doutorou-se na *University College* de Londres (1998) e fez pós-doutoramento na *New York University Medical Center* (2001), onde também leccionou. Desenvolve estudos sobre a malária no Instituto Gulbenkian de Ciência. Em 2004, ficou entre os 25 jovens cientistas galardoados com *European Young Investigator Award* e, em 2013, foi laureada com o Prémio Pessoa.

MARINA COSTA LOBO

É investigadora do Instituto de Ciências Sociais (ICS/ULisboa), onde desenvolve trabalhos na área das instituições e comportamentos políticos dos portugueses em perspectiva comparada. É coordenadora do Observatório da Qualidade da Democracia no ICS e Presidente da Comissão de Estudos Pós-Graduados.

MÁRIO SILVA

É sociólogo, professor e pesquisador do departamento de sociologia do IFCH-UNICAMP. Autor do livro *A descoberta do insólito: literatura negra e literatura marginal no Brasil* (1960-2000), publicado pela Aeroplano Editora, em 2013. Ganhou o Prémio do Centro de Estudos Sociais da Universidade Coimbra, para Jovens Cientistas Sociais em Língua Portuguesa.

MÓNICA COSTA

Professora e investigadora na *University of South Australia* (Uni-SA), tem trabalhado as questões de género e os orçamentos sensíveis ao género, incluindo trabalho de terreno na Indonésia e Timor-Leste.

JOÃO SIMÃO

Doutorado em Gestão e docente na Universidade Aberta, onde lecciona e orienta teses nas áreas do desenvolvimento sustentável (políticas e ideologias), ética e responsabilidade social empresarial, pensamento crítico em gestão e desenvolvimento turístico sustentável, que são as suas áreas de interes-

se académico. É ainda membro do CAPP- Centro de Administração e Políticas Públicas.

PAULA BARROS

Licenciada em Relações Internacionais, trabalha no âmbito da Cooperação para o Desenvolvimento há cerca de 20 anos e tem experiência nas áreas da elaboração, coordenação e execução de programas e projectos, planeamento e programação, representação e negociações internacionais no quadro da União Europeia, Nações Unidas, OCDE, CPLP e Ibero-Americana. Possui formações na área da gestão do ciclo do projecto, de gestão pública e de inovação nos serviços públicos.

RICARDO SOARES DE OLIVEIRA

É Professor Associado de Ciências Políticas na Universidade de Oxford e autor de *Oil and Politics in the Gulf of Guinea* (2007) e *Magnificent and Beggar Land: Angola Since the Civil War* (2015).

RUI MIGUEL SANTOS

Vice-Presidente da CESO, *Visiting Professor* na *Maastricht School of Management* e Colégio da Europa, formador do Conselho da Europa em matérias ligadas à gestão de projectos de promoção dos Direitos Humanos, autor do livro “Gestão do Ciclo de Projectos de Desenvolvimento” e co-autor do “Manual de Procurement Internacional”, trabalha em cooperação para o desenvolvimento há mais de 25 anos, de África à Europa Central e de Leste, passando pela América Latina e Caraíbas.

SOFIA SANTOS

É Secretária Geral do *Business Council for Sustainable Development* (BCSD) Portugal. Foi directora executiva do *Sustainability Knowledge Lab* do INDEG-ISCTE e fundou duas consultoras - a *Sustentare* e a *SystemicSphere*. É autora de *A Banca em Portugal e a Economia Verde* (2012), *A Banca tem Coração? As novas práticas de gestão necessárias para os bancos do futuro* (2015) e *Introdução à Economia Verde* (2016).

Curadoria de BD

PEDRO MOURA

É crítico e investigador de banda desenhada, escrevendo sobretudo nos blogues *www.lerbd.blogspot.com* e *www.yellowfastandcrumble.wordpress.com*. O seu primeiro livro de banda desenhada, *Os Regressos*, em co-autoria e desenhos de Marta Teives, foi publicado recentemente pela Polvo.

Criação Gráfica

ANA GRAVE

Porto e Gaia, cidades de infância. Estas, Aveiro, Genebra e Barcelona, cidades escola. Portugal, agora, casa-design (gráfico, o preferido). www.anagrave.com

Ficha técnica

Conselho Editorial

Alexandre Abreu
Ana Filipa Oliveira
Carlos Sangreman
Fátima Proença
Luís Mah

Conselho Consultivo

Alain Corbel
António Tomás
Conceição Lima
Carmeliza Rosário
Geraldo Martins
Leão Lopes
Maria Eleonora Rabêllo
Livia Apa
Maria Hermínia Cabral
Maria Manuel Mota
Marina Costa Lobo
Mário Silva
Mónica Costa
João Simão
Paula Barros
Ricardo Soares de Oliveira
Rui Miguel Santos
Sofia Santos

Foto da capa

Ana Filipa Oliveira,
Estúdio da TV Klelé,
Bissau, 2015

Concepção gráfica

Ana Grave

Periodicidade

Revista Semestral

ISSN

2184-1926

Promotores

ACEP - Associação para
a Cooperação Entre os
Povos
CEsA - Centro de Estudos
sobre África e Desenvol-
vimento

Apoios

Esta publicação é finan-
ciada por fundos nacionais
através da FCT – Fun-
dação para a Ciência e a
Tecnologia, I.P., no âmbi-
to do projeto Estratégico
UID/SOC/04521/2013.

Disclaimer

O conteúdo desta publica-
ção é da responsabilidade
exclusiva dos promotores
e autores e em nenhum
caso pode considerar-se
como reflectindo o ponto
de vista do financiador.

Numa era de múltiplos desafios, da escala local à escala global, “Mundo Crítico – Revista de desenvolvimento e cooperação” quer responder à necessidade de debate entre actores sociais públicos e privados, de maior ou menor dimensão, de âmbito geográfico ou temático, com um empenhamento crítico, persistente e dialogante. Procura suscitar diálogos improváveis entre texto e imagem, entre arte e ciência, entre académicos, artistas, técnicos, entre pessoas que falam português em diferentes espaços geográficos ou culturais. O debate pretende-se abrangente, com especial enfoque nas transformações sociais, económicas ou políticas em curso no mundo de que fazemos parte.

A linha de orientação deste espaço tem por base uma visão do desenvolvimento como acção social multidisciplinar e de complementaridade entre diversos intervenientes, individuais e colectivos. Considera que a cooperação entre povos é um dos pilares sobre o qual se pode construir uma visão comum dos direitos humanos, do bem estar e do progresso da humanidade, hoje e de futuras gerações.

Uma revista de pensamento crítico para reflectir e agir.

uma iniciativa

acep



CE5A | Centro de Estudos sobre
África e Desenvolvimento

apoio

FCT | Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia